



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA LETÍCIA COSTA LINS

ENTRE PACTOS, PROJETOS E PROGRAMAS:
AS DINÂMICAS DE GOVERNO NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO
CEARÁ

FORTALEZA

2020

ANA LETÍCIA COSTA LINS

ENTRE PACTOS, PROJETOS E PROGRAMAS: AS DINÂMICAS DE GOVERNO
NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia. Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L731e Lins, Ana Letícia Costa.
Entre pactos, projetos e programas : As dinâmicas de governo no campo da segurança pública no Ceará / Ana Letícia Costa Lins. – 2020.
107 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

1. Segurança pública. 2. Governo. 3. Práticas policiais. I. Título.

CDD 301

ANA LETÍCIA COSTA LINS

ENTRE PACTOS, PROJETOS E PROGRAMAS: AS DINÂMICAS DE GOVERNO
NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia. Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Aprovada em: 15/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. César Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Maria Glaucíria Mota Brasil
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Em memória de Juan Ferreira dos Santos, 14 anos, negro, assassinado por um policial militar durante um evento cultural no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza (CE), no dia 13 de setembro de 2019.

A reflexão que iniciou este trabalho foi feita no território onde Juan morava e foi assassinado. A vida perdida por uma ação do Estado, a dor da mãe e a memória da missa de 7º dia configuram um ponto de inflexão para mim.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, André e Aparecida, que sempre fizeram o possível e o impossível para garantir uma boa educação, dentro das condições financeiras limitadas, e me incentivaram à leitura desde muito cedo.

À minha irmã, Mariana, que aceitou e compreendeu minhas demandas nem sempre fáceis.

Ao Raul, meu sobrinho, que, em um ano muito difícil, me fez acreditar novamente que a vida se renova e há esperança, mesmo que queiram fazer acreditar do contrário.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e à Universidade Federal do Ceará, que financiaram minhas bolsas de iniciação científica durante a graduação. À CAPES, que financiou minha bolsa do mestrado e fez a existência dessa pesquisa ser possível.

Ao Laboratório de Estudos da Violência, instituição a quem devo todo o aprendizado e oportunidades na minha vida enquanto pesquisadora. Sou infinitamente grata a tudo que aprendi no LEV desde 2015.

Ao professor César Barreira, fundador do LEV, com quem tive a oportunidade de aprender de perto e sempre pude contar com sua generosidade. Nutro muito respeito e carinho por estes momentos.

À professora Glaucéria Mota Brasil, pela atenção colocada durante o processo da pesquisa, tanto na qualificação como em conversas mais informais. Obrigada, também, pela gentileza de fornecer uma cópia da sua importante tese e por ter disponibilizado de participar da minha banca.

Ao professor Luiz Fábio S. Paiva, meu orientador, a quem devo só tudo nessa trajetória das Ciências Sociais. Me inspirou, me educou, me conduziu, pegou na minha mão e me tornou uma cientista social, depois uma pesquisadora da segurança pública. Eu espero ser um dia metade do que ele significou e significa na minha trajetória. Um orientador, um amigo, uma inspiração enquanto intelectual que, além de ser um pesquisador respeitável, se coloca também nas lutas políticas dentro do campo. Minha eterna gratidão por todos esses anos.

Ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, minha primeira experiência como estagiária, monitorando dados da segurança pública. Uma parceria que

continuou e sou muito grata a tudo que aprendi com as pessoas lutadoras do Grande Bom Jardim.

Ao Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará e do Nordeste, que me ajudaram a acreditar que uma outra segurança pública é possível e que a participação popular tem muita força.

À Rede de Observatórios da Segurança, por tudo que já foi e que virá nessa trajetória de pesquisa. Fazer parte de uma equipe tão maravilhosa é um constante aprendizado e motivo de gratidão.

Ao Caio Feitosa, que me puxou para fazer trabalhos e me fez aprender muito nessas trocas. Ele é parte fundamental dessa trajetória.

Ao Ítalo Lima Siqueira, meu irmão amazonense. Muitas das reflexões empreendidas neste trabalho também foram feitas com ele, em mesa de bar, em conversas quase infinitas, em grupos de estudos que promovemos juntos. Ele é uma das pessoas mais generosas que conheço. Sua direção no compromisso profundo com a sociedade e uma vida possível para tantas pessoas me inspira muito.

A Ingrid Melyna, meu presente do mestrado, que agradeço pelo destino ter nos unido. Me ouviu, me ajudou a pensar, segurou minha mão, ajudou a fazer sol em dias muito nublados na minha cabeça. Ainda vamos ter muitos jogos do Vozão e conversas, à base de feijão verde, para lidar.

Ao Lucas Vieira, meu amigo querido, que compreendeu minhas ausências e foi a companhia para desanuviar dos dias. Torço muito por você e sei que essa parceria vai longe.

Ao Lucas Rangel, que me ouviu e me compreendeu nesses meses conturbados de final de escrita e sentimentos adversos. Sua força diária me ajudou a terminar essa etapa da minha vida.

Aos amigos de longas datas nessa trajetória das Ciências Sociais, Matheus Alexandre e Lorrayne Santos, pessoas que me acompanharam, me inspiram e por quem nutro um profundo respeito e carinho.

“Os indignados continuam a ser pessimistas; contudo, em vez de aceitar a morte como um destino, erguem-se para enfrentá-la. Como? Voltando-se para a vida e apostando tudo na tarefa de existir.” (CASTELLO, 2019).

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as dinâmicas de governo da gestão Camilo Santana, do Partido dos Trabalhadores (PT), no campo da segurança pública no Ceará, no período de 2015 a 2019. A principal hipótese deste trabalho é que o Pacto por um Ceará Pacífico foi um espaço onde o discurso especializado das Ciências Sociais e dos Direitos Humanos foram acolhidos e as estratégias sociais de prevenção ao crime foram defendidas, mas que não resultou em “novas práticas policiais” pois encontrou obstáculos dentro da própria gestão. Foi importante ainda percorrer os novos caminhos construídos ao decorrer da gestão, a partir da ideia de gerenciamento de crises e dos fenômenos como a expansão do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRAIO) e da incorporação de tecnologias no “dia-a-dia” da segurança pública no Ceará. A metodologia utilizada foi de investigação qualitativa, dentro de uma perspectiva da sociologia compreensiva, a partir dos discursos de governo registrados em matérias jornalísticas, assim como contando com a observação de eventos promovidos em torno da pauta dos Direitos Humanos e da Segurança Pública.

Palavras-chave: Segurança pública. Governo. Práticas policiais.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the government dynamics during the Camilo Santana administration, of the Workers' Party (PT), in the field of public security in Ceará, in the period from 2015 to 2019. The main hypothesis of this work is that the Pact for a Peaceful Ceará was a space where the specialized discourse of Social Sciences and Human Rights was welcomed and social crime prevention strategies were defended, but it did not result in “new police practices” as it encountered obstacles within the administration itself. It was also important to follow the new paths built during the administration, based on the idea of crisis management and phenomena such as the expansion of Rounds Policing Command of Intensive and Ostensive Actions (CPRAIO) and the incorporation of technologies in the "day to day" of public security in Ceará. The methodology used was qualitative research, within a perspective of comprehensive sociology, based on government speeches recorded in journalistic articles, as well as observing events promoted around the agenda of Human Rights and Public Security.

Keywords: Public security. Government. Police practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Novo carro do Ronda do Quarteirão exibido no evento de lançamento do Pacto por um Ceará Pacífico.....	30
Figura 2 - PM recebe as 150 primeiras viaturas das 466 alugadas pelo Estado....	34
Figura 3 - André Costa e Mauro Albuquerque na solenidade de posse dos novos secretários.....	50
Figura 4 - “O André prende e eu cuido”.....	51
Figura 5 - Propaganda do RAIO.....	54
Figura 6 - Execução orçamentária de Segurança Pública do Estado do Ceará (2001-2018).....	55
Figura 7 - Execução das unidades orçamentárias selecionadas (2006-2018).....	58
Figura 8 - Evolução do número de policiais militares e civis na ativa no Ceará (2006-2016).....	58
Figura 9 - V Caminhada pela Paz no Bom Jardim, Fortaleza-CE.....	61
Figura 10 - Boletim de Ocorrência do desaparecimento de Anderson Henrique....	62
Figura 11 - Cartaz de desaparecimento de João Paulo.....	64
Figura 12 - Registro das mortes dos reféns da Tragédia de Milagres (CE).....	72
Figura 13 - Registro das mortes dos suspeitos da Tragédia de Milagres (CE).....	72
Figura 14 – Uso de videomonitoramento na Nova Estratégia de Segurança Pública (NESP).....	83
Figura 15 - Policiais do RAIO na sala de comando e o uso de videomonitoramento na Nova Estratégia de Segurança Pública (NESP).....	83
Figura 16 - Torre de Vigilância no bairro Jangurussu, em Fortaleza.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESP	Academia de Segurança Pública
AIS	Áreas Integradas de Segurança
BOM	Boletim de Ocorrência Móvel
CBMCE	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará
CE	Ceará
CIOPS	Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
Consesp	Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública
CPRAIO	Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas
Cuca	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CV	Comando Vermelho
CVLIs	Crimes Violentos Letais Intencionais
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
NESP	Nova Estratégia de Segurança Pública
PC	Polícia Civil
PCA	Portal do Comando Avançado
PCC	Primeiro Comando da Capital
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PM	Polícia Militar
PMPU	Programa Municipal de Proteção Urbana
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede DLIS Bom Jardim	Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim
RN	Rio Grande do Norte
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
Spia	Sistema Policial Indicativo de Abordagem
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
Supesp	Superintendência de Pesquisa e Estratégia da Segurança Pública

UFC Universidade Federal do Ceará
UNISEG Unidade Integrada de Segurança

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ 212	
2.1	A estrutura do Pacto por um Ceará Pacífico	32
2.2	Um governo de crises	37
2.2.1	Gestão Delci Teixeira: chacina e matança nos presídios	38
2.2.2	Gestão André Costa: performances públicas e expansão das facções..	42
2.3	Pacificar ou expandir o RAIO?.....	52
2.4	Foco no policial como estratégia.....	55
2.5	As mortes por intervenção policial no Ceará.....	60
3	A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DA OPERAÇÃO POLICIAL	65
3.1	A Tragédia de Milagres e os limites do “heroísmo” policial.....	67
4	CAMILO 2.0 E A NOVA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	75
4.1	A expansão do videomonitoramento.....	81
4.2	A incorporação da tecnologia de reconhecimento facial na segurança pública.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

O tema da segurança pública é, possivelmente, o principal mobilizador de discussões políticas no Brasil contemporâneo. Além de um problema social, o tema se configura como um problema público para os governantes, sejam do poder executivo ou legislativo, principalmente pelo capital político que o envolve. No Ceará não é diferente: nos últimos anos, o estado se tornou uma vitrine no Nordeste e no Brasil no que diz respeito à violência urbana e ações espetaculares de grupos criminosos.

A construção do que se tornaria o projeto de pesquisa¹ começou a ser gestada ainda nas experiências como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no Laboratório de Estudos da Violência (LEV)² da Universidade Federal do Ceará (UFC), no qual comecei a ser bolsista no segundo semestre de 2015, sob o projeto de pesquisa “Cidadania e reconhecimento: sobre as lutas políticas para a construção e a preservação de um Bairro popular na periferia da cidade de Fortaleza”, financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap. Naquele momento inicial da pesquisa, a atenção estava voltada para as lutas perpetradas por moradoras e moradores do Conjunto Ceará na reivindicação de direitos, serviços e bens culturais. Acompanhei, com frequência, as manifestações no bairro. Embora não fosse exatamente o foco da pesquisa, comecei a ouvir, a partir do segundo semestre daquele ano³, falas de moradores/as sobre o início da trégua entre grupos criminosos, o que ficou conhecida como “pacificação”. Além disso, as pessoas do bairro falavam da violência como algo externo ao bairro, ou seja, mesmo a violência que acontecia no bairro era consequência das comunidades vizinhas. Fomos progressivamente,

¹ Em 2018, meu primeiro ano de mestrado, participei de uma mesa durante a Semana de Humanidades da UFC, com a temática sobre o fazer pesquisa na área de violência e segurança pública. O evento culminou no lançamento de um livro com resumos expandidos sobre as apresentações orais. Ver mais em LINS, Ana Letícia Costa; SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; MORAES, Suiany Silva de. Pesquisa com violência e segurança pública na pós-graduação. In: Danyelle Nilin Gonçalves. (Org.). Política, ensino, ciência e arte: reflexões e debates da Semana de Humanidades. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019, v. 2, p. 115-130

² Laboratório de pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). O LEV atua em pesquisas sobre temáticas de violência, conflitos sociais, direitos humanos e cidadania.

³ Em concomitância, na época realizamos um projeto piloto do que se tornaria o Projeto de Extensão “Traficando Saberes”, também vinculado ao LEV, na Rede Cuca Jangurussu. Naquele território também começamos a ouvir sobre a dinâmica da “pacificação” e da ascensão do Comando Vermelho (CV) na região.

enquanto LEV, alterando nossa rota de atenção para os processos de mudanças sociais do crime que estavam ocorrendo naquele momento.

Um dos eventos que participei durante a permanência no Conjunto Ceará foi uma reunião promovida pelo grupo que constrói o Território Criativo⁴ em virtude da chegada do *Pacto por um Ceará Pacífico* na localidade, em 2016. Diversos grupos e coletivos foram mobilizados para o encontro no Polo de Lazer do Conjunto Ceará, que contou também com a presença da secretária executiva do Pacto, a Sra. Carla da Escóssia, e policiais militares envolvidos na inicialização do projeto do Pacto. Na ocasião tive a oportunidade de perceber que o projeto de política de segurança pública que iria ser implementado naquele bairro não estava nítido para os residentes da localidade. As perguntas giravam em torno, principalmente, da definição da natureza do Pacto.

Nas últimas décadas no Ceará, os principais projetos e programas que visam modificar o modelo de segurança pública vigente surgem como propostas de campanha no período eleitoral⁵. A atual gestão de governo, eleita em 2014 e reeleita em 2018, capitaneou a pauta da insegurança e da violência e, por meio do seu plano de governo “Os 7 Cearás”⁶, denominou como “Ceará Pacífico” a área de Segurança Pública, Política sobre Drogas, Desenvolvimento Urbano, Justiça e Direitos Humanos. Passada a eleição de 2014, o “Ceará Pacífico” aparece como a proposta de um Pacto que, por definição, deveria integrar vários órgãos, secretarias e organizações da sociedade civil em prol da redução da criminalidade no estado.

Nos encontros comunitários que participei no Conjunto Ceará enquanto bolsista do PIBIC, me chamou a atenção o fato de aquele território ser cotado para receber uma Unidade Integrada de Segurança (Uniseg) e como as moradoras e os moradores se portavam sobre isso, apresentando muitas questões sobre a própria compreensão do papel da Uniseg em relação ao Pacto. Por definição no projeto, a Uniseg é uma subdivisão de área territorial e é formada por uma Delegacia de Polícia Civil (PCCE) aberta 24hrs, uma Companhia da Polícia Militar (PMCE) e um Quartel do

⁴ Núcleo de moradoras e moradores do bairro. Ver mais em SOUSA, Manoel Johnson Sales. Território Criativo: um estudo sobre uma política pública de economia criativa no Polo de Lazer do Conjunto Ceará em Fortaleza - CE. 2016. 97f. - TCC (Monografia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza, 2016.

⁵ Ver mais em MOTA BRASIL, Glaucíria; ALMEIDA, R. O. (Org.); FREITAS, G. J. de (Org.). Dilemas da “nova” formação policial: experiências e práticas de policiamento. 1ª. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. v. 1. 232p .

⁶ As áreas foram divididas da seguinte maneira: o Ceará do Conhecimento, o Democrático, o Pacífico, o de Oportunidades, o Acolhedor, o Saudável e o Sustentável.

Corpo de Bombeiros (CBMCE), bem como o aumento de efetivo e de viaturas. Além disso, a proposta é que fossem realizadas atividades pacificadoras nos territórios, por intermediação do Núcleo de Ação pela Paz (NaPaz)⁷, com o objetivo de prevenir a violência e contribuir para a construção de uma cultura de paz. Todavia, se no primeiro momento a Uniseg era algo interligado ao projeto do Pacto, a partir de 2016 essa ligação foi sendo desagregada progressivamente. Um dos efeitos foi as inaugurações de novas delegacias e o aumento do efetivo em territórios sem ter obrigatoriamente um NaPaz, o que, teoricamente, deveria ser o caminhar junto das políticas de repressão e prevenção. A Uniseg então passou a ser compreendida, de forma prática, como uma nova subdivisão da atuação da Polícia Militar, mas que não substituiu as divisões das Áreas Integradas de Segurança (AIS). O que ficou nítido naquele momento, e de fato aconteceu, foi que o Conjunto Ceará receberia a reforma da delegacia localizada no Polo de Lazer - lugar já bastante afetado, naquela época, pela repressão policial às manifestações culturais das juventudes⁸ - sem necessariamente receber a parte da prevenção social do Pacto.

A partir desses momentos no Conjunto Ceará, a política de segurança pública começou a me chamar atenção a partir da relação entre Estado, violência e a interlocução com a sociedade civil, organizada ou não. O momento em que esse interesse surgiu é bastante demarcado por um contexto de intensa violência no Ceará, configurando como o período mais sangrento da nossa história. É significativo mencionar um momento doloroso mas que marca essa trajetória de pesquisa, enquanto PIBIC e também como LEV. Poucos meses depois que estive como voluntária no projeto que veio a se tornar o “Traficando Saberes”, no bairro Jangurussu, em Fortaleza, soube por meio de um educador social da Rede Cuca que um dos adolescentes atendidos pelo projeto havia sido assassinado a tiros. Hoje percebo que esse momento foi um ponto de virada para o próprio projeto e para mim. Mal sabíamos na época o que ainda estava por vir nos anos seguintes. Interpelada por tantas questões simultâneas, me interessei por conhecer o que seria esse novo “programa” na política de segurança pública.

⁷ “Equipamento público de base local, com estruturas física e humana próprias, capaz de promover atendimento especializado ao público morador dos Territórios do Ceará Pacífico. O Núcleo será composto por dois Segmentos: Mediação de Conflitos e Juventude.” (Programa “Mediação pacífica de conflitos e redução de vulnerabilidades”, Ceará Pacífico em Ação, p.38)

⁸ A repressão policial durante atividades culturais em praças públicas tem sido sistemática em Fortaleza. Ver em SILVA, F. R. N.; FREITAS, G.J.. Práticas Poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. TENSÕES MUNDIAIS (IMPRESSO), v. 14, p. 129-155, 2019.

O primeiro afinco para o início de um projeto de pesquisa que culminou no projeto de dissertação aconteceu no início de 2017. Busquei conhecer a primeira Unidade Integrada de Segurança (Uniseg), que foi inaugurada abrangendo os bairros Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón. Na ocasião, conheci a 2ª Companhia do 8º Batalhão da Polícia Militar e tive a oportunidade de ouvir os policiais sobre o trabalho que estava sendo iniciado na região. O primeiro desenho do projeto de pesquisa almejava analisar algumas Unisegs em Fortaleza. No andamento da pesquisa, durante o mestrado, outro ponto começou a chamar atenção para questões políticas: o tempo entre a inauguração das Unisegs.

Observando essa conjuntura, a presente pesquisa analisa as dinâmicas de governo da gestão Camilo Santana, do Partido dos Trabalhadores (PT), no campo da segurança pública, no Ceará, no período de 2015 a 2019. Tem como objetivos específicos: a) perceber os efeitos políticos e sociais da construção e execução do Pacto por um Ceará Pacífico como política de enfrentamento à violência na gestão Camilo Santana; b) compreender a dimensão da retórica pública do Governador e do Secretário de Segurança Pública na produção da orientação política no campo da segurança pública no Ceará; c) analisar as lutas políticas (BOURDIEU, 2001) engendradas na gestão Camilo Santana em torno do campo da segurança pública.

A formação do objeto de pesquisa é amparada na bibliografia especializada da área de segurança pública das Ciências Sociais. Vasconcelos (2012, 2014, 2017) investigou que, no período de 1968 a 2010, ocorreu a formação de uma área de estudos sobre crime, violência e punição nas ciências sociais brasileiras. Essa área é demarcada desde os anos 1970, quando o debate acerca da violência urbana ressurge como uma grande problemática para o Estado e para sociedade, perdurando inclusive durante o período de transição democrática. Três momentos são significativos nessa formação: 1) o surgimento de estudos considerados precursores e a criação dos primeiros fóruns de debate [1970]; 2) a consolidação dos principais grupos e linhas de investigação [1990]; 3) expansão da produção de teses e dissertações sobre o tema (Vasconcelos, 2017, p. 35). O autor apresenta o campo da segurança pública como um *campo híbrido*.

Ele é o locus do cruzamento entre campo intelectual e científico das ciências sociais e do direito e do campo burocrático-político que envolve operadores de segurança pública e da justiça criminal. Nele, como pressão por um novo regime de verdade (FOUCAULT, 2000), são propostas mudanças na

racionalidade governamental a partir da criação de arranjos institucionais e elaboração de novos princípios e rotinas (Vasconcelos, 2017, p. 36)

Ao admitir que o campo da segurança pública é um campo intelectual, quero afirmar que não há ato desinteressado mesmo na perspectiva científica. Os agentes executam suas ações em conformidade com os interesses dos seus pares e, nessa ação, também assumem uma lógica e um arcabouço de conhecimento da área.

Em concomitância, o campo da segurança pública é um campo marcado por lutas políticas.

As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim à luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social opõem pessoas dotadas de poderes desiguais (BOURDIEU, 2011, p. 203)

No campo da segurança pública, as lutas simbólicas permeiam as relações e o que é dito ou feito dentro do campo não é orientado pela relação com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo; essas ações podem ser para diferenciar-se ou, até mesmo, para apropriar-se de características, falas, ações e posições do seu adversário, com o objetivo de não permitir que a representação que possui seja ferida (BOURDIEU, 2011, p. 198-199).

O hibridismo do campo também é observado na natureza das instituições que compõem a área da segurança pública. Nóbrega Jr. (2010), ao tratar sobre o que ele cunhou de “semidemocracia brasileira”, afirma que a instituição da Polícia Militar é um exemplo de hibridismo de caráter institucional, pois responde tanto ao Exército como ao governo estadual. Para o autor, esse fenômeno leva à falta de garantias individuais que são imprescindíveis para a democracia contemporânea (p.134).

A principal hipótese deste trabalho consiste na avaliação de que o Pacto se tornou um espaço onde o discurso especializado das Ciências Sociais e dos Direitos Humanos são acolhidos e as estratégias sociais de prevenção ao crime são defendidas. Apesar dos esforços das equipes em discutir outras perspectivas de segurança pública para o Estado, as ações, no âmbito do Ceará Pacífico, não resultaram em “novas práticas policiais” e em uma orientação política diferenciada dos tradicionais comandos exercidos pelo Comando da Polícia Militar do Ceará e da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Como foi possível verificar, nas duas instituições prevalecem orientações políticas e técnicas pautadas por

profissionais da área de policiamento militar e federal. Essa orientação é expressa, principalmente, na ostensividade militarizada.

Para explicar o panorama apresentado, a pesquisa percorreu, em uma perspectiva de investigação qualitativa, discursos de governo a partir das matérias jornalísticas, principalmente do O Povo e Diário do Nordeste, armazenadas em plataformas de gerência de referências, a saber o Mendeley e Evernote; assim como observação de eventos promovidos pelo Governo do Estado e outras instituições estatais em torno da pauta dos Direitos Humanos e da Segurança Pública. A dissertação é guiada por uma tendência de resgate sócio-histórico do campo da segurança pública no período indicado. Durante esse percurso, as matérias jornalísticas são usadas para nortear a sequência de acontecimentos e servir como base para a análise dos fatos em si, mas com especial atenção aos discursos das autoridades durante os processos.

A pesquisa está inserida na perspectiva metodológica da sociologia compreensiva (WEBER, 2004), que busca compreender os sentidos das ações e relações sociais. O estudo feito não tem como objetivo analisar o desempenho da política pública⁹ de segurança, buscando metas e resultados, muito embora sejam de importante elucidação as definições jurídicas implicadas. Entendo o Estado a partir da definição weberiana, como o curso de ações sociais dos indivíduos entendidos como representantes estatais. Portanto, os agentes envolvidos no campo da segurança pública do Ceará realizam suas ações motivados por orientações que compõem o próprio campo que, por sua vez, é entendido como político e intelectual. Esse campo, expresso em práticas e linguagem, atua de forma diferenciada no que entendemos por *margens*. Veena Das e Deborah Poole (2008, p. 10) partem do pressuposto que as margens são implicações necessárias para o Estado, pois é nesses locais que é possível compreender o trabalho estatal de produção de ordem em lugares concebidos como de desordem. Para as autoras, as margens não são apenas territoriais (embora essa dimensão seja importante), mas são, principalmente, lugares onde a lei e outras práticas estatais são colonizadas por necessidades urgentes de sobrevivência política e econômica.

É possível - e este é um esforço desta investigação - compreender as mudanças e orientações morais e políticas da segurança pública no Ceará a partir dos

⁹ Ferreira Filho (2019) apresentou uma dissertação no Mestrado de Políticas Públicas da UFC sobre o Pacto por um Ceará Pacífico.

discursos proferidos pelo Governador, o Sr. Camilo Santana, e pelo Secretário de Segurança Pública, o Sr. André Costa. O discurso é compreendido aqui a partir da teoria social do discurso de Norman Fairclough (2008), em que o autor reivindica que o mesmo é uma interação entre um falante e um ouvinte que não apenas narra uma experiência social, mas constrói a realidade e as relações sociais. O discurso, portanto, é uma prática social, com sentido político e ideológico, que constitui a essência dos próprios acontecimentos. Aquilo que é dito não é apenas a representação de uma entidade ou uma relação social, mas posiciona as pessoas socialmente, constrói relações, estabelece fatos. Fairclough trabalha com a análise de discurso a partir da concepção de que o discurso possui caráter tridimensional:

Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'interação', na concepção 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual - por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 22)

A partir da fundamentação da análise como tridimensional, Fairclough busca fundamentar uma abordagem de Análise Crítica de Discurso (ACD) como método para investigação social. Para o presente trabalho, a perspectiva de discurso como prática social foi a mais importante, considerando que as colocações públicas do governador e do secretário de segurança pública trabalharam dentro de perspectivas de dominação, alianças e elaboração de consentimento no imaginário social cearense.

Observo a construção social do Pacto de forma multissituada (MARCUS, 1995), a partir da compreensão de que a construção desta política de segurança pública é um fenômeno caracterizado pela mobilidade dos acontecimentos e pelos fluxos de informação, poder, pessoas, entre outros (OLIVEIRA, 2017). A construção social desta política de segurança passou, de forma significativa, por reivindicações das comunidades organizadas em associações e redes. A definição do que seria o Pacto e quais estratégias seriam adotadas foram as principais questões levantadas no momento de apresentação pública da política. Mais do que uma definição

conceitual do que é uma política nesse campo, grupos da sociedade civil organizada questionavam a natureza do Pacto.

Neste trabalho, analiso o discurso como uma plataforma da luta política - uma luta prática e teórica com a finalidade de deter o poder de impor a visão legítima do mundo social (BOURDIEU, 2001). Reações como as construídas por parte de moradores das periferias mostram como, no campo da segurança pública, há um tipo de ordem de discurso. Essa ordem deve ser compreendida como a estruturação social da diferença, uma ordenação particular das relações entre os vários modos de construir sentido (FAIRCLOUGH, 2009, p. 310). O sentido produzido pelos indivíduos que compõem o Estado rivaliza com o sentido concebido nas ações de indivíduos que, organizados, atuam nas periferias e convivem com práticas, situações e violências distintas. Isso só é possível pois a ordem do discurso não é um sistema fechado, mas sim um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais (Ibid., p. 311).

A presente dissertação está dividida em 3 capítulos.

O primeiro capítulo, “Construção social da Segurança Pública no Ceará”, é construído a partir de uma revisão de literatura sobre a segurança pública no processo de redemocratização do Brasil e o lugar das políticas de segurança pública no Ceará nesse processo, com foco em duas das três principais políticas no campo da segurança pública nos últimos 25 anos. Com esse apanhado, chega-se à construção do Pacto por um Ceará Pacífico como política de prevenção e repressão à violência no Ceará, a partir do programa eleitoral do que viria a ser o Governo Camilo. A análise do fluxo na SSPDS é importante para compreender os fenômenos e, por isso, foi dividida em Gestão Delci Teixeira (2015-2017) e Gestão André Costa (2017-2020). É apresentado ainda a expansão do RAI0 e o investimento na pasta da segurança pública, com uma discussão sobre “valorização policial”. Para encerrar o capítulo, apresenta-se uma discussão sobre como a expansão do policiamento ostensivo fez com que a militarização da vida cotidiana fosse incrementada e, como resultado, o aumento nas mortes por intervenção policial no estado.

O segundo, “A segurança pública por meio da operação policial”, aborda o foco sistemático dado, nos últimos anos, às operações policiais como face da política de segurança pública no Ceará. Busco demonstrar como o *ethos policial* foi incorporado na luta política em torno do campo e, muitas vezes, agenciou os debates públicos entre autoridades. Além disso, analisei as implicações da Tragédia de

Milagres, ocorrida em dezembro de 2018, para compreender a lógica da operação policial onde foi instituída uma racionalidade de “vale tudo” em nome de uma suposta eficiência na “luta contra o crime”.

O terceiro, “Nova estratégia de segurança pública?”, trabalho a nova “roupagem” do Governo Camilo, a partir do segundo mandato, com o investimento prioritário em uso de tecnologias na segurança pública. Foco, principalmente, na expansão do videomonitoramento e no uso da tecnologia de reconhecimento facial nas abordagens policiais.

As páginas a seguir são uma tentativa de elucidar as disputas políticas no campo da segurança pública durante o momento mais crítico que o Ceará já viveu. Essa escrita é apenas um ponto de partida que deve abrir janelas e portas para outras pesquisadoras e outros pesquisadores se animarem a pesquisar e narrar esse processo, que foi composto por vários fenômenos singulares. Acima de tudo, me esforcei, e espero que as próximas e os próximos também tenham essa responsabilidade, para ter compromisso com a memória de todas as vítimas e familiares desses anos sangrentos. Enquanto pesquisadora na área de violência e segurança pública, mas, também, como cearense e moradora da periferia de Fortaleza, por vezes fui diretamente interpelada por muitas situações dolorosas. Meu estudo, portanto, é resultado das minhas implicações no contexto que vivo e das crenças que partilho. Continuo a defender que nenhum discurso sobre redução ou apresentação de dados e/ou de uma nova tecnologia trará de volta as vidas perdidas para a violência no Ceará nos últimos anos. Absolutamente nada preencherá o lugar vazio na vida de tantas mães, pais e amigas/amigos que sofrem com o luto permanente e a ausência de reparação. Nem mesmo essas páginas são capazes disso. Todavia, isso não nos isenta do dever de fazer, da melhor forma, uma sociologia à luz do debate público e que analise o que ocorreu podendo, quem sabe, indicar caminhos para um futuro em que tantas tragédias não mais se repitam.

2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Cada novo ciclo eleitoral no Ceará envolve uma série de novas proposições e mudanças na política de segurança pública por meio de projetos e programas. Três intervenções com maior destaque são o Projeto Distrito Modelo (Governador Tasso Jereissati, 1995-2002)¹⁰, Programa Ronda do Quarteirão (Governador Cid Gomes, 2007-2015) e Pacto por um Ceará Pacífico (Governador Camilo Santana, 2015-atualmente). O Ceará, desde a eleição de Tasso Jereissati, que se intitulou “Governo de Mudanças”¹¹, assim como o Brasil inteiro a partir do fim da ditadura militar, coloca-se como desafio à incorporação de práticas democráticas e à democratização das instituições, inclusive a polícia (BARREIRA, 2004). De forma genérica, a questão que norteia diversas políticas adotadas nos últimos 30 anos diz respeito à capacidade de combater a criminalidade e prevenir a violência a partir de princípios democráticos. Nesse sentido, além de pauta das reivindicações da população, o papel da polícia e a gestão da segurança pública são investigações importantes para os/as pesquisadores/as.

A transição democrática, no entanto, não resultou em mudanças profundas nas polícias, no sistema de justiça criminal e nas prisões (LIMA, SINHORETTO & BUENO, 2015). Durante o período de redemocratização, diferente do que ocorreu em campos como saúde e educação, o campo da segurança pública não experimentou processos democráticos, ou seja, não houve vontade política eficiente de mudar o conjunto de crenças, valores e práticas sociais em torno da atuação da polícia com a população, principalmente a mais desprotegida socialmente. Por consequência, continuamos a reproduzir um modelo militarizado na polícia e não temos participação da sociedade civil no processo de construção e avaliação das políticas de segurança pública.

Adorno (1996), ao estudar a gestão do medo e da insegurança no Brasil contemporâneo, mostra como a política de segurança pública imposta pelo governo

¹⁰ Projeto montado a partir de consultoria norte-americana da First Security Consulting. Consistia em estruturação de espaços delimitados das ações conjuntas da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Além de inovar no recorte de territórios, foi também o primeiro projeto de integração no campo da segurança pública no Ceará.

¹¹ O governo Tasso Jereissati é significativo, pois foi sob seu mandato que foi criada a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC), em 1997. A criação da SSPDC surge como “resposta” a um escândalo que ficou conhecido como “Caso França”, em que policiais, delegados e outros agentes foram denunciados por tráfico de drogas e contrabando de armas, entre outros crimes.

autoritário afetou o sistema penitenciário paulista. A ditadura imprimiu uma fragilidade no modelo federativo e nos processos decisórios pela centralização do poder. O autor pontua três impactos na área de segurança pública e justiça, no período de 1964 a 1982, causados por essas condições: o primeiro, os efeitos de intimidação política e ideológica resultantes do movimento que promoveu a reforma do Código Penal (1969), embora não tenha entrado em vigor; segundo, a atuação do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, do Conselho Nacional de Política Penitenciária e do Departamento Penitenciário Federal como órgãos normativos; e terceiro, a atuação policial no “combate à criminalidade” e a produção constante de ilegalidades, tendo como exemplo significativo o Esquadrão da Morte (ADORNO, 1996, p. 215). Nesse momento, a questão do “combate à criminalidade” em periferias e bairros populares se colocava como influência direta para o encarceramento crescente e “inchaço” das unidades prisionais. Em São Paulo, mas também em outros estados como o Ceará, o controle social e da violência são colocados como uma herança pesada para os primeiros governos após o período da Ditadura Militar.

As crises enfrentadas pelo Governo de Mudanças no Ceará, compreendido pelos governos Tasso Jereissati (1987-1990);(1995-1999) e Ciro Gomes (1991-1994), tornaram-se um bom exemplo da perpetuação desse modelo na segurança pública. Segundo Mota Brasil (2000, p. 140), mesmo conseguindo realizar uma reforma administrativa, essas gestões não conseguiram operar mudanças estruturais na área de segurança pública. A autora mostra que as duas principais crises enfrentadas durante esse período estavam envolvidas por dinâmicas de corrupção policial: o primeiro caso foi em 21 de abril de 1993, quando policiais civis foram flagrados torturando o pedreiro Antônio Ferreira Braga, que estava algemado e enrolado em um tapete, em uma sala da então Delegacia de Furtos e Roubos (DFR); o segundo caso, em 20 de janeiro de 1997, quando o policial civil João Alves de França foi preso com um carro roubado e denunciou o envolvimento de policiais civis e militares em uma organização de práticas criminosas, nomeando ainda como um dos líderes do esquema o então Delegado Geral da Polícia Civil, Francisco Quintino Farias. Apesar de configurarem como pontos significativos, não foram casos isolados. A corrupção policial foi a marca do período do Governo de Mudanças e encontrou, muitas vezes, terreno fértil para sua fruição (p.142).

Mesmo após 20 anos da contribuição do trabalho de Mota Brasil, é possível perceber a persistência de elementos analisados na época. É perceptível ainda, como

será possível notar neste trabalho, que os discursos de agentes têm uma importância significativa nas práticas do Estado. Em um forte contexto de corrupção policial e práticas de tortura, as falas do então secretário do Governo de Mudanças demonstrava a filiação com a banalização da violência e tentativas de suavizar as ocorrências que ganharam notoriedade na mídia e nas denúncias por entidades dos Direitos Humanos (Ibid., p. 147). Todos esses elementos concorrem para a compreensão de que as práticas ilícitas dos agentes do Estado eram de conhecimento dos governos, mas que só eram interditados se prejudicassem a imagem de uma gestão autodenominada “moderna” (Ibid., p. 147-148). Essa essência velha perdurou e perdura mesmo sob semblantes aparentemente modernos, democráticos e comunitários na forma do fazer policial.

Mesmo com o Governo de Mudanças já estavam nítidas as intempéries da construção e execução do que se compreende como uma *política de segurança pública*. Por definição, este trabalho partilha da concepção de que uma política de segurança pública consiste em uma “forma de instituir mecanismos e estratégias de controle social e enfrentamento da violência e da criminalidade, racionalizando as ferramentas da punição” (CARVALHO, SILVA, 2011, p. 60).

Ainda sobre a definição do que é uma política de segurança pública, Saporì (2007) busca entender as políticas públicas de segurança no Brasil a partir do que chama de *gerenciamento de crises*. Para o autor, muito embora tenham sido implementadas políticas de segurança pública nos últimos 20 anos, essas políticas não estavam engajadas para realizar mudanças reais, mas, muitas vezes, apenas para manter o *status quo*. As políticas são feitas sem racionalidade gerencial e acabam adotando a postura meramente reativa às crises que aparecem no cotidiano – o que o autor chamou de “polícia de reação”, fortalecido pelo espetáculo midiático promovido pela cobertura jornalística dos casos de violência.

Segundo Saporì (2007, p. 107), a própria concepção do que é uma política pública precisa, no Brasil, englobar não só os processos decisórios, mas, também, a ausência de decisões e de intervenções governamentais. No Ceará, e para este trabalho, cabe buscar compreender como o desenho de uma política de segurança bem estruturada e planejada, a partir de consultoria de cientistas sociais especializados na área, no caso o Pacto por um Ceará Pacífico, não conseguiu efetivamente se tornar uma política pública durante o primeiro mandato da gestão, e as posturas reativa e repressiva permaneceram.

Observa-se ainda que a trajetória do Estado no Ceará e no Brasil tem sido marcada por uma sistemática descontinuidade de projetos e programas no campo da segurança pública a depender dos governos eleitos. Moura Brasil (2000, p. 262) observou essa descontinuidade já no Governo de Mudanças e tratou que a hipótese disso seria o fato da segurança pública não ter sido inserida como área de importância na política estratégica da gestão. No geral, o que se observa é que o campo da segurança pública continuou a ser debatido e reformulado a partir das discussões entre os próprios agentes de segurança, o que continua a causar rigidez e, muitas vezes, reforço das ações violentas no dia a dia. Uma arena propícia para a reforma da polícia deve estar pautada na interação entre sociedade civil, a sociedade política e as lideranças policiais (COSTA, 2008), e isso não temos observado no cenário das políticas de segurança pública.

No sentido de promover mudanças na atuação, a estratégia de integração tem sido adotada em projetos e programas de segurança pública. A partir da experiência de Minas Gerais, entre os anos de 2003 e 2006, se implantou um modelo de policiamento que tinha como proposta induzir a integração operacional do policiamento ostensivo com o policiamento investigativo (SAPORI; ANDRADE, 2008, p. 429). Naquele momento, o cenário estadual estava favorecido pela consonância com as ações que o Governo Federal propunha para a área. A política de integração traçou como principais estratégias a integração das informações, das áreas geográficas de atuação e do planejamento operacional (Ibid., p.433). A integração dependia, principalmente, de uma governança protagonizada por um Colegiado responsável por se reunir sistematicamente para avaliar e traçar novas estratégias para o trabalho. Essas diretrizes também estavam presentes na formulação do que viria a ser o Pacto por um Ceará Pacífico.

Construído a partir do programa de governo do então candidato Camilo Santana (PT) na eleição de 2014, a ideia central do Pacto era rivalizar “com a ideia de Segurança Pública como uma ação primordialmente de combate” (Os 7 Ceará, Síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do Plano de Governo, 2014, p. 246). As noções que naquele momento de período eleitoral nortearam a concepção do que viria a ser a política de segurança pública do Governo Camilo diziam respeito a “Polícia Cidadã”, “policiamento comunitário”, “democracia” e, principalmente, à concepção de segurança como um serviço público que caminha ao

lado da cidadania. O policiamento comunitário deve ser compreendido como uma proposta que visa

aproximar a polícia da comunidade por meio da descentralização dos processos de tomada de decisão, os quais passam para as mãos dos policiais de linha em vez de ficarem a cargo de seus comandantes. Nesse contexto, a polícia passa a contar com a colaboração da comunidade no mapeamento dos problemas e na definição das questões prioritárias a serem atendidas pela ação policial. Uma vez encerrado o diagnóstico, polícia e comunidade definem, em conjunto, as estratégias de ação que serão empregadas para a solução do problema, de modo que o crime ou a desordem não voltem a ocorrer (Skogan, 2008). (RIBEIRO, 2014, p. 274)

Colada à imagem do governador Cid Gomes, o plano de governo do então candidato Camilo Santana apresentava os avanços feitos na área de segurança pública pelo governador e elencou os desafios que estavam postos para o próximo ciclo político. Os avanços da gestão Cid Gomes apresentados no Plano de Governo foram o aumento do investimento na área de segurança pública; a contratação dos policiais e aumento do efetivo; o aumento real de salários; a criação da Academia de Segurança Pública do Ceará - AESP CE; a renovação tecnológica na parte de investigação, armamento e equipamentos; a construção de delegacias e presídios; e o *Programa Ronda do Quarteirão*.

A trajetória desta pesquisa parte da expectativa inicial de que o Pacto por um Ceará Pacífico consistia em um projeto de reestruturação¹² do Programa Ronda do Quarteirão, tendo em vista a sucessão de governadores do mesmo grupo político no executivo estadual. Em abril de 2015 chegou a ser veiculado pela imprensa do Governo do Estado que o “Nova Ronda” iniciaria os trabalhos em julho do referido ano¹³. O Governador Camilo Santana chegou a afirmar que “o Ronda é um programa importantíssimo e que precisa ser aprimorado”. Para ele, o objetivo da reestruturação projetava “que a Polícia fique ainda mais próxima da população, o que é, na verdade, a essência do programa. Em paralelo a isso, é fundamental que o policial esteja motivado para desempenhar a função”. Uma das novidades anunciadas a partir da “remodelagem do Ronda” foi o projeto Boletim de Ocorrência Móvel (BOM), que

¹² TRIBUNA DO CEARÁ. Camilo Santana promete reformular programa Ronda do Quarteirão. 18 jul. 2014. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/politica/camilo-santana-promete-reformular-programa-ronda-do-quarteirao/>. Acesso em 18 set. 2019.

¹³ GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Reestruturação do Ronda começa em julho com ações em cinco áreas de Fortaleza. 08 abr. 2015. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2015/04/08/reestruturacao-do-ronda-comeca-em-julho-com-aco-es-em-cinco-areas-de-fortaleza/>. Acesso em 17 set. 2019.

consistia na possibilidade de fazer um Boletim de Ocorrência na própria viatura em caso de roubos e furtos a partir do sistema integrado na Polícia Civil.

O Ronda (BARREIRA & RUSSO, 2012; BRASIL & SOUSA, 2010; BRASIL, SOUSA & MIRANDA, 2011; CRUZ & BRASIL, 2012, 2013) foi o “carro chefe” da campanha de Cid Gomes para o Governo do Estado do Ceará na eleição em 2006 e consistia “em uma dinâmica de policiamento comunitário, com policiais divididos em áreas de até três quilômetros, trabalhando em rondas sistemáticas, com meta de atendimento de ocorrências em até cinco minutos” (PAIVA, FREITAS, 2015, p. 29). Cid assumiu um compromisso moral com a pauta da segurança pública e autoproclamou que o programa seria revolucionário na gestão da segurança pública do Ceará. As eleições de 2006 consagraram a segurança pública como um tema de interesse significativo para o eleitorado cearense (PAIVA, FREITAS, 2015, p. 27), tendo o Ronda do Quarteirão como o tema mobilizador de críticas e questionamentos durante a campanha eleitoral. A partir desse momento, há um fortalecimento da influência do período eleitoral na segurança pública, ocasionando mudanças no campo da segurança em razão da performance eleitoral e dos adversários políticos.

O Ronda foi marcado por uma série de questionamentos sobre sua execução, principalmente em virtude dos recursos financeiros que seriam utilizados e do aumento do efetivo policial. Cid Gomes governou o Ceará durante duas gestões e, no campo da segurança pública, foi um governo de crise com os agentes de segurança. O episódio mais marcante aconteceu no final do ano de 2011, durante o segundo mandato do então governador, quando começou a ser planejada uma greve da polícia que eclodiu com mais força no início de 2012¹⁴. Esse acontecimento funcionou como passo para reorganização das forças policiais no estado do Ceará, consequência que continuou a ressoar no governo seguinte, que é analisado por este trabalho.

Embora Cid e Camilo façam parte do mesmo grupo político e, no seu Plano de Governo de 2014, Camilo tenha sinalizado a proposta de reestruturar o Ronda do Quarteirão, o programa foi abandonado e substituído¹⁵. Os discursos do Governo do

¹⁴ OPOVO. 6 anos da greve da PM. Disponível em:

<https://especiais.opovo.com.br/6anosdagrevedapm/>. Acesso em 11 mar. 2019.

¹⁵ BLOG DO FERNANDO RIBEIRO. Ronda do Quarteirão chega ao fim após uma década; até 2018 será substituído pelo Raio em todo o Ceará. 12 jun. 2017. Disponível em: <http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/3031-ronda-do-quarteirao-chega-ao-fim-apos-uma-decada-ate-2018-sera-substituido-pelo-raio-em-todo-o-ceara>. Acesso em 18 set. 2019.

Estado que evitavam constatar um fim público do Ronda chegaram ao ponto da vice-governadora, Izolda Cela, afirmar que o Ronda do Quarteirão existe “em espírito”¹⁶. Na mesma ocasião, a vice-governadora afirmou que as Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), base do Pacto por um Ceará Pacífico, representam uma tentativa de resgate do policiamento comunitário (SKOGAN, 2004) ou de uma polícia de aproximação, outrora defendido e praticado pelo Ronda (pelo menos em seu início). Em contrapartida, a morte do programa Ronda do Quarteirão foi anunciada, principalmente, com adoção do novo slogan do Ceará Pacífico (“Movimento pela Vida”) e a mudança estética das viaturas¹⁷.

O que Camilo acabou reproduzindo do governo antecessor na área de segurança pública foi a tentativa de implantar uma forma de policiamento através de programas. O Ronda do Quarteirão, assim como o Pacto, são programas de policiamento ditos “comunitários”, mas que, de forma prática, são caracterizados por elaborarem estratégias, duradouras ou não, para aproximar a polícia, principalmente a militar, de moradores/as dos bairros populares. No entanto, tais estratégias não resultaram em uma reforma da instituição policial e, por isso, não podem ser reconhecidas como modelos (RIBEIRO, 2014, p. 275). O impacto dessas políticas restritas a programas de governo é o fato de que ajuda a reverberar o modelo tradicional de policiamento, que aposta numa lógica de atuação ostensiva. Frequentemente, os maiores impedimentos à implementação do policiamento comunitário como modelo, ou seja, assumindo-o como reestruturação da instituição, são a estrutura e a cultura das organizações policiais (ROLIM, 2006, p. 93).

As eleições de 2014 foram acirradas no cenário estadual, com expressa rivalidade entre Camilo Santana e Eunício Oliveira (MDB). A conjuntura dessa eleição colocou “em xeque” a legitimidade e força do grupo político da família Ferreira Gomes no Estado ao apostarem em uma figura quase desconhecida como Camilo para disputar o pleito contra um velho conhecido da política cearense. Apesar disso, Camilo saiu vitorioso das eleições com 53,35% dos votos e com a possibilidade de inaugurar um novo momento na política do Ceará. Passado o período eleitoral e com a posse

¹⁶ OPOVO. Programa Ronda do Quarteirão existe em espírito. 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/programa-ronda-do-quarteirao-existe-em-espirito.html>. Acesso em 16 jul. 2019.

¹⁷ OPOVO. Blog Jocélio Leal. Ceará: O Ronda do Quarteirão acabou. 12 jul. 2017. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/joceliroleal/2017/07/12/ceara-o-ronda-quarteirao-acabou/>. Acesso em 16 jul. 2019.

do novo Governador, o lançamento do Pacto por um Ceará Pacífico aconteceu em cerimônia oficial no dia 7 de agosto de 2015 com a presença de diversos secretários. Na ocasião, o Pacto apresentou os novos carros do Ronda do Quarteirão (Figura 1) e 11 linhas de ações intersetoriais do projeto:

“1 - Mensagem de Lei que garante cota de empregabilidade para pessoas egressas do sistema prisional em obras públicas: determina que 2% das vagas de cada obra pública ou serviço público sejam destinadas a egressos do sistema penitenciário.

2 - Termo de Cooperação entre Governo do Estado/Sejus e Tribunal de Justiça para implantação da Audiência de Custódia em Fortaleza: o projeto estabelece um prazo de 24 horas para que presos em flagrante sejam apresentados a um magistrado que vai decidir ou não pelo encarceramento do acusado. A medida deve reduzir a entrada de presos provisórios no sistema penitenciário cearense, diminuindo o número de pessoas que passam meses atrás das grades à espera de um primeiro encontro com o juiz de seu processo.

3 - Termo de Cooperação envolvendo Sejus e Defensoria Pública para realização de mutirão penitenciário: intensifica o atendimento jurídico e gratuito aos internos do sistema penitenciário do interior do Estado naqueles municípios em que não há defensor público designado.

4 - Convênio da Sejus e Ministério Público para a implantação de Núcleos de Mediação Comunitária: garante a instalação, manutenção, funcionamento e cessão de pessoal aos núcleos de mediação comunitária do Ministério Público. Os núcleos de mediação são espaços de pacificação social e fortalecimento dos vínculos comunitários. Por meio do convênio, estará garantida a capacitação dos profissionais que atuam nesses núcleos, a sensibilização da comunidade para o assunto e a elaboração de estatísticas para subsidiar estudos e diagnósticos sobre o tema.

5 - Acordo de Cooperação entre Governo do Estado, Ministério Público do Trabalho e Tribunal de Justiça para contratação de egressos e de presos em regime de semiliberdade: contribui para a ressocialização dos apenados que cumprem pena em regimes semiaberto, aberto e egressos do sistema penitenciário. O acordo faz parte do projeto Reconstruir, já desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, e prevê a inserção, inicialmente, de 20 apenados nas empresas que prestam serviços de asseio e conservação para as instituições envolvidas.

6 - Convênio para ampliação de estágio profissionalizante entre secretarias da Educação e da Saúde: inicialmente, a ação chegará aos estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional Ângela Linhares, na Praia do Futuro, e José Maria de Medeiros, no Papicu, integrantes da área do Vicente Pinzon. A medida, no entanto, é destinada ao Ceará que conta com 110 Escolas Estaduais de Educação Profissional, responsáveis pela matrícula de mais de 40 mil alunos.

7 - Termo de Cooperação envolvendo Sejus e Sesa para descentralizar recursos da saúde prisional: medida visa ampliar e reforçar as ações de prevenção e promoção da saúde nas 14 grandes unidades prisionais do Estado e nas 139 cadeias públicas. Os repasses são feitos pela Sesa e aplicados pela Sejus, conforme o acordado no Termo de Cooperação.

8 - Termo de Compromisso entre Fiec, Fecomércio, Marquise e M. Dias Branco para investimentos diversos

9 - Acordo de Cooperação para a implementação do projeto Centro Seguro entre SSPDS e CDL: a operação teve início no dia 16 de julho de 2015 com a implementação da primeira fase, que tem como objetivo coibir as ocorrências criminais na região central de Fortaleza. A Polícia Militar conta com um esquema especial de patrulhas volantes que estarão diariamente nas vias do Centro da cidade. A Operação não tem prazo para acabar e será

implementada por etapas, até que os principais cruzamentos do Centro estejam ocupados com Policiais Militares. Atualmente a Polícia está presente em 20 cruzamentos do Centro. O policiamento é feito em viaturas, em motos, a pé, de bicicleta, com cavalos e por meio de videomonitoramento.

10 - Acordo de Cooperação envolvendo Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, municípios do Interior e Ministério da Justiça para implantação dos projetos "Jogo Elos", "#Tamo Junto" e "Fortalecendo Famílias": os programas serão implantados em Sobral, Camocim, Caucaia, Aracati, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crateús, Tianguá, Quixeramobim e Iguatu. O "Jogo Elos" é voltado para crianças de 6 a 10 anos matriculadas no 1º e 2º anos do ensino Fundamental I. O "#Tamo Junto" é um programa de prevenção ao uso de drogas realizado em escolas, voltado para adolescentes entre 10 e 14 anos de idade matriculados na 7ª série e 8º ano do ensino fundamental II. E o "Fortalecendo Famílias" é um programa de prevenção ao uso e abuso de drogas, voltado para famílias de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos. Objetivo é reduzir os fatores de risco para essa população, construindo e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

11 - Posse dos 300 integrantes dos Conselhos Comunitários de Defesa Social: através do Decreto número 25.293, do ano de 1998, foram criados os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDSs), em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, com o objetivo de colaborar na avaliação e procurar soluções para os problemas relacionados à segurança da população. Atualmente os Conselhos Comunitários de Defesa Social estão presentes em todos os bairros de Fortaleza e na Região Metropolitana."¹⁸

Figura 1 - Novo carro do Ronda do Quarteirão exibido no evento de lançamento do Pacto por um Ceará Pacífico



Novo carro do Ronda do Quarteirão exibido no evento (Foto: Diana Vasconcelos/G1 Ceará)

Fonte: G1 Ceará.

Na época, o Governador sustentava a ideia de reestruturação do Ronda, chegando a apresentar novos veículos para o antigo programa, mesmo tendo criado um novo projeto para a área. Essa versão se sustentou, de certa forma, durante os dois primeiros anos do Governo Camilo. Em junho de 2017, os ruídos sobre o tema

¹⁸ G1 CEARÁ. Governo do Ceará lança o Pacto por um Ceará Pacífico. 07 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/governo-do-ceara-lanca-o-pacto-por-um-ceara-pacifico.html>. Acesso em 10 jun. 2019.

começaram a ficar mais evidentes: enquanto o Secretário de Segurança André Costa afirmava que o Ronda do Quarteirão já não mais existia na prática¹⁹, o Governador chamava de “equivoco” as informações sobre a extinção do programa²⁰. No entanto, o que os dois tinham em comum era a concordância de que o Ronda não podia permanecer como uma “outra polícia”, crítica feita desde a concepção do programa, e deveria participar do processo de integração proposto pela nova gestão.

Desde o início, o Pacto também foi, assim como o Ronda, alvo de questionamentos. Se o Ronda foi alvo por parte da mídia e dos opositores políticos de Cid Gomes, o Pacto foi posto à prova a partir dos seminários territoriais realizados em bairros das periferias de Fortaleza que deveriam receber uma Uniseg. A Rede de Desenvolvimento Sustentável (Rede DLIS)²¹, do bairro Grande Bom Jardim²², teve a iniciativa de produzir uma nota pública²³ sobre o II Seminário Ceará Pacífico Território Bom Jardim, realizado no dia 13 de maio de 2017. Na ocasião, deveria ser realizada a devolutiva oficial das trinta propostas de políticas públicas elaboradas pela comunidade no I Seminário, realizado em julho de 2016. O compromisso não foi cumprido e, além disso, não estava claro para a comunidade o que significa o “pacto” institucional do Ceará Pacífico, insatisfação que foi manifestada no último parágrafo da Nota Pública:

O que é o Pacto? É uma Política, um Programa, um Projeto ou uma Coordenadoria? Que documento ou instrumento legal de governo na

¹⁹ TRIBUNA DO CEARÁ. Ronda do Quarteirão já não vinha existindo na prática, diz secretário de Segurança. 10 jun. 2017. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/secretario-de-seguranca-acredita-que-ronda-do-quarteirao-perdeu-a-finalidade/>. Acesso em 20 set. 2019.

²⁰ TRIBUNA DO CEARÁ. Informações sobre extinção do Ronda do Quarteirão são equivocadas, afirma Camilo Santana. 13 jun. 2017. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/informacoes-sobre-extincao-do-ronda-do-quarteirao-sao-equivocadas-afirma-camilo-santana/>. Acesso em 20 set. 2019.

²¹ “Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS) é uma instância de articulações de lutas envolvendo 33 entidades e movimentos demandando questões específicas de cada bairro, articulando atuações no que diz respeito ao conjunto da região e da cidade. Teve início em dezembro de 2003 e atua em um processo de diagnóstico, planejamento e monitoramento de políticas públicas de efetivação de direitos humanos em cinco bairros da região. A Rede DLIS também pretende fortalecer a identidade, a história e a memória desses lugares, valorizando as potencialidades humanas, culturais, artísticas, paisagísticas e ambientais”. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-desenvolvimento-sustentavel-do-grande-bom-jardim-ceara/>. Acesso em 20 set. 2019.

²² O Grande Bom Jardim (GBJ ou, como é popularmente conhecido, Bonja) é formado pelos bairros Siqueira, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Granja Portugal. Historicamente é utilizado como “laboratório” para políticas públicas. Ver mais em PAIVA, Luiz Fábio S.. *Contingências da violência em um território estigmatizado*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014. 226p.

²³ Rede DLIS do GBJ divulga 2ª nota sobre Ceará Pacífico. 20 jun. 2017. Disponível em: <https://medium.com/resistenciafortaleza/rede-dlis-do-gbj-divulga-2a-nota-sobre-ceara-pacifico-412e0799180e>. Acesso em 20 set. 2019.

burocracia do Estado resguarda esta política no governo do Estado? E qual o orçamento para isso acontecer? Que tipo de política de segurança pública o Ceará Pacífico pratica? A repressiva militarizada? Ou a da integração, interdisciplinar? O Ceará Pacífico terá de fato alguma interferência na forma de atuar das forças policiais da segurança pública? O Ceará Pacífico é apenas uma estratégia de comunicação para divulgar ações de órgãos que já existem como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, Casa Brasil, etc?

Mais do que o questionamento sobre as diretrizes, estava em questão a própria definição do que é o Pacto ou do que pretendia ser essa “nova” política de segurança pública que estava sendo apresentada aos territórios que já são frequentemente utilizados como laboratórios de políticas de redução da violência.

2.1 A estrutura do Pacto por um Ceará Pacífico

As estruturas que compõem a governança da política de segurança pública foram instituídas a partir do Decreto nº 31.787/2015, que dispõe a criação do Pacto por um Ceará Pacífico. Dividido em três níveis de atuação, a estrutura de governança foi elaborada com base em plano estratégico, gerencial e operacional de segurança pública gestado por um comitê intersetorial coordenado pela vice governadoria do governo estadual. O projeto conta ainda com equipes de mobilização comunitária, que realizam trabalhos em bairros da periferia escolhidos para abrigar equipamentos policiais de ação comunitária, além de outras iniciativas sociais. Portanto, esse modelo deve ser compreendido como instâncias de pactuação, que utilizam distintas ferramentas em contextos diversos, orientadas para atingir determinado objetivo possível (MUNIZ, PROENÇA JR., PONCIONE, 2009, p. 22).

Com o objetivo de integrar a estrutura da governança, o Pacto por um Ceará Pacífico atua em três níveis - estratégico, gerencial e operacional - e foi dividida em 8 grupos: 1) Comitê Deliberativo; 2) Comitê Gestor; 3) Coordenação Executiva; 4) Comitê de Conselhos Municipais; 5) Comitê da Sociedade Civil; 6) Comitê Territorial; 7) Círculos de Diálogos Comunitários; 8) Observatório da Violência (Ceará Pacífico em Ação: Matriz de acompanhamento, p. 31). Esse tipo de governança é pautado pelo gerenciamento em redes e descentralização, muito embora o Comitê de Governança, presidido pelo Governador e pela Vice-Governadora, seja responsável por definir as diretrizes. A governança deve ser compreendida como gerenciamento de redes, gerenciamento dos nexos e relações estabelecidas entre organizações; por sua vez, as redes são essencialmente auto organizativas (SAPORI; CARDOSO, 2008, p. 450).

O modelo está em consonância com uma tendência contemporânea onde a administração da coisa pública deixa de funcionar a partir de burocracia e hierarquia para ser executada a partir de mercados e redes. Segundo Bevir (2011, p. 108), institucionalistas influenciados pelo neoliberalismo apelam para a dinâmicas de redes na governança por acreditarem na maior flexibilidade e possibilidade de participação dos agentes, além de propiciar construção de confiança e ações voluntárias.

O Pacto por um Ceará Pacífico tem como base, além do Decreto de criação, um material lançado a partir da consultoria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública²⁴. O produto da consultoria foi dividido em três livros: 1) Experiências exitosas de enfrentamento à violência e à criminalidade; 2) O cenário da violência e da criminalidade no Brasil; e 3) Ceará Pacífico em Ação. O terceiro volume merece especial atenção pois é por meio deste que são apresentadas a estrutura de governança (na capital e nos municípios do interior), o monitoramento, o Pacto em Ação e a integração com outras políticas públicas.

Em primeiro lugar, destaca-se a observância da relação entre focalização/institucionalização de ações baseadas no tripé: aproximação com a população, uso intensivo de informações e aperfeiçoamento da inteligência e da investigação, e articulação e integração das agências de segurança pública e justiça. Em segundo lugar, encontra-se a articulação do desenho das ações de segurança estrito senso com a realidade do sistema prisional no planejamento estratégico e tático de operações e de metas. Faz-se necessário sensibilizar todo o sistema de segurança pública e justiça criminal para um abordagem diferente em termos de política criminal e que priorize homicidas. Por fim, o Ceará Pacífico é caracterizado por uma arquitetura e um modelo de governança que não são engessados e possibilitam a consolidação de formatos que possam ser redesenhados e que resultem de um processo participativo de construção. (Ceará Pacífico em Ação, 2017, p. 5)

A estrutura de governança do Pacto foi dividida da seguinte forma, no que diz respeito às instâncias e atribuições:

Nível Estratégico:

- Monitoramento e Avaliação;
- Decisão;
- Normatização;
- Articulação intergovernamental;
- Comunicação e divulgação.

Nível Gerencial:

- Discussão especializada;
- Quadro lógico;

²⁴ GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Governador apresenta diagnóstico do Ceará Pacífico em ação e reforça compromisso com segurança. 01 dez. 2017. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/01/governador-apresenta-diagnostico-do-ceara-pacifico-em-acao-e-reforca-compromisso-com-seguranca/>. Acesso em 04 maio 2019.

- Articulação entre iniciativas;
- Proposição de Implementação;
- Avaliação dos projetos do Pacto.

Nível Operacional:

- Ênfase Territorial;
- Controle Social;
- Participação Social;
- Articulação intersetorial;
- Acompanhamento de iniciativas.

Como dito na introdução, a maneira de renovar visivelmente a segurança pública do Governo Camilo foi a adoção de um novo slogan e a mudança das viaturas; as viaturas de cor cinza e vermelho com o nome “Ronda” foram substituídas por carros novos e totalmente diferenciados. Sua entrega foi feita em junho de 2018.

Figura 2 - PM recebe as 150 primeiras viaturas das 466 alugadas pelo Estado



Fonte: José Leomar / Diário do Nordeste

Além da diferenciação estética, outro ponto chama a atenção sobre esse novo momento: o Governo do Estado aderiu à locação de veículos em vez da compra. O objetivo consiste em garantir que “não falem veículos nas ruas em casos de problemas mecânicos”, pois “o contrato prevê que a viatura seja substituída em até 24 horas pela empresa licitada”²⁵. Os veículos vieram portando tablets para monitoramento das operações em tempo real e sistema de localização GPS (Sistema

²⁵ DIÁRIO DO NORDESTE. PM recebe as 150 primeiras viaturas das 466 alugadas pelo Estado. 25 jun. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/pm-recebe-as-150-primeiras-viaturas-das-466-alugadas-pelo-estado-1.1960129>. Acesso em 20 set. 2019.

de Posicionamento Global). O Governador projetava que, até julho do referido ano, todos os 184 municípios do Ceará recebessem pelo menos uma nova viatura.

Um ponto fundamental para o Ceará Pacífico foi a criação das Unisegs. Durante a pesquisa, foi possível perceber duas questões fundamentais sobre essa construção: o tempo entre as inaugurações e a proporção de cada unidade.

Sobre o tempo, a título de exemplo, a Uniseg 3 (Conjunto Ceará I e II, Genibaú e Granja Portugal) foi inaugurada em julho de 2017, um ano após a inauguração da Uniseg 2 (Aldeota, Meireles, Varjota e Praia de Iracema). Quatro Unisegs foram inauguradas entre os anos de 2016 e 2017. Com a proximidade do período eleitoral, seis Unisegs foram inauguradas nos sete primeiros meses de 2018 apresentando, por exemplo, diferença de apenas um dia entre a inauguração da Uniseg 8 (Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Cajazeiras, Aerolândia e Alto da Balança) e a 9 (Vila Velha e Jardim Guanabara). Na ocasião da inauguração da Uniseg 10 (Jangurussu e Conjunto Palmeiras)²⁶, o Governador Camilo foi questionado sobre a “entrega” da unidade mesmo com as obras inacabadas e indagou: “Qual é o problema? O importante é o aumento e a presença dos policiais na unidade”²⁷.

Sobre as diferentes proporções das Unisegs, chamou a atenção o próprio paradoxo com a concepção do que deveria ser a unidade: se a ideia inicial era abranger um pequeno território para o trabalho focalizado, as unidades inauguradas no último ano do primeiro mandato englobam grandes territórios, como é o caso da Uniseg 5, que possui 10 bairros²⁸: Antônio Bezerra, Quintino Cunha, Olavo Oliveira, Padre Andrade, Presidente Kennedy, Parquelândia, Amadeu Furtado, Parque Araxá, Rodolfo Teófilo e Bela Vista. Nota-se que essas dimensões foram diretamente afetadas pelo período eleitoral.

O Pacto encontrou entraves institucionais significativos. A política de segurança pública ficou sob a responsabilidade da vice-governadoria e esta, por sua

²⁶ GOVERNO DO CEARÁ. Ceará Pacífico: 10ª Uniseg em Fortaleza intensifica ação no Jangurussu e no Conjunto Palmeiras. 03 jul. 2018. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/07/03/ceara-pacifico-10a-uniseg-em-fortaleza-intensifica-acao-no-jangurussu-e-no-conjunto-palmeiras/>. Acesso em 13 set. 2019.

²⁷ OPOVO. Camilo entrega 3ª unidade de segurança em menos de uma semana. 3 jul. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/07/qual-o-problema-indaga-camilo-sobre-entrega-de-uniseg-em-obras.html>. Acesso em 16 mar. 2019.

²⁸ GOVERNO DO CEARÁ. Ceará Pacífico: Nova Uniseg reforça segurança em dez bairros da capital. 24 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/03/24/ceara-pacifico-nova-uniseg-reforca-seguranca-em-dez-bairros-da-capital/>. Acesso em 13 set. 2019.

vez, não foi dotada de orçamento viável para a execução do Ceará Pacífico, o que pode ser observado no documento “Análise comparativa da Lei Orçamentária (LOA) – 2016 e 2017”²⁹. No documento, não havia desenho do planejamento das ações e quanto do orçamento seria destinado para estas e, naquele momento, já havia a avaliação de que o Pacto não seria, portanto, uma marca generalizada do Governo Camilo no campo da segurança pública, mas um conjunto de ações delimitado a determinados territórios.

Destacado sob o comando da vice governadoria, o Pacto encontrou contraponto dentro da própria gestão, mantendo reuniões gerais do Comitê Deliberativo ou os Seminários Territoriais do Pacto em caráter esporádico, o que configura uma problemática de não dispor de espaço para contínua avaliação do que de fato estava sendo feito, por exemplo. Foi a SSPDS que continuou a ser a porta-voz da orientação política da prática policial, pautada na ostensividade tanto nas ações como nas performances públicas. O isolamento foi tamanho dentro da própria gestão que, a partir principalmente do último ano do primeiro mandato do Governo Camilo, ficou nítido o que estava sendo construído durante todo o primeiro mandato: a normalização do Ceará Pacífico como slogan, uma ornamentação para as viaturas e propagandas do Governo e que, de tanto ser defendido de uma forma ampla e vazia como um conceito onde na prática não cabiam duas noções de segurança pública tão divergentes, acabou por perder qualquer sentido na promoção de redução da violência e prevenção social. Pode-se afirmar, conseqüentemente, que a gestão do controle social durante o Governo Camilo, no período analisado, deu-se de uma forma a produzir um *hibridismo* no campo da segurança pública. Duas concepções divergentes da segurança pública existiram na mesma gestão, sem que uma fosse cooptada pela outra; não é como se a SSPDS tivesse cooptado o Ceará Pacífico para a sua compreensão, por exemplo. Na verdade, o que foi construído corresponde a duas vertentes que trabalham de formas paralelas nas suas concepções e execuções dentro do campo da segurança pública em um mesmo Estado. Ainda que a lógica da SSPDS tenha se sobressaído, o hibridismo na gestão garantiu, em alguma medida, uma coexistência.

²⁹ Mandato do Deputado estadual Renato Roseno (PSOL) - Ceará. Análise comparativa da Lei Orçamentária (LOA) 2016 e 2017. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/files/1/0/4/1040007-ANÁLISE-COMPARATIVA-DA-LEI-ORÇAMENTÁRIA-LOA-2016-E-2017.pdf>. Acesso em 20 set. 2019.

Em “Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo” (2018), Marques examinou o que cunhou chamar de razão democrática e humanista na segurança pública em São Paulo no final da Ditadura Civil-Militar. O autor trata do que convém chamar de três domínios discursivos que nomeia “tríptico segurança pública - democracia - direitos humanos”, que foram gerados, principalmente, a partir de três eventos: a) a Comissão Justiça e Paz (CJP) da Igreja Católica em torno do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns; b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), principalmente em decorrência do "Seminário sobre Criminalidade Violenta", no início dos anos 1980; c) e a Comissão Teotônio Vilela (CTV) do Senado Federal. Essa forma de elaborar a governamentalidade foi expressiva no Governo Montoro, em São Paulo, que se autodenominava democrático e humanístico.

O mais importante da tese desenvolvida por Marques e que nos ajuda a pensar sobre uma gestão de governo no Ceará é a percepção do pesquisador sobre a participação de cientistas sociais ligados à Sociologia da Violência na expansão do sistema de segurança pública. O autor define a Sociologia da Violência como o “enunciado que faz a violência e a segurança pública serem ditas de maneira científica” e a declara como uma ciência de Estado (MARQUES, 2018, p. 130). Ou seja, estabelece que, para além dos seus feitos científicos, a Sociologia da Violência, desde sua formação, cumpre uma agenda política que não deve ser negada em nossas análises. O que a tese de Marques parece muitas vezes ignorar é que os cientistas sociais não formulam e propõem no vácuo. Em contrapartida à atuação destes, há uma categoria e um imaginário social que cultuam o militarismo. Por motivos operacionais e institucionais, o que vimos é que o discurso de defesa da prevenção social ficou reservado à vice-governadoria, sem conseguir ter efeitos reais nas instâncias policiais, o que cooperou para a perseverança do modelo conservador pautado na ação policial ostensiva como maneira “correta” de fazer o “dia a dia” da segurança pública.

2.2 Um governo de crises

A governamentalidade da gestão da segurança pública, ou seja, um “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder,

que tem por alvo a população” (FOUCAULT, 1972, p. 291-292), no primeiro governo de Camilo Santana foi marcada por crises e divisões. De forma temporal, a primeira gestão se dividiu em dois momentos: o primeiro, de 2015 ao final de 2016, sob comando do então secretário de segurança e delegado da polícia federal Delci Teixeira; o segundo, do início de 2017 até 2018, sob o comando do novo secretário de segurança e também delegado da polícia federal André Costa³⁰.

2.2.1 Gestão Delci Teixeira: chacina e matança nos presídios

A administração de Delci Teixeira foi marcada principalmente por dois fatos: a Chacina do Curió (PAIVA, 2015; BENICIO et al., 2018), em 2015, e a crise do sistema penitenciário do Ceará, em 2016.

A Chacina aconteceu na madrugada do dia 11 de novembro de 2015, na comunidade do Curió, localizada na Grande Messejana, em Fortaleza. Na ocasião, 11 jovens foram assassinados e 45 policiais militares indiciados por participação no massacre. Em entrevista à Jangadeiro FM e noticiado pela Tribuna do Ceará, se sobressaiu a afirmação, por parte do governador, de que “a chacina não tira o brilho da Polícia Militar”³¹, se referindo ao envolvimento dos policiais no massacre.

A análise feita por Paiva (2015, p. 280) na época já mostrava que o ocorrido no Curió inaugura um novo momento na cidade de Fortaleza: se por um lado o medo se tornou algo mais presente e alvo de lutas políticas em torno da sua mobilização, a revolta gerada fez com que pessoas se organizassem e manifestassem mais contra a violência nas periferias da cidade. O resultado mais significativo foi a organização do grupo que hoje se intitula Mães do Curió, composto por mães e familiares que perderam entes queridos nessa matança. Em contrapartida à luta e voz das Mães vítimas do Estado, mesmo após mais de 3 anos do crime os PMs não tinham ido a julgamento³². Em outubro de 2019, um julgamento no Tribunal de Justiça do Ceará

³⁰ Ao ser reeleito em 2018, a segunda gestão de Camilo Santana à frente do governo do Estado iniciou em 2019, mantendo André Costa no comando da SSPDS.

³¹ TRIBUNA DO CEARÁ. “A chacina não tira o brilho da Polícia militar”, defende Camilo. 2 set. 2016. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/a-chacina-nao-tira-o-brilho-da-policia-militar-defende-camilo/>. Acesso em 11 mar. 2019.

³² G1 CEARÁ. Sem julgamento, 44 PMs acusados da Chacina de Messejana estão soltos. 12 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/11/12/sem-julgamento-44-pms-acusados-da-chacina-de-messejana-estao-soltos.ghtml>. Acesso em 12 jul. 2019.

decidiu que 31 PMs devem ir a júri popular³³ e 2 devem responder por prevaricação (não ter atuado para evitar o crime). As denúncias versam sobre tentativa de homicídio, homicídios duplamente qualificados e prática de tortura física e psicológica praticadas pelos PMs na noite da Chacina.

Até o início de 2018, a Chacina do Curió era considerada a maior chacina da história do Ceará³⁴ em número de vítimas. Para além dessa colocação, o que não é posto em dúvida é o fato de que o acontecimento de 11 de novembro de 2015 marcou o primeiro mandato do Governo Camilo, escancarando o antigo problema de participação de agentes do Estado em violações de Direitos Humanos, principalmente contra as populações de determinados territórios e pessoas negras, e reorganizando a forma de falar sobre tragédias e de lutar por justiça. Atualmente, a Chacina do Curió é reconhecida como principal símbolo de luta do Ceará sobre vítimas de violência policial e tem reverberado na construção de conhecimento sobre a resistência das mães e familiares das vítimas (ALENCAR, 2017; BEZERRA, LEITE, 2020; PAIVA et. al., 2019) e em amplas redes de solidariedade organizadas em torno da defesa dos Direitos Humanos no Ceará, como é o caso do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará³⁵.

A gestão de Delci Teixeira também foi abalada por uma crise do sistema penitenciário em função de uma greve dos agentes penitenciários entre 18 a 21 de maio de 2016. Os acontecimentos gerados naqueles dias resultaram em quatorze presos mortos em ações de rebelião. Freitas e Nascimento (2016) compreendem a crise penitenciária de 2016 como um momento de virada no campo da segurança pública no Ceará, pois deixou em evidência a atuação das facções no estado e modificou substancialmente a gestão das prisões. A transformação no sistema prisional diz respeito, principalmente, ao reagrupamento dos presos após o episódio, com uma divisão dos mesmos a partir da filiação à facção (p. 147). Tal decisão

³³ OPOVO. Justiça decide que 31 PMs da Chacina do Curió irão a júri popular. 30 out. de 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/10/30/justica-decide-se-pms-da-chacina-do-curio-irao-a-juri-popular.html>. Acesso em 29 ago. 2020.

³⁴ Em 27 de janeiro de 2018 a Chacina de Cajazeiras passou a ser a maior ocorrência em número de mortes múltiplas por meio violento no Ceará. 14 pessoas, sendo 8 mulheres, foram assassinadas e 9 ficaram feridas em um ataque armado no Furrô do Gago, uma casa de shows em Fortaleza.

³⁵ Organização da sociedade civil fundada em novembro de 2017 e formada por entidades, movimentos, coletivos e pesquisadoras/es, com objetivo de debater e formular propostas na área de segurança pública a partir de uma perspectiva popular. Anterior ao do Ceará, mas também fundado em 2017, há um Fórum Popular também em Pernambuco. Em 2019, a iniciativa se expandiu para os estados do Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, a partir da criação do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste.

produziu múltiplos efeitos, tornando cada vez mais nítido o amplo domínio desses grupos dentro e fora do sistema prisional.

No dia 1º de junho daquele ano, após o massacre, o então Secretário de Segurança Pública usou a tribuna da Assembleia Legislativa para responder aos questionamentos sobre a superlotação dos presídios, afirmando que a situação é resultado “do trabalho da polícia que está prendendo e colocando as pessoas nos presídios”³⁶. A greve resultou em uma investigação por parte do Ministério Público do Ceará, que realizou a abertura do 12º volume do Procedimento Investigatório Criminal nº 001/2016 em agosto de 2016. O documento é importante, pois, além de detalhar a investigação sobre a responsabilidade dos agentes penitenciários no conflito que resultou em um verdadeiro massacre, é a primeira afirmação sobre a existência das facções no sistema prisional e, como consequência, no Ceará. Segundo o Relatório Final da Comissão Especial de Apuração (2016),

O senhor Humberto Vargas Dorneles³⁷ esclareceu que as facções criminosas estão implantadas no sistema prisional há alguns anos. Estes grupos estão presentes em todas as unidades, ou seja, em um mesmo presídio existem membros de organizações criminosas diversas. Trata-se de um verdadeiro poder paralelo contra o qual o Estado não consegue se sobrepor, em razão das próprias condições do sistema carcerário (superpopulação, baixo efetivo, inexistência de armamento adequado). Pontuou que os homicídios perpetrados no decorrer da rebelião no dia 21.05 já estavam premeditados, tendo as facções se aproveitado daquela situação para consumá-los. (p. 2.582)

O governador havia afirmado, três meses antes da rebelião, que a pacificação entre grupos criminosos rivais no Ceará “só podia ser brincadeira”³⁸. O posicionamento governamental era de negar a existência de facções no Ceará, enunciado que se sustentou cada vez menos no início de 2017.

³⁶ OPOVO. Presídios estão lotados porque polícia está prendendo, diz Delci Teixeira. 01 jun. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2016/06/01/noticiaspoliticas,3619122/presidios-estao-lotados-porque-policia-esta-prendendo-diz-delci-tei.shtml>. Acesso em 14 maio 2019.

³⁷ Na época, diretor do Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (Cepis), localizado no Complexo Penitenciário de Itaitinga II (popularmente conhecido como CPPL 2). Humberto foi afastado do cargo em maio de 2018 durante a Operação Masmorras Abertas, deflagrada pelo Ministério Público do Ceará (MPCE) em parceria com a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), com o objetivo de investigar esquemas de corrupção no sistema penitenciário do Ceará.

³⁸ OPOVO Online. Camilo diz que pacificação de facções rivais só pode ser brincadeira. 3 fev. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/02/03/noticiasjornalcotidiano,3570576/camilo-diz-que-pacificacao-de-faccoes-rivais-so-pode-ser-brincadeira.shtml>. Acesso em 11 mar. 2019.

Comandantes da Polícia Militar (PM) declararam que a redução dos homicídios, em 2016, foi resultado do trabalho das forças de segurança, negando, inclusive, a existência do fenômeno da “pacificação” entre as pessoas que faziam o crime no Estado do Ceará. Enquanto os números caíam, o Governo do Estado do Ceará atuou sem demonstrar qualquer ação específica para uma situação que era visível nos muros da Cidade, com pichações indicando locais e orientações dos coletivos criminais em ação. (PAIVA, 2019, p.174)

As posturas de negação do que estava acontecendo não coibiu a construção do ano de 2017 como marca histórica no que diz respeito aos homicídios no Ceará. Em dezembro daquele ano, quando já tínhamos conhecimento de termos vivido o ano mais violento da história do estado, o governador apontou como motivação daquele cenário o fato de que a atuação da Polícia passou a acontecer em territórios que os líderes das organizações criminosas consideravam proibidos para as forças de segurança. Na mesma ocasião, ao ser questionado sobre o sistema penitenciário, que só no referido ano teve 38 mortes em unidades prisionais, o Governador Camilo Santana declarou que “O pessoal fica o tempo todo lá construindo túnel. Tava pensando em chamar esse pessoal para fazer o túnel do Metrô de Fortaleza... Ver se o Metrô saía mais ligeiro”³⁹. Ao tentar fazer uma brincadeira com a situação, demonstra um descompromisso com a dignidade da vida das pessoas e, por consequência, das mães e familiares destes que estão sob tutela do Estado nas unidades.

Já no campo político-eleitoral, compreendo que a eleição para Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) significou uma “guinada” na política municipal e estadual, sendo um *ponto fundamental* para a compreensão das lutas políticas no campo da segurança pública no Ceará nos anos seguintes. O pleito foi marcado pelo conflito do então prefeito Roberto Cláudio (PDT)⁴⁰, com o principal candidato de oposição e militar reformado, Capitão Wagner⁴¹. A pauta da segurança pública foi agenciada como a principal bandeira das duas campanhas, resultando em uma série de alterações políticas, como o convite ao delegado da Polícia Federal Moroni Torgan (DEM) para compor a chapa do PDT como vice-prefeito⁴².

³⁹ OPOVO. Ceará será o melhor no país em segurança pública, diz Camilo. 02 dez. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/12/ceara-sera-o-melhor-no-pais-em-seguranca-publica-diz-camilo.html>. Acesso em 12 jul. 2019.

⁴⁰ Assim como Camilo Santana, Roberto Cláudio faz parte do grupo político da família Ferreira Gomes.

⁴¹ Wagner foi o líder da greve da Polícia Militar em 2012 e, já naquela época, indicava interesse em concorrer às eleições da PMF como candidato a prefeito pelo Partido da República (PR).

⁴² Moroni se tornou o responsável, na gestão municipal, por trabalhar em torno da pauta da segurança. Em Fortaleza, atualmente temos a implementação do Plano Municipal de Proteção Urbana (PMPU)

A eleição para a PMF também atingiu o Governo do Estado. Ao final do ano de 2016, Delci Teixeira foi exonerado da SSPDS e assumiu o policial federal André Costa. Desta forma, iniciava-se uma nova fase na segurança pública do Estado, com um secretário jovem, competente no uso das redes sociais e com *capital policial* capaz de confrontar a figura do Capitão Wagner.

2.2.2 Gestão André Costa: performances públicas e expansão das facções

No seu primeiro discurso público, em janeiro de 2017, em virtude do assassinato de um agente de segurança, secretário André Costa afirmou que “para o bandido a gente oferece duas coisas: se ele quiser se entregar, a gente oferece a justiça. Se ele quiser puxar uma arma, como foi feito ontem contra nosso policial, a gente tem o cemitério para oferecer a ele”⁴³. A declaração repercutiu dentro do Governo. Em entrevista, o Governador Camilo afirmou que o seu governo é a orientado pela defesa da legalidade em qualquer circunstância e sugeriu que o secretário se equivocou; no entanto, reforçou que “não abriremos mão de combater a criminalidade, doa a quem doer”⁴⁴. Na mesma oportunidade, a Vice-governadora reforçou a interpretação como uma fala em defesa da institucionalidade. Ainda que tenha sido abafado, o episódio dá conta do que foram os primeiros anos do secretário à frente da SSPDS.

Dois pontos marcam a gestão André Costa na SSPDS durante o período analisado: a primeira, a própria nomeação dele para o cargo de secretário; a segunda, a expansão das facções, com especial atenção ao registro de chacinas e ataques criminosos, principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana.

A figura de um homem, jovem e de confiança do Governador é a marca registrada da escolha do secretário André Costa para o segundo momento da primeira gestão do Governo Camilo, tendo em vista que, após o massacre ocorrido em 2016 no sistema prisional, se mostrava necessário uma reorganização das forças de

que, segundo Brito (2018, p. 8) em pesquisa recente, “visa o aumento do policiamento associado a medidas de vigilância, com a instalação de torres de segurança e de câmeras de vídeo nos bairros com os mais altos índices de homicídios”.

⁴³ G1 CEARÁ. ‘Bandido terá justiça ou cemitério’, diz secretário de segurança do Ceará. 29 jan. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/01/bandido-tera-justica-ou-cemiterio-diz-secretario-da-seguranca-do-ceara.html>. Acesso em 18 dez. 2018.

⁴⁴ OPOVO. Fala do secretário André Costa foi “má interpretação”, diz Camilo. 01 fev. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/02/fala-do-secretario-andre-costa-foi-ma-interpretacao-diz-camilo.html>. Acesso em 21 set. 2019.

segurança que fosse capaz de “enfrentar” o novo momento à altura que julgava ser necessária. André cumpre, portanto, o papel de ser uma figura com *capital policial*, ou seja, sendo reconhecido de forma explícita e prática (BOURDIEU, 2001, p. 296) como alguém que compartilha do *habitus* da categoria. Essa prática só é possível pois o *habitus* que, por sua vez, deve ser compreendido como um “sistema de disposições duráveis”, que funciona como uma “matriz de percepção, de apreciação e de ação” (BOURDIEU, 1983, p. 19), acaba por se realizar em determinadas condições sociais. Mais do que simplesmente ser um policial, o que também tem seu grau de importância (principalmente se levarmos em consideração a constante presença de agentes de segurança pública ocupando cargos de chefia na área), o novo secretário é reconhecido como uma figura que representa vigor e um novo rosto para a segurança pública no Ceará especialmente por “falar a mesma linguagem” da tropa. Essa linguagem diz respeito não apenas à palavra pronunciada, ainda que o discurso público tenha peso analítico para este trabalho, mas também versa sobre uma série de disposições como a forma de se portar, a confiança exposta em relação aos policiais⁴⁵, publicações em redes sociais, vestimentas, etc. O *habitus*, portanto, deve ser pensado como parte de relações sociais engendradas em um determinado campo — aqui, em específico, o campo da segurança pública no Ceará.

As noções reconhecidas como valorosas neste campo foram apreendidas e continuam a ser reproduzidas. A prática dentro do campo, caracterizada pela interação entre situação social e o *habitus*, “transcende as relações entre os atores, (...) o que implica dizer que o ator só realiza aquelas ações que ele realmente pode efetivar” (BOURDIEU, 1983, p. 19). A escolha da nomeação do André Costa como secretário da segurança pública no momento político que o Ceará passava em 2016 respondeu a uma série de demandas pré-existentes à sua nomeação. O crescimento da pauta da segurança pública nas eleições municipais de Fortaleza naquele ano, em razão da candidatura do Capitão Wagner, fez com que o campo da segurança pública, sob a gestão estadual e municipal do grupo político oposto ao de Wagner, fosse

⁴⁵ Na solenidade de inauguração do Batalhão de Policiamento de Rondas Intensivas e Ostensivas (BPRaio) e do sistema de videomonitoramento em Beberibe, na Região Metropolitana de Fortaleza, André chegou a se deitar em cima de motos para um policial do Raio saltar sobre ele. Sobre a atitude, André ressaltou que “não é questão de coragem, mas de confiança”. A foto do momento viralizou e chamou a atenção. Ver mais em: “Em performance arriscada, André Costa deita para policial do BPRaio saltar de moto sobre ele”. OPOVO. 26 fev. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/beberibe/2018/02/andre-costa-deita-para-policial-do-bpraio-saltar-de-moto-sobre-ele.html>. Acesso em 08 set. 2020.

interpelado a fornecer resposta que garantisse uma demonstração de firmeza nas ações. Uma figura como o secretário André Costa, portanto, calhou de ser um contraponto fundamental nas disputas políticas no campo da segurança pública.

Era impossível prever a quantidade de acontecimentos que a gestão de André Costa na SSPDS iria enfrentar. Hoje pode-se afirmar que o período de sua gestão corresponde ao pior momento da história do Ceará na segurança pública, em razão das várias crises enfrentadas em um curto espaço de tempo.

Logo no primeiro ano à frente da secretaria, o secretário André Costa precisou lidar com a marca histórica de 5.134 homicídios no estado em 2017, configurando o ano mais violento da história. As maiores taxas⁴⁶ foram registradas em Fortaleza e Maracanaú⁴⁷, município da Região Metropolitana da capital. Cobrado sobre a marca atingida, o secretário André reclamou investimento do Governo Federal na área de segurança pública no estado, lembrando que o que estava mantendo a pasta eram os recursos próprios do governo local⁴⁸. Essa cobrança passou a compor falas públicas tanto do secretário como do Governador Camilo.

Mal se havia recuperado da marca histórica de 2017 e janeiro de 2018 já anunciava o que estava por vir: em 9 de janeiro foi registrada a primeira chacina do ano, com 4 homens assassinados dentro de uma casa no município de Maranguape, Região Metropolitana de Fortaleza⁴⁹. A dimensão do ataque chamou atenção: a Perícia Forense encontrou 94 cápsulas de revólver calibre 38 e pistolas .40 e 380. Além disso, golpes de foice foram desferidos contra as vítimas. Testemunhas afirmaram ao jornal OPOVO que os executores da chacina desceram a serra de Maranguape comemorando as mortes. A motivação do crime seria a disputa entre grupos criminosos.

⁴⁶ DIÁRIO DO NORDESTE. Maracanaú e Fortaleza lideram mortes violentas em 2017. 06 ago. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/maracanau-e-fortaleza-lideram-mortes-violentas-em-2017-1.2132066>. Acesso em 05 set. 2020.

⁴⁷ O Atlas da Violência 2019, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontou Maracanaú como a cidade com o maior índice de homicídios registrados no Brasil entre os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os dados são referentes a 2017.

⁴⁸ G1 CEARÁ. Com 5.134 homicídios, Ceará tem ano de violência recorde. 12 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/com-5134-homicidios-ceara-tem-ano-de-violencia-recorde.ghtml>. Acesso em 05 set. 2020.

⁴⁹ OPOVO. Quatro pessoas são mortas em Maranguape na primeira chacina do ano. 09 jan. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2018/01/quatro-pessoas-sao-mortas-em-maranguape-na-primeira-chacina-do-ano.html>. Acesso em 07 de setembro de 2020.

Menos de 20 dias após a primeira chacina, o dia 27 de janeiro ficou marcado: um ataque bélico matou 14 pessoas e deixou 9 feridas no Forró do Gago, bairro de Cajazeiras, em Fortaleza. O massacre ficou conhecido como Chacina de Cajazeiras (BARRETO, 2019; ROCHA VASCONCELOS, CAVALCANTE, 2020) e se tornou o maior assassinato em massa, em número de vítimas, da história do Ceará. A Anistia Internacional⁵⁰ chegou a lançar uma ação urgente para coletar assinaturas e pressionar as autoridades do Ceará para que garantissem “uma investigação imediata, minuciosa e imparcial”, “as medidas adequadas para garantir uma assistência efetiva às famílias das vítimas, incluindo apoio psicológico e jurídico” e “proteção imediata às testemunhas do tiroteio com o objetivo de impedir qualquer tipo de intimidação ou ameaças”⁵¹. Em 2020 a Chacina de Cajazeiras completou 2 anos com 15 pessoas acusadas pelo massacre, mas sem previsão de julgamento para o caso⁵². Apesar disso, esse acontecimento consagrou os crimes de chacinas como um *modus operandi* na destruição massiva de pessoas no Ceará, a partir da ação das facções na gestão da vida e da morte nas periferias (BENÍCIO et. al., 2018, p. 197).

Na época, as dimensões do acontecimento exigiram que o secretário André se colocasse publicamente e, apenas algumas horas após o massacre, ele se pronunciou comparando a ocorrência aos *atos terroristas* e afirmando que foi um “evento isolado”:

“Isso é um evento isolado. No mundo todo, há acontecimentos que matam 50 pessoas, 60 pessoas em boates, coisa assim. É uma situação criminosa que foi organizada, planejada e que veio a ser executada. Não é que haja perda de controle. (...) São ações como essa que acontecem nos Estados Unidos e em outros países. Pessoas entram no local, tem tiroteios, matam dezenas de pessoas. É difícil evitar. Em muitas situações, a população não sabe pela imprensa, porque são situações que a Inteligência se antecipa e evita. Como se evita, não vira notícia. Mas hoje não foi possível evitar.”⁵³

⁵⁰ Organização que realiza ações e campanhas em defesa dos Direitos Humanos.

⁵¹ Fragmentos retirados do documento da Ação Urgente da Anistia Internacional. Ver mais em <https://anistia.org.br/entre-em-acao/email/acao-urgente-pelo-menos-14-pessoas-mortas-tiros-durante-festa/>

⁵² DIÁRIO DO NORDESTE. Chacina de Cajazeiras: quase dois anos depois, caso segue sem julgamento. 04 jan. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/chacina-das-cajazeiras-quase-dois-anos-depois-caso-segue-sem-julgamento-1.2194551>. Acesso em 07 set. 2020.

⁵³ DIÁRIO DO NORDESTE. Secretário André Costa compara chacina a atos terroristas e diz que ‘não há motivo para pânico’. 27 jan. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/secretario-andre-costa-compara-chacina-a-atos-terroristas-e-diz-que-nao-ha-motivo-para-panico-1.1886275?page=10>. Acesso em 07 set. 2020.

A comparação das ações de facções criminosas com o terrorismo é um ponto significativo adotado pelo Governo do Estado nos discursos públicos entre os anos de 2017 e 2019. O próprio Governador Camilo comparou os ataques criminosos a atos terroristas em algumas ocasiões: em 2018, fez a comparação em um vídeo institucional divulgado em redes sociais⁵⁴; em janeiro de 2019, defendendo, durante entrevista à GloboNews, uma mudança de legislação para tipificar os ataques como terrorismo⁵⁵; em setembro de 2019, chegou a ter uma conversa com Jair Bolsonaro por telefone cobrando maior rigor da lei sobre os ataques⁵⁶. O *terrorismo*, tema bastante trabalhado na área de Relações Internacionais, principalmente a partir do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, é um forte aliado da concepção de inimigo a ser combatido. No Brasil, em 2016, a Lei Antiterrorismo 13.260/2016⁵⁷ foi sancionada, com 8 vetos (sendo dois sobre a própria definição de terrorismo), pela então presidenta Dilma Rousseff (PT). Apesar disso, o Governo do Estado foi questionado por esta posição em relação ao desejo de tipificação dos ataques como terrorismo, em razão de estar sob uma gestão do PT e o referido partido ser contrário a essa tipificação, por acreditar que abriria margem para a criminalização de movimentos sociais⁵⁸.

As ações não foram estancadas na Chacina de Cajazeiras. Em menos de 72 horas após a ocorrência registrada no Forró do Gago, a Cadeia Pública de Itapajé, no interior do estado, registrou um massacre com 10 mortos e 8 feridos. O crime foi registrado durante o banho de sol na unidade. As vítimas eram do Primeiro Comando da Capital (PCC) e os agressores eram do Comando Vermelho (CV). O conflito teria

⁵⁴ VEJA. Ataques no Ceará foram atos terroristas, diz governador. 28 mar. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ataques-no-ceara-foram-atos-terroristas-diz-governador/>. Acesso em 07 set. 2020.

⁵⁵ G1 CEARÁ. Atos criminosos no Ceará precisam ser tipificados como terrorismo, diz governador Camilo Santana. 16 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/17/atos-criminosos-no-ceara-precisam-ser-tipificados-como-terrorismo-diz-o-governador-camilo-santana.ghtml>. Acesso em 07 set. 2020.

⁵⁶ OPOVO. Blog do Eliomar. Camilo volta a definir como terrorismo ataques criminosos que se registram no Ceará. 27 set. 2019. Disponível em: <http://blogdoeliomar.com.br/2019/09/27/camilo-volta-a-definir-como-terrorismo-ataques-criminosos-que-se-registram-no-ceara/>. Acesso em 07 set. 2020.

⁵⁷ SENADO NOTÍCIAS. Lei Antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma. 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/18/lei-antiterrorismo-e-sancionada-com-vetos-pela-presidente-dilma>. Acesso em 07 set. 2020.

⁵⁸ Essa criminalização dos movimentos sociais é apontada na postura defendida, por exemplo, pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e por vários grandes movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra - MST.

acontecido em retaliação⁵⁹ à Chacina de Cajazeiras. O inquérito foi concluído, sete pessoas foram denunciadas por homicídio qualificado pelo Ministério Público, mas ainda não houve julgamento. Em 2019, a Cadeia Pública de Itapajé foi fechada e os presos foram transferidos⁶⁰, como parte de um projeto da Secretaria de Administração Penitenciária que pretende desativar cadeias públicas para a criação de presídios regionais.

Outro acontecimento de bastante relevância em 2018 foi o massacre acontecido no dia 9 de março e que ficou conhecido como Chacina do Benfica: 7 pessoas foram assassinadas e 7 ficaram feridas durante uma ofensiva armada no bairro Benfica, símbolo universitário do Ceará. Em trabalho anterior sobre os discursos produzidos em torno dessa ocorrência (LINS, SILVA, 2018), observa-se que o secretário André assumiu, em primeiro momento, a possibilidade de o massacre ter tido dois *modus operandi* diferentes, com as vítimas pré-definidas ou atingidas aleatoriamente. Apesar disso, não se descartava que todas as mortes tivessem a mesma autoria (p. 89). A primeira linha de investigação foi de que o massacre seria resultado de um confronto entre torcidas do Ceará e do Fortaleza, iniciado no Clássico-Rei do dia 4 de março de 2018. Essa linha foi descartada no dia 12 de março e a atenção se voltou para a investigação de disputas entre facções. No entanto, em agosto de 2019, a investigação da Polícia Civil deu conta de que o massacre aconteceu por vingança de um outro assassinato acontecido na mesma região do massacre⁶¹.

Apesar destas citadas acima terem tido maior repercussão, é importante mencionar as outras ocorrências de chacinas em 2018: 28 de junho, quatro pessoas assassinadas, sendo 3 mulheres e 1 homem, e uma ferida em Quixeramobim, no

⁵⁹ PONTE JORNALISMO. Briga em presídio termina com dez mortos e oito feridos em Itapajé (CE). 29 jan. 2018. Disponível em: <https://ponte.org/briga-em-presidio-termina-com-dez-mortos-e-oito-feridos-em-itapaje-ce/>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶⁰ OPOVO. Mais uma cadeia pública é fechada no Ceará. 16 jan. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/baturite/2019/01/mais-uma-cadeia-publica-e-fechada-no-ceara.html>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶¹ G1 CEARÁ. Vingança por morte de primo motivou 'Chacina do Benfica', aponta investigação da Polícia Civil do Ceará. 05 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/08/05/vinganca-por-morte-de-primo-motivou-chacina-do-benfica-aponta-investigacao-da-policia-civil.ghtml>. Acesso em 07 set. 2020.

sertão central⁶²; 13 de julho, cinco homens assassinados em Palmácia⁶³; 14 de julho, quatro pessoas da mesma família assassinadas em Quiterianópolis⁶⁴; 23 de agosto, três policiais militares assassinados no bairro Vila Manoel Sátiro, em Fortaleza⁶⁵; 6 de dezembro, duas pessoas assassinadas e três feridas em um ataque ordenado por facção criminosa no bairro Manoel Dias Brancos, em Fortaleza⁶⁶. Ainda em dezembro de 2018 ocorreu o crime conhecido como *Tragédia de Milagres*, com 14 vítimas fatais, que será discutido separadamente no Capítulo 2 deste trabalho, em razão de ter sido um massacre cometido por agentes de segurança pública durante uma operação.

Com tantos acontecimentos, o segundo ano de gestão do André na SSPDS foi também o segundo ano mais violento da história do Ceará, com 4.518 homicídios. Dessas mortes, pelo menos 53 foram vítimas em ações das 9 chacinas registradas no ano⁶⁷. Além disso, cabe mencionar que 2018 também foi o ano mais violento por mortes por intervenção policial, com 221 assassinatos, e com 49 mortes em unidades prisionais, sendo 10 destas vítimas na Chacina de Itapajé.

Além dessas ocorrências, em todos os anos de gestão na SSPDS, o secretário André Costa enfrentou uma *onda de ataques criminosos*. Prática iniciada em 2016 no Ceará, os ataques criminosos passaram a compor parte do imaginário social, principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana. Os ataques criminosos, também chamados de “onda de ataques criminosos” (em razão da duração, que se estende por mais de um dia), consistem em crimes de depredação, principalmente feitos contra transportes e prédios públicos, realizados por integrantes de facções

⁶² DIÁRIO DO NORDESTE. Chacina em Quixeramobim deixa pelo menos 4 mortos. 29 jun. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/chacina-em-quixeramobim-deixa-pelo-menos-4-mortos-1.1962326>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶³ DIÁRIO DO NORDESTE. Chacina em Palmácia deixa 5 homens mortos. 13 jul. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/chacina-em-palmacia-deixa-5-homens-mortos-1.1969326>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶⁴ G1 CEARÁ. Chacina em Quiterianópolis deixa quatro vítimas da mesma família. 14 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/chacina-em-quiterianopolis-deixa-quatro-vitimas-todas-de-uma-mesma-familia.ghtml>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶⁵ DIÁRIO DO NORDESTE. Três policiais são mortos no bairro Vila Manoel Sátiro, em Fortaleza. 23 ago. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/tres-policiais-sao-mortos-no-bairro-vila-manoel-satiro-em-fortaleza-1.1989248>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶⁶ OPOVO. Duas pessoas morrem e três ficam feridas em ataque ordenado por facção. 06 dez. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/12/duas-pessoas-morrem-e-tres-ficam-feridas-em-confronto-de-faccoes.html>. Acesso em 07 set. 2020.

⁶⁷ OPOVO. Retrospectiva 2018: chacinas, abordagens desastradas e queda de homicídios marcam ano da segurança. 03 dez. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/12/2018-um-ano-de-contrastes-na-seguranca-publica.html>. Acesso em 07 set. 2020.

criminosas ou por adolescentes recrutados⁶⁸ por estas para realizar delitos. Nesses crimes é utilizado normalmente fogo, com grande incidência de queimas de veículos do transporte público, mas também há registro de disparos contra prédios públicos como delegacias⁶⁹. As ondas de ataque mudaram consideravelmente a forma de viver em Fortaleza, produzindo fenômenos como suspensão de aulas em razão da ausência de transporte, recolhimento da frota de ônibus ou até mesmo embargo temporário de linhas de ônibus onde há recorrência de ataques.

Os ataques aconteceram, durante a gestão de André, em 5 momentos: abril de 2017; março e julho de 2018; janeiro-fevereiro e setembro de 2019. Destes, o que mais teve impacto foi o de 2 de janeiro a 4 de fevereiro de 2019, com 283 ataques promovidos em 56 municípios, sendo 134 casos registrados em Fortaleza. A onda de ataques de setembro de 2019 também teve grande impacto, com 107 atos monitorados, sendo 60 em Fortaleza, e resultando em 40 carros e 12 edificações depredadas (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2019, p. 62).

Os ataques de janeiro-fevereiro de 2019, a mais longa onda de ataques registrada, foram motivados pela fala do secretário de Administração Penitenciária, Mauro Albuquerque, de que não reconhecia as facções e colocaria fim na divisão por facção nas unidades do Estado⁷⁰. Importante observar que esse momento marca os primeiros dias de existência da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), criada a partir de uma reforma administrativa em 2018⁷¹, quando a então Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus) foi extinta. Com nova secretaria, assumiu o novo secretário Luís Mauro Albuquerque, que já era conhecido no Ceará em razão de uma operação no sistema prisional em decorrência da crise penitenciária de 2016. Mauro era um velho conhecido do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

⁶⁸ Em 2019, uma matéria da Folha de S. Paulo expôs que adolescentes estavam recebendo pagamentos de até R\$ 1.000 ou sendo forçados mediante ameaças para realizar atentados durante onda de ataques. Ver mais em FOLHA DE S. PAULO. Facções pagam ou ameaçam adolescentes e criam 'exército' para ataques no CE. 12 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/faccoes-pagam-ou-ameacam-adolescentes-e-criam-exercito-para-ataques-no-ce.shtml>. Acesso em 05 set. 2020.

⁶⁹ OPOVO. Mais de 40 tiros disparados contra delegacia na madrugada desta terça. 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/07/mais-de-40-tiros-disparados-contradelegacia-no-curio-na-madrugada-des.html>. Acesso em 05 set. 2020.

⁷⁰ OPOVO. "Eu não reconheço facção", diz secretário da Administração Penitenciária. 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/01/eu-nao-reconheco-facciao-diz-secretario-da-administracao-penitenciar.html>. Acesso em 08 set. 2020.

⁷¹ G1 CEARÁ. Governo do Ceará vai extinguir secretarias e cargos comissionados em novo mandato. 11 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/12/11/governo-do-ceara-vai-extinguir-secretarias-e-cargos-comissionarios-em-novo-mandato.ghtml>. Acesso em 08 set. 2020.

(MNPCT), por quem foi denunciado por práticas de tortura no sistema prisional quando era secretário de Justiça e Cidadania no Rio Grande do Norte, tendo o então secretário do RN afirmado que “os agentes penitenciários deveriam lesionar dolosamente os dedos dos presidiários como forma de prevenção a agressões contra os agentes públicos”⁷². Apesar do arquivamento da denúncia por parte do Ministério Público do RN, o MNPCT voltou a denunciar a gestão de Mauro, dessa vez no Ceará, por tortura em massa⁷³.

Na linha de “combate às facções”, a chegada do secretário Mauro Albuquerque firmou uma pactuação com o secretário André, aproximando a SSPDS e a recente SAP. Isso foi demonstrado por publicações no perfil do André Costa, em que aparece de forma amigável e apertando a mão do Mauro nos primeiros dias de ataques criminosos em 2019 e no final do mês de fevereiro do mesmo ano, exaltando as ações do Estado aplicadas em função dos ataques criminosos:

Figura 3 - André Costa e Mauro Albuquerque na solenidade de posse dos novos secretários



Fonte: Instagram de André Costa (@delegadoandre).

⁷² AGORARN. MP arquiva denúncia de suposta tortura envolvendo titular da Sejud. 28 nov. 2018. Disponível em: <https://agorarn.com.br/geral/mp-arquiva-denuncia-de-suposta-tortura-envolvendo-titular-da-sejud/>. Acesso em 08 set. 2020.

⁷³ FOLHA DE S. PAULO. Presos no CE foram torturados em massa e entregues a facções, diz relatório. 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/presos-no-ce-foram-torturados-em-massa-e-entregues-a-faccoes-diz-relatorio.shtml>. Acesso em 08 set. 2020.

Figura 4 - “O André prende e eu cuido”



Fonte: Instagram de André Costa (@delegadoandre).

Era notório que a partir desse momento se iniciou uma nova fase da segurança pública no Ceará, com dois secretários trabalhando sob o objetivo comum que era o “combate às facções”, além de aproximar a dinâmica policial dos agentes penitenciários. A integração, bandeira reivindicada pela gestão, ganhou força nesse cenário favorável. A demonstração de força e união, com dois secretários que assumem corporalmente um *habitus* policial, também são símbolos desse momento no Ceará.

É significativo o fato de que, apesar de tantas ocorrências e tantas vítimas acumuladas nos anos mais sangrentos da história, tendo isso acontecido sob uma mesma gestão, mesmo assim nenhum desses acontecimentos foram suficientes para desestabilizar o cargo de André Costa como secretário. Em janeiro de 2018, após as 72 horas com duas chacinas registradas (Cajazeiras e Itapajé), rumores começaram a ser lançados principalmente em redes sociais sobre uma possível saída de André do cargo, mas isso foi desmentido pelo Governo do Estado que chegou a afirmar que tais rumores se tratavam de um despropósito⁷⁴.

Longe de desestabilizar, o secretário André Costa permaneceu por mais tempo no cargo do que seu antecessor, Delci Teixeira. O secretário se tornou uma “marca” da SSPDS, sendo o rosto e a voz da pasta e tendo uma projeção grandiosa.

⁷⁴ DIÁRIO DO NORDESTE. Governo nega saída de André Costa. 29 jan. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/governo-nega-saida-de-andre-costa-1.1886908>. Acesso em 08 set. 2020.

Essa permanência se deve, em grande medida, aos avanços vistos como positivos da gestão André Costa, tendo como exemplo a expansão do RAIO, a criação do Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia) e o avanço do uso de tecnologias no cotidiano da pasta de segurança pública. Convém também citar que, após dois anos de intensos conflitos, o Ceará apresentou redução de 50% no número de homicídios em 2019, alcançando a maior redução em 10 anos⁷⁵. Na apresentação dos dados do referido ano, André chamou a atenção para a responsabilidade do trabalho coordenado da SSPDS na redução de homicídios, fazendo menção especialmente ao trabalho da Polícia Civil, da Perícia Forense, da Academia Estadual de Segurança Pública e da recém criada Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará (Supesp)⁷⁶.

2.3 Pacificar ou expandir o RAIO?

A orientação política da SSPDS passou a ser um contraponto importante a formulações iniciais do Pacto, que, entre outras coisas, pregava adoção de serviços que priorizassem ações sociais e preventivas para diminuição do crime e violência. A aposta em uma política ostensiva, tanto nas práticas policiais quanto nos discursos, se tornou mais presentes no Ceará durante a gestão Camilo Santana. A aposta do governador passou a ser na expansão⁷⁷ do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), que em 2018 completou 14 anos de criação⁷⁸. Na campanha para governador, em 2014, o então candidato já indicava no seu Plano de Governo o “aumento do número de

⁷⁵ DIÁRIO DO NORDESTE. Ceará fecha o ano de 2019 com 50% de redução nos homicídios. 07 jan. 2020. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/seguranca/ceara-fecha-o-ano-de-2019-com-50-de-reducao-nos-homicidios-1.2195579>. Acesso em 08 set. 2020.

⁷⁶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Ceará fecha o ano de 2019 com 50% de redução nas mortes provocadas por crimes violentos; resultado é o melhor da década. 07 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2020/01/07/ceara-fecha-o-ano-de-2019-com-50-de-reducao-nas-mortes-provocadas-por-crimes-violentos-resultado-e-o-melhor-da-decada/>. Acesso em 08 set. 2020.

⁷⁷ G1 CEARÁ. Mais 29 cidades do Ceará vão receber batalhão do RAIO e câmeras de segurança, diz Camilo. 05 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/mais-29-cidades-do-ceara-vao-receber-batalhao-do-raio-e-cameras-de-seguranca-diz-camilo.ghtml>. Acesso em 04 dez. 2018.

⁷⁸ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Referência nacional: BPRaio completa 14 anos de atuação no Ceará em plena expansão. 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2018/03/23/referencia-nacional-bpraio-completa-14-anos-de-atuacao-no-ceara-em-plena-expansao/>. Acesso em 04 dez. 2018.

equipes do RAIO, de 45 para 150, sendo 90 na capital e 60 na Região Metropolitana e grandes cidades do interior” (Os 7 Cearás, Síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do Plano de Governo, 2014, p. 249). Com a inauguração no dia 8 de agosto de 2019 em Acopiara, o RAIO já está presente em todas as cidades com 50 mil habitantes no Ceará⁷⁹. O município recebeu 37 policiais militares, 16 motocicletas, uma viatura e 17 câmeras de videomonitoramento 24hrs.

Em pesquisa recente, Moreira (2013) buscou investigar as práticas de suspeição a partir da atuação do RAIO na comunidade do Lagamar, em Fortaleza, reivindicando que essa atuação, em detrimento do policiamento de aproximação, é o paradigma da política de segurança pública do Ceará. Um dos resultados obtidos a partir de apuração com adolescentes que foram abordados por essa ronda policial evidenciou que estes prefeririam a abordagem do RAIO à abordagem do policiamento comunitário, garantindo que a do Batalhão de Elite era “mais técnica e bem menos abusiva” (p. 20). Segundo o autor, “as abordagens policiais guardam uma relação intrínseca com o imaginário social sobre o inimigo, sendo estas a “materialização” da suspeição ou a sua consequência” (p. 22).

Frequentemente a atuação do RAIO é exaltada em função do equipamento despendido para essa atuação. A propaganda veiculada na traseira dos transportes públicos de Fortaleza, em 2017, causou estranheza. Na imagem, homens fortemente armados, vestidos de preto, usando balaclava e, um destes em pé sobre a moto. A propaganda ainda carregava os dizeres: “O RAIO tá na área - O Governo cumpriu o compromisso e levou o RAIO para todas as regiões do Ceará”.

⁷⁹ OPOVO. Com chegada em Acopiara, 44 cidades contam com o efetivo do RAIO. 09 ago. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/08/09/com-chegada-em-acopiara--44-cidades-do-ceara-contam-com-o-efetivo-do-raio.html>. Acesso em 07 ago. 2019.

Figura 5 - Propaganda do RAI0



Fonte: Governo do Estado do Ceará

A imagem parece remeter a um cenário de guerra, com soldados de prontidão para combater um inimigo forjado. Além disso, o uso do símbolo do Pacto por um Ceará Pacífico na propaganda parece destoar da proposta inicial que prezava o policiamento comunitário e a prevenção social, mas se aproxima das orientações adotadas pelo Governo do Estado principalmente a partir de 2017.

As inaugurações de Batalhões do Raio nas periferias e municípios do interior do Estado se tornaram grandes eventos teatralizados, com a presença de locutor, bandas de forró e performances dos policiais armados em cima das motos. A ideia de “pressão” no “combate ao crime organizado” se corporifica no espetáculo das inaugurações, com falas do locutor repetindo que “o Raio chegou” e “o Raio tá na área” enquanto os policiais trafegam em um corredor cujas margens são ocupadas pela população, que filma e fotografa o acontecimento, garantindo a finalidade expressa dessas inaugurações, de fazer com que o policiamento ostensivo seja exibido e visto como um espetáculo (WACQUANT, 2007, p. 9-10).

A substituição do Ronda do Quarteirão pelo Ceará Pacífico não veio. Na prática, o que podemos observar é que os policiais que outrora formavam o grupamento do Ronda foram sistematicamente remanejados para o CPRaio, principalmente no interior do estado, e para o Policiamento Ostensivo Geral (POG) – versão confirmada pelo secretário André. Se o policiamento comunitário é uma alternativa comumente proposta em cenários de crise do “modelo profissional” de policiamento (SKOGAN, 2004), a experiência do Ceará foi de substituir um programa

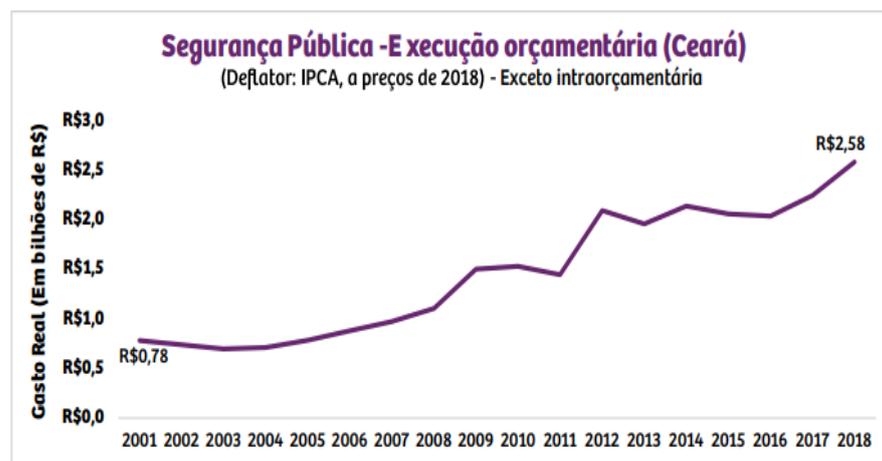
de polícia de aproximação pelo policiamento ostensivo. Em decorrência disso, se concretiza um projeto que fomenta um policiamento que trabalha sob a lógica da reação em detrimento de um policiamento que cria vínculos comunitários e estabelece parcerias com a comunidade para a resolução de problemas complexos.

2.4 Foco no policial como estratégia

O orçamento da pasta de Segurança Pública tem tido investimento notório nos últimos quase 20 anos. Segundo a Nota Técnica de Monitoramento da Política de Segurança Pública do Ceará (2019), construída pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Ceará, de 2001 a 2018 a execução orçamentária da referida pasta passou de R\$780 milhões para R\$2,6 bilhões, o que significa um crescimento de 230,8%.

Figura 6 - Execução orçamentária de Segurança Pública do Estado do Ceará (2001-2018)

Gráfico 1: Execução orçamentária de Segurança Pública do Estado do Ceará (2001-2018)
(Deflator: IPCA, a preços de 2018) – Exceto intraorçamentária



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEFAZ Ceará.

Fonte: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Ceará.

Embora o aumento tenha sido progressivo ao longo dessas quase duas décadas, o Governo Camilo inaugura um momento no Ceará de grande investimento na área de Segurança Pública. Esse investimento se manifesta principalmente de duas formas na gestão: contratação de agentes e tecnologia, que será tema do Capítulo 3.

As reivindicações por *valorização* dos agentes são a principal marca da gestão do Governo Camilo em relação ao efetivo policial durante o período analisado. O tema da valorização dos agentes de segurança pública é compreendido não apenas a partir do aumento do salário, mas também sobre a perspectiva de garantia no desenvolvimento da carreira. Minayo (2013), ao pesquisar a perspectiva dos policiais do Rio de Janeiro sobre a valorização profissional, aponta que aspectos subjetivos como respeito, confiança e ambiente institucional estável também colaboram para essa concepção. Essa dimensão é importante pois as dinâmicas do Governo Camilo empreendidas em relação aos policiais garantiram, em certa medida, segurança e regularidade na carreira dos agentes.

Logo no primeiro ano de gestão, em 2015, o Governador Camilo assinou e apresentou à Assembleia Legislativa do Ceará a Lei de Promoções da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, fruto de negociações com as associações dos agentes⁸⁰. O documento visava promover 8.785, sendo 8.075 PMs e 710 bombeiros, com aproximadamente 7.777 praças a serem promovidos. Com a Lei de Promoções, seria feita a instauração de um “fluxo regular e automático nas carreiras dos oficiais”⁸¹, em que os policiais não precisam mais esperar uma década ou mais dentro da corporação para receber uma promoção, que muitas vezes dependeu de uma vontade política. O documento foi aprovado em maio no mesmo ano, mas com 13 das 100 emendas aceitas⁸².

Ainda em 2015, no mês de dezembro, aproximadamente 3,3 mil PMs e bombeiros foram promovidos, com solenidades em Fortaleza, Sobral, Crateús, Itapipoca, Canindé, Iguatu, Juazeiro do Norte, Russas e Quixadá. Dois marcos aconteceram nesse momento: foi a primeira vez na história da Polícia Militar do Ceará que houve tão grande promoção de agentes ao mesmo tempo e foi a primeira vez que

⁸⁰ APRECE. Lei de Promoções da Polícia Militar e Bombeiros é assinada pelo Governador.. 22 abr. 2015. Disponível em: <https://aprece.org.br/blog/noticia/lei-de-promocoes-da-pm-e-bombeiros-e-assinada-pelo-governador/>. Acesso em 12 set. 2020.

⁸¹ G1 CEARÁ. Governo assina lei que promove quase 9 mil militares no Ceará. 22 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/governo-assina-lei-que-promove-quase-9-mil-militares-no-ceara.html>. Acesso em 12 set. 2020.

⁸² G1 CEARÁ. Deputados aprovam ‘lei das promoções’ da Polícia Militar do Ceará. 07 maio 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/05/deputados-aprovam-lei-das-promocoes-da-policia-militar-do-ce.html>. Acesso em 12 set. 2020.

mulheres chegaram ao posto de tenente-coronel, tendo promoção das primeiras mulheres a ingressarem na corporação⁸³.

Em 3 anos de gestão, o número de promovidos chegou a 13.373⁸⁴, com o alcance de quase 15 mil⁸⁵ promoções ao final do primeiro mandato do Governo Camilo. Mais do que melhoria salarial, um alvo frequente das reivindicações de agentes de segurança pública, as promoções foram momentos de visibilidade e de firmar compromissos com a corporação. Levando em consideração a fragilidade da relação entre gestão e PM concretizada na greve policial de 2012, ainda no governo antecessor, o Governo do Estado conseguiu, através das promoções, alcançar uma relação baseada na valorização dos agentes de segurança pública e alinhar o discurso à prática de forma significativa para isso.

Todavia, esse processo não aconteceu de forma igualitária entre Polícia Militar e Polícia Civil. O Governo Camilo foi alvo de reivindicações em torno do baixo efetivo de policiais civis em detrimento do crescimento do número de PMs, mas o problema é anterior à gestão. Em 10 anos, o número de policiais militares passou de 13.170 para 17.431 (incremento de 32,4%), enquanto o número de policiais civis alterou-se de 2.411 para 2.669 (variação de apenas 10,7%). Em fevereiro de 2018 o Jornal OPOVO apresentou que, em menos de 4 anos de mandato, o Governo Camilo contratou mais policiais do que seus antecessores, alguns deles tendo, inclusive, cumprido dois mandatos⁸⁶. Na época, o Governo era responsável por colocar mais de 6 mil PMs e quase 1.500 PCs na ativa.

Em 2018, durante uma solenidade de nomeação de 600 concursados para a Polícia Civil, o Governador Camilo foi alvo de protestos. Nessa oportunidade, foi lembrado que o efetivo ideal para a Polícia Civil seria o dobro do número encontrado na corporação naquele momento, que era aproximadamente 2.756; o principal

⁸³ DIÁRIO DO NORDESTE. 3,3 mil policiais militares e bombeiros são promovidos. 17 dez. 2015. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/3-3-mil-policiais-militares-e-bombeiros-sao-promovidos-1.1456544>. Acesso em 13 set. 2020.

⁸⁴ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. SEGURANÇA: Ceará promove mais de 13 mil policiais e bombeiros militares em três anos. 21 dez. 2017. Disponível em: <https://www.aesp.ce.gov.br/2017/12/21/title10195/>. Acesso 13 set. 2020.

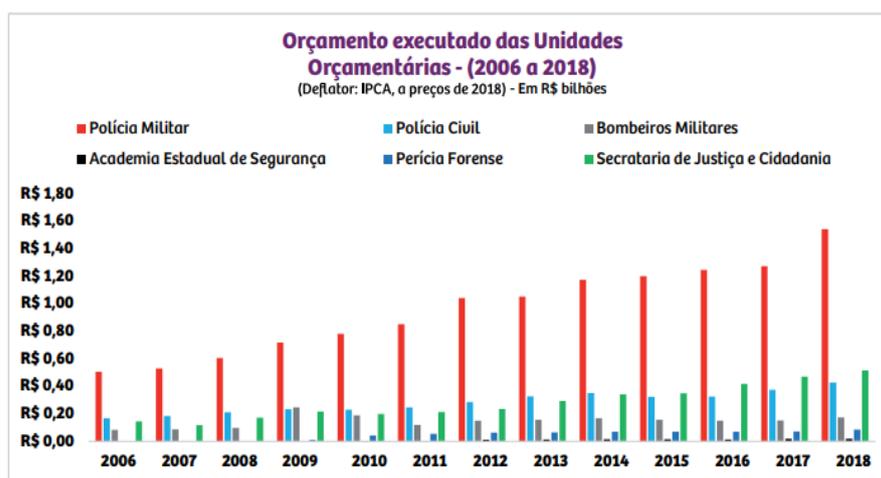
⁸⁵ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Camilo Santana anuncia promoção para policiais militares para o final de 2019. 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2019/11/26/camilo-santana-anuncia-promocao-para-policiais-militares-para-o-final-de-2019/>. Acesso em 13 set. 2020.

⁸⁶ OPOVO. Quem mais investiu em Segurança no Ceará?. 26 fev. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/eliomardelima/2018/02/quem-mais-investiu-em-seguranca-no-ceara.html>. Acesso em 23 jul. 2019.

problema, na época, estava no fato de que o déficit no efetivo ocasionava que 86 municípios cearenses estivessem sem delegados⁸⁷. Os efeitos práticos da discrepância apresentada também são lógicos: menos investigação criminal, inclusive de crimes contra a vida, enquanto temos mais polícia ostensiva nas ruas.

Figura 7 - Execução das unidades orçamentárias selecionadas (2006-2018)

Gráfico 2: Execução das unidades orçamentárias selecionadas (2006-2018)
(Deflato: IPCA, a preços de 2018) – Em R\$ bilhões

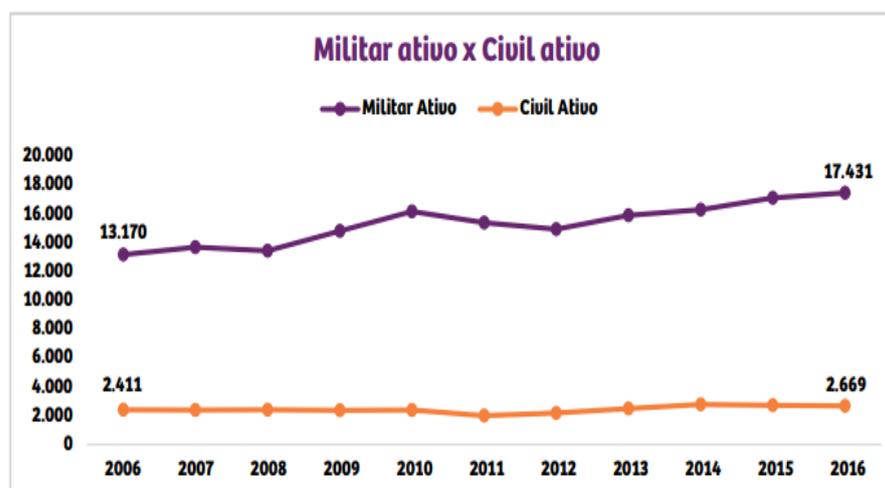


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEFAZ Ceará.

Fonte: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Ceará.

Figura 8 - Evolução do número de policiais militares e civis na ativa no Ceará (2006-2016)

Gráfico 3: Evolução do número de policiais militares e civis na ativa no Ceará (2006-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPECE.

Fonte: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Ceará.

⁸⁷ OPOVO. Camilo promete fortalecer Polícia Civil após protesto em solenidade. 17 jan. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2018/01/camilo-promete-fortalecer-policia-civil-apos-protesto-em-solenidade.html>. Acesso em 14 set. 2020.

Segundo o mesmo documento do CEDECA Ceará, a execução orçamentária da PMCE foi ampliada de R\$506 milhões para R\$1,5 bilhão - crescimento de 204,9% em um período de 12 anos. Somente em 2018, último ano do primeiro mandato do Governo Camilo, a execução orçamentária da PMCE representou 59,8% do orçamento total da Segurança Pública do Ceará.

Esse cenário de forte investimento na Polícia Militar contribuiu, junto a performances públicas de virilidade, com um processo de militarização do cotidiano da segurança pública no Ceará. É de conhecimento, como discutido no início do capítulo, que o campo da segurança pública foi e é fortemente marcado por um repertório herdado da Ditadura Militar e dos processos democráticos que não conseguiram ser realizados na área. Dentro desse complexo contexto, a Polícia Militar permaneceu isolada e à margem de qualquer debate institucional que pudesse garantir participação da sociedade civil e compromisso real com a pauta da garantia e defesa dos Direitos Humanos.

Deve-se compreender aqui a militarização como o processo de “normalização do militarismo, com suas consequências em termos de limitações de direitos e legitimação da violência do estado, notadamente da polícia” (SOUZA, SERRA, 2020, p. 208). Não há, no entanto, paradoxo com a definição weberiana de compreender o Estado como o detentor do monopólio da violência física legítima (WEBER, 2015, p. 62). As condições de legitimidade na teoria weberiana sobre o Estado estão circunscritas a uma determinada região e a produção de sentido na associação de compreender a violência como um direito dado àquelas determinadas pessoas. São partes desses agentes do Estado que, no Brasil, utilizam da violência estatal para produzir uma série de ilegalidades, tendo a militarização da vida cotidiana como o principal meio de execução destas. A segurança pública pautada na militarização tem a vida e a morte de determinados grupos (jovens, negros, de periferias) como ponto central da sua atuação, tendo em vista que é necessário a produção deste inimigo para a alimentação dessa engrenagem; ou seja, “matar é parte integrante de um dispositivo de controle da vida daqueles que merecem viver a custo do massacre de quem deve morrer” (SOUZA, SERRA, 2020, p. 208). Não é à toa que, como veremos no ponto 1.5, o aumento do policiamento ostensivo corresponde ao momento em que há, também, aumento progressivo de mortes por intervenção policial no Ceará.

2.5 As mortes por intervenção policial no Ceará

“O sobrevivente tem a vocação da memória, não pode deixar de recordar.”
AGAMBEN, Giorgio. in “O que resta de Auschwitz?” (2008, p. 36).

A expansão dos grupamentos de ação ostensiva se refletiu no aumento das mortes causadas por intervenção policial em 2018, ano crítico em relação aos conflitos bélicos abertos e de maior registro de mortes por intervenção policial da história do estado, com 221 vítimas. A violência perpetrada pela polícia nos contextos urbanos está diretamente ligada às violências sociorraciais da sociedade. Além disso, a presença ou ausência de controles externos e internos contribuem para a perseverança ou não de comportamentos que se tornam agressões diretas a determinado tipo de indivíduos (PAES MACHADO; NORONHA, 2002, p.189).

Nos últimos anos, muitos casos chamaram a atenção da mídia e/ou de parcelas organizadas da sociedade civil. Um caso exemplar desse cenário vivenciado foi o assassinato de Isaac, de 6 anos, na rua Fernando Augusto no bairro Bom Jardim, vítima de “bala perdida”⁸⁸, em 2018. A criança foi assassinada dentro de casa, enquanto almoçava para ir à escola. A ocorrência foi lembrada durante a V Caminhada pela Paz no Bom Jardim, organizada pela Rede DLIS (Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim). Um dos pontos de parada da Caminhada foi próximo à casa onde a criança foi assassinada. No muro, uma menção à memória e um pedido de justiça: “Isaac eterno. Ele era só uma criança”.

⁸⁸ DIÁRIO DO NORDESTE. Criança é morta no Bom Jardim. 26 abr. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/crianca-e-morta-no-bom-jardim-1.1929418>. Acesso em 01 maio 2019.

Figura 9 - V Caminhada pela Paz no Bom Jardim, Fortaleza-CE



Fonte: Arquivo pessoal.

No dia seguinte ao assassinato de Isaac, durante a entrega de 140 novas motos, da marca Honda de 1.000 cilindradas, ao Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), o governador se referiu ao assassinato da criança como “infeliz acidente”⁸⁹. Além disso, aproveitou a ocasião para prometer dobrar o CPRaio em Fortaleza e anunciou a chegada de mais 156 veículos para o início de junho do mesmo ano. Não cobrou rápida resolução da investigação, apenas comunicou que o secretário abriu procedimento para investigação.

Somente 5 dias depois desse “infeliz acidente” que vitimou uma criança, Cícero Leonardo foi assassinado por intervenção policial, também na área do Grande Bom Jardim, pois não ouviu a ordem de parada⁹⁰. A vítima era surda e não tinha antecedentes criminais (informação sempre elencada nas matérias jornalísticas), mas um revólver calibre 38 foi encontrado pelos policiais junto ao corpo da vítima.

Além desses casos, outros dois homicídios praticados por agentes de segurança pública colocaram o Ceará em evidência pela violência policial em 2018:

⁸⁹ DIÁRIO DO NORDESTE. Morte de criança: ‘infeliz acidente’, diz Camilo. 27 abr. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/morte-de-crianca-infeliz-acidente-diz-camilo-1.1930164>. Acesso em 01 maio 2019.

⁹⁰ DIÁRIO DO NORDESTE. Homem com deficiência auditiva é morto após não responder pedido de parada de PMs. 30 abr. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/homem-com-deficiencia-auditiva-e-morto-apos-nao-responder-pedido-de-parada-de-pms-1.1931485>. Acesso em 01 maio 2019.

Giselle Távora, de 42 anos, foi “confundida” com um assaltante por ter o carro da mesma cor e modelo e recebeu um tiro pelas costas⁹¹; e José Messias Guedes, competidor de sinuca paraibano que viajava de carro até o Maranhão, teve a caixa do taco de sinuca confundida com armas, assim foi perseguido e assassinado em Campos Sales-CE⁹². Ainda no referido ano houve a Tragédia de Milagres, que será tema do Capítulo 2 do presente trabalho.

Em junho de 2019, um caso envolvendo policiais militares do CPRaio foi noticiado. A ocorrência foi registrada no dia 11 do referido mês e ano, por volta das 11 horas da manhã, no bairro Zumbi, em Horizonte (CE). Anderson Henrique da Silva Rodrigues, de 20 anos, foi abordado por “raianos”⁹³ em uma mercearia e depois foi levado para sua residência. Segundo relatado por vizinhos, o jovem foi espancado dentro da própria casa e depois levado desacordado pelos “raianos”.

Figura 10 - Boletim de Ocorrência do desaparecimento de Anderson Henrique

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE HORIZONTE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 461 - 2583 / 2019

os vizinhos foi possível ouvir por diversas vezes Playboy gritando: "Socorro, me ajudem! Eles vão me matar!"; Afirma que os policiais permaneceram com Playboy dentro da residência até as 14:15 da tarde do mesmo dia, pois [REDACTED] viu a viatura passando na sua rua; afirma que vizinhos viram que os policiais colocaram a viatura de ré pra dentro da área da casa de Playboy, e em seguida colocaram Anderson desmaiado dentro da viatura, e em seguida saíram e trancaram a residência; declara que os vizinhos também viram quando os policiais militares do Raio colocaram uma mochila com as roupas de Anderson dentro da viatura; Que no dia seguinte foi até a casa de Anderson e como a residência estava trançada e por isso, [REDACTED] só teve acesso a residência pelo quintal, e quando entrou viu que a cama estava quebrada, e uma porta da casa também quebrada e que realmente as roupas de Anderson não estavam mais na residência; afirma que não viu mais Anderson desde o dia que o mesmo foi levado [REDACTED]. E nada mais disse nem lhe foi perguntado mandou a Autoridade encerrar o presente termo que, lido e achado conforme vai devidamente assinado por todos e por mim, **TÁRGILLA BIÊ BRITO** Escrivã(o) que o digitei.

Fonte: G1 Ceará

⁹¹ OPOVO. Morre mulher baleada por policial após ser confundida com assaltante. 12 jun. de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/06/morre-mulher-baleada-por-policial-apos-ser-confundida-com-assaltante.html>. Acesso em 01 maio 2019.

⁹² G1 CEARÁ. Competidor de sinuca da PB é morto em perseguição policial no CE; caixa de taco foi confundida com arma, diz vítima. 01 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/08/01/competidor-de-sinuca-da-pb-e-morto-em-perseguaao-policial-no-ce-caixa-de-taco-foi-confundida-com-arma-diz-vitima.ghtml>. Acesso em 03 maio 2019.

⁹³ Termo frequentemente utilizado pela imprensa da SSPDS CE para distinguir os policiais militares do CPRaio dos “outros policiais”. Mais do que uma reprodução, utilizo e destaco esse termo com o uso de aspas pois acredito ser significativo essa diferenciação feita dos policiais deste grupamento.

De acordo as matérias veiculadas pelo Diário do Nordeste⁹⁴ e G1 Ceará⁹⁵ sobre o caso, as testemunhas relatam terem ouvido ele gritar pedindo socorro e dizendo “eles vão me matar”. O jovem segue desaparecido até o presente momento⁹⁶ e a mãe acredita que ele está morto, mas afirmou que vai lutar até o fim para ter o direito ao corpo e ao enterro digno do filho.

Os acontecimentos de exceção foram cristalizados como norma da atuação do RAIO em razão da obtenção, a qualquer custo, dos resultados esperados pela SSPDS (MOREIRA, 2013, p. 96). A captura de ganhos políticos em torno da proatividade e suposta eficiência do CPRaio na luta “contra o crime” tem custado vidas e a dignidade das pessoas no Ceará.

O caso de Anderson Henrique configura como um *desaparecimento forçado*, categoria que não é novidade no campo de estudo da violência no Brasil. Seja sobre o desaparecimento político no período da Ditadura Civil-Militar ou nas violências perpetradas sob o simbólico “Estado Democrático de Direito” no período pós-Ditadura, o *desaparecimento forçado* habita o imaginário social como um mecanismo de proporcionar um sofrimento prolongado e cravado, principalmente na ausência e na incerteza. Além disso, ocupa um lugar diferenciado no cenário de vitimização que trabalha com a lógica da necessidade de haver um corpo para ser registrado como execução. “Se não há corpo, não há crime”. Do outro lado, não há direito à despedida e resposta para tantas famílias.

Araújo (2012), que pesquisou sobre o tema de *desaparecimento forçado* na cidade do Rio de Janeiro, mostra as diferentes nuances desta categoria a partir do relato de familiares das vítimas, compreendidas no seu trabalho como vítimas indiretas dessa violência. O autor elenca que esses casos são praticados muitas vezes

⁹⁴ DIÁRIO DO NORDESTE. Jovem desaparece após abordagem de PMs; Mãe afirma que filho foi morto pelos policiais. 17 jun. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/jovem-desaparece-apos-abordagem-de-pms-mae-afirma-que-filho-foi-morto-pelos-policiais-1.2112571>. Acesso em 24 jun. 2019.

⁹⁵ G1 CEARÁ. Jovem some após abordagem de PMs no Ceará; família denuncia que policiais o mataram. 17 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/17/jovem-some-apos-abordagem-de-pms-no-ceara-familia-denuncia-que-policiais-o-mataram.ghtml>. Acesso em 24 jun. 2019.

⁹⁶ DIÁRIO DO NORDESTE. Desaparecimento de jovem abordado por PMs completa um mês. 11 jul. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/desaparecimento-de-jovem-abordado-por-pms-completa-um-mes-1.2121884>. Acesso em 20 jul. 2019.

por forças policiais, em territórios de favelas/periferias, e as vítimas são, principalmente, do sexo masculino.

No Ceará, o caso de Anderson Henrique não é o primeiro a ganhar repercussão. A ocorrência se assemelha ao *desaparecimento forçado* do frentista João Paulo de Sousa Rodrigues, de 20 anos, em 2015.

Figura 11 - Cartaz de desaparecimento de João Paulo



Fonte: Sobral 24 horas. Cartaz divulgado pelos familiares.

Há na política da segurança pública do Estado do Ceará uma “coabitação”, como elencou Rolim (2006, p. 69), onde existe, em parte, um novo discurso que exalta a prevenção social e o policiamento comunitário ou de aproximação, mas que acontece por dentro de práticas tradicionais de policiamento. Não há possibilidade de pensar a construção de um modelo de policiamento comunitário propriamente como um programa a ser executado dentro de uma gestão. Este modelo só pode existir a partir de uma reforma organizacional da polícia, seja na agência de execução de ações ou no diagnóstico de atuação (RIBEIRO; MONTANDON, 2014, p. 234). Em suma, observa-se como o Ceará Pacífico encontra dentro do próprio governo resistência em orientações políticas que em tese frustram sua visão de segurança pública baseada em ações de prevenção a violência e policiamento comunitário.

3 A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DA OPERAÇÃO POLICIAL

A segunda metade do primeiro mandato do Governo Camilo Santana inicia uma nova fase na forma de fazer a segurança pública. Se no início da gestão existia, ainda que tímida, a tentativa de ensaiar um policiamento “comunitário”, que na prática era de aproximação, a principiante etapa que se apresentava trouxe a *operação policial* como arquétipo. Em concomitância, nota-se que o Governo Camilo se tornou especialista no *ato de dar desculpa* como performance discursiva (WERNECK, 2009).

Para além da conceituação, que compreende a operação policial como estratégias adotadas para garantir a ordem social em um determinado espaço e tempo, há uma encarnação dessa lógica nas falas públicas e na compreensão sobre os fenômenos. Essa prática foi garantida principalmente a partir da influência do *ethos policial*, compreendido aqui como os valores e hábitos que constituem a cultura policial militar e que, por sua vez, produzem os integrantes da instituição Polícia Militar (DIÓGENES, 2011, p. 40). O tipo de cultura policial militar não fica restrita ao dia a dia dos agentes de segurança pública. O que pode ser observado no Ceará é que, cada vez mais, essa forma de ser e fazer o debate em torno da segurança pública se tornou aberto e desimpedido.

Se no início do mandato o Governador evitava os debates acalorados ou situações de “prestação de conta” públicas, o mesmo não pode ser observado nesse novo momento. Em 2017, durante uma das séries de ataques⁹⁷ que aconteceram nos últimos anos, o então deputado estadual Capitão Wagner, principal opositor ao grupo político do Governador, subiu à tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para instigar o chefe do executivo:

Não dá para ter um secretário de Segurança valente com um Governo frouxo, não. O secretário de segurança pode ser um super-homem que sozinho não vai sanar os problemas de segurança do Estado do Ceará.⁹⁸

⁹⁷ Ataques é a categoria utilizada pela mídia para noticiar períodos recorrentes no Ceará onde grupos criminosos realizam uma série de ações de depredação a veículos e edificações. Os ataques também ficaram caracterizados pelos “salves” (comunicados supostamente de facções que circulam em aplicativos de mensagens) e toques de recolher, principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana.

⁹⁸ OPOVO. “Não dá para ter um secretário de Segurança valente com um Governo frouxo”, diz Wagner. 20 abr. 2017. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/politica/2017/04/20/o-governo-do-estado-esta-sendo-frouxo-critica-wagner-sobre-ataques/>. Acesso em 31 jan. 2020.

Embora afirmando que não entraria no “jogo” feito pelo então deputado estadual, o Governador respondeu o opositor:

Eu acho que isso é coisa de moleque. Eu acho que se aproveitar do momento para querer tirar vantagem política, infelizmente eu não vou entrar nesse jogo. Agora “frouxo” é quem nunca pegou em uma arma e foi combater um bandido no Ceará, isso é que pra mim é “frouxo”.⁹⁹

Como parte da performance em torno de quem garantia às rédeas da situação que o Ceará estava passando, aflorava a postura de quem é “macho” o suficiente e, em oposição, quem era “frouxo”. Essas categorias são utilizadas nesses discursos como ferramentas para fortalecer uma dominação dentro do imaginário social onde se acredita que a segurança pública é feita por meio da força e, por consequência, por quem demonstra isso também em suas posturas.

É fundamental compreender que essas demonstrações públicas de virilidade não estão soltas no tempo. Na verdade, estão em consonância dentro do momento mais grave de crise na segurança pública do estado do Ceará, que marca o primeiro mandato do Governo Camilo. Um dos resultados mais significativos desse período foi a marca histórica de 5.134 pessoas assassinadas no Ceará em 2017. Estas falas também compõem um cenário de necessidade de apresentar justificativa pública ao ser indagado por determinados acontecimentos.

Ao analisar o discurso como objeto sociológico, o ato de “dar desculpa” é definido, a partir da análise de Werneck (2009), como uma ação social de produzir um tipo de argumento para sustentar uma ação em desacordo com o que outrem considere correta. Ou seja, fornecer uma desculpa pública é essencialmente uma ação a ser tratada como *account* — prestar conta, dar satisfação de algo (p. 53-53). Essa atitude está, por sua vez, diretamente ligada a noções de acusação, tidas como primordiais nos conflitos e práticas de controle social (p. 58), que é gerada por uma percepção de mal-estar relacional (p. 60). Trazendo estas concepções para a gestão da segurança pública no Governo Camilo é possível compreender que o “mal-estar” que acabou por interpelar as justificativas públicas fornecidas foi causado tanto pelo opositor como por respostas à mídia em razão de acontecimentos violentos.

⁹⁹ TRIBUNA DO CEARÁ. Capitão Wagner chama Camilo Santana de “frouxo”; Governador rebate com “moleque”. 20 abr. 2017. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/capitao-wagner-chama-camilo-santana-de-frouxo-governador-rebate-com-moleque/>. Acesso em 31 jan. 2020.

Ao longo deste trabalho, é possível perceber que o Governo Camilo foi, ao longo do tempo, se tornando especialista em apresentar justificativas frágeis para acontecimentos graves durante a sua gestão. Com isso, também é possível dizer que uma marca forte deixada pela gestão do Governo Camilo frente aos acontecimentos é uma postura de “fuga” somada à ausência de constrangimento. Ao analisar essa postura, pode-se evocar um sentido de responsabilidade política frente a esses acontecimentos. Noções de culpa e responsabilidade são postas à prova quando uma gestão é analisada a partir dos acontecimentos envolvidos sob um governo. Deve-se compreender a responsabilidade política a partir da noção de que “todo governo assume (...) proezas e malfeitorias de seu predecessor, e toda nação pelas proezas e malfeitorias do passado” (ARENDDT, 2004, p. 89). Ou seja, difere diretamente da culpa, em razão, principalmente, do senso de coletividade que a concepção de responsabilidade carrega, enquanto a culpa só funciona localizada em um indivíduo. Ainda que o Governador Camilo não pudesse assumir individualmente os acontecimentos que aconteceram no estado durante o seu governo, cabe analisar o sentido de responsabilidade empreendido pela gestão nas formas de se portar publicamente. Essa colocação de respostas públicas aos problemas enfrentados na segurança pública se colocou, muitas vezes, a partir dos discursos, mas é preciso citar também a ausência destes como parte fundamental da gestão.

Em resumo, ainda que o Governo Camilo tenha passado parte significativa do primeiro mandato apresentando respostas públicas para a gestão, ainda que estas fossem evasivas, em determinado momento pode-se perceber o progressivo aumento do silêncio da gestão frente aos acontecimentos. A ausência de constrangimento e de respostas frente à quantidade de pessoas vitimadas em diversas ocorrências durante a gestão do Governo Camilo foi naturalizada e, dessa maneira, a própria compreensão sobre responsabilidade para mudanças, para que os acontecimentos não voltassem a ocorrer, pode também ser questionada em razão da importância da vontade política pública do Governador na gestão da segurança pública.

3.1 A Tragédia de Milagres e os limites do “heroísmo” policial

No presente tópico irei analisar a ocorrência que ficou conhecida como Tragédia de Milagres, que aconteceu no dia 7 de dezembro de 2018. O evento

consistiu em uma ofensiva armada da Polícia Militar¹⁰⁰ durante um assalto a banco no município de Milagres¹⁰¹, interior do Ceará. A ofensiva resultou no assassinato de 14 pessoas, sendo 6 delas reféns – 5 destes eram da mesma família, sendo dois deles adolescentes (de 13 e 14 anos)¹⁰².

A Tragédia de Milagres possui grande valor por ser um exemplo das posturas adotadas pelo Governo do Estado do Ceará frente às ocorrências envolvendo policiais: se não optam pelo silêncio completo, a postura que adotam publicamente é de ignorar as vítimas e exaltar a ação policial.

Ainda na manhã do acontecimento, durante uma entrevista, ao ser perguntado sobre a possibilidade de haver reféns entre os mortos, o Governador Camilo afirmou que “é estranho um refém de madrugada no banco”¹⁰³. Foi a primeira fala pública do chefe do executivo estadual sobre a tragédia que ocorrera e que as nuances ainda não tinham sido apuradas totalmente. Aproveitou a oportunidade ainda para ressaltar que “o fato é que estavam preparados para assaltar dois bancos e não conseguiram”, ignorando que o fato realmente existente naquele momento eram 14 pessoas assassinadas em uma ação policial. O familiar de um dos reféns assassinados repudiou a fala do Governador em entrevista ao Diário do Nordeste¹⁰⁴. Além do Governador, o então Ministro da Segurança Pública na época, Raul Jungmann, afirmou que “tragédias como essa acontecem”¹⁰⁵. Por coincidência, e ironicamente, o Ministro estava na capital cearense no dia da tragédia acompanhando a inauguração do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Regional

¹⁰⁰ Participaram da ação: Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), do Comando Tático Rural (Cotar), da Força Tática (FT), do Batalhão de Divisas – da PMCE – e da Delegacia de Brejo Santo da Polícia Militar.

¹⁰¹ Mesorregião do Sul cearense, microrregião de Brejo Santo.

¹⁰² DIÁRIO DO NORDESTE. Adolescente morto em tiroteio em Milagres era exemplo no colégio, diz professor. 08 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/adolescente-morto-em-tiroteio-em-milagres-era-exemplo-no-colegio-diz-professor-1.2035391#>. Acesso em 20 set. 2019.

¹⁰³ OPOVO. “Estavam preparados para assaltar dois bancos e não assaltaram nenhum”, diz Camilo sobre ação. 07 dez. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/cariri/2018/12/estavam-preparados-para-assaltar-dois-bancos-e-nao-assaltaram-nenhum.html>. Acesso em 20 set. 2019.

¹⁰⁴ DIÁRIO DO NORDESTE. “A família repudia o comentário do governador”, diz parente de mortos na Tragédia de Milagres. 07 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/a-familia-repudia-o-comentario-do-governador-diz-parente-de-mortos-na-tragedia-de-milagres-1.2035285>. Acesso em 20 set. 2019.

¹⁰⁵ G1 CEARÁ. ‘Tragédias como essas acontecem’, diz ministro Jungmann sobre confronto com 12 mortes em Milagres. 07 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/12/07/tragedias-como-essas-acontecem-diz-ministro-jungmann-sobre-confronto-com-12-mortes-em-milagres.ghtml>. Acesso em 20 set. 2019.

Nordeste (CIISPR-NE). Um dos principais objetivos do CIISPR, que seria composto por 5 unidades por regiões do país, consistia na

integração entre as forças de segurança pública e inteligência do governo federal e Forças Armadas, para elaboração de planejamentos estratégicos e o acesso integrado dos conteúdos das bases de dados das diversas instituições e órgãos que compõem a estrutura de segurança pública¹⁰⁶.

As primeiras declarações das testemunhas já davam conta que todas as vítimas foram assassinadas pela Polícia Militar. No dia 8 de dezembro, um dia após a tragédia, a mãe de uma das reféns assassinadas disse que o irmão da vítima, também feito de refém, gritou para o policial “você mataram minha irmã!”¹⁰⁷ e este colocou as mãos na cabeça expressando desespero.

Em março de 2019, a Perícia Forense confirmou, através do laudo balístico, que as vítimas foram mortas por tiros de fuzil¹⁰⁸; além disso, as imagens das câmeras de segurança do local, divulgadas em maio, mostram que todos os tiros que vitimaram os reféns foram feitos pelos policiais militares¹⁰⁹.

Ao todo, 19 PMs foram afastados preventivamente da Polícia Militar, por decisão da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD) publicada em quatro portarias no Diário Oficial do Estado¹¹⁰.

No dia 13 de dezembro de 2019, a CGD protocolou o afastamento de três oficiais, acusados de fraude processual: o tenente coronel Cícero Henrique Beserra Lopes; os tenentes Joaquim Tavares Medeiros Neto e Georges Aubert dos Santos

¹⁰⁶ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. No Ceará, ministro Jungmann inaugura Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Regional Nordeste. 07 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.justica.gov.br/noticias-seguranca/collective-nitf-content-1544208510.43>. Acesso em 03 fev. 2020.

¹⁰⁷ DIÁRIO DO NORDESTE. “Vocês mataram minha irmã!”, disse irmão de vítima a policial em Milagres. 08 dez. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/voces-mataram-minha-irma-disse-irmao-de-vitima-a-policial-em-milagres-1.2035392>. Acesso em 20 set. 2019.

¹⁰⁸ DIÁRIO DO NORDESTE. Reféns da tragédia em Milagres foram mortos por fuzis dos militares. 13 mar. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/refens-de-tragedia-em-milagres-foram-mortos-por-fuzis-dos-militares-1.2074505>. Acesso em 20 set. 2019.

¹⁰⁹ G1 CEARÁ. Imagens mostram momento da execução de reféns durante tentativa de assalto a banco. 22 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/22/imagens-mostram-momento-da-execucao-de-refens-durante-tentativa-de-assalto-a-banco-em-milagres.ghtml>. Acesso em 20 set. 2019.

¹¹⁰ DIÁRIO DO NORDESTE. CGD afasta mais 15 policiais militares por crimes em Milagres. 23 dez. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/cgd-afasta-mais-15-policiais-militares-por-crimes-em-milagres-1.2191150>. Acesso em 04 fev. 2020.

Freitas¹¹¹. Eles são acusados de intervirem na cena do crime com o objetivo de alterá-la e induzir o erro da perícia. Especificamente, o Tenente Joaquim Neto teria participado do apagamento das imagens do crime nas câmeras de monitoramento da região. Além destes, também foi afastado o capitão José Azevedo Costa Neto, acusado de comandar a equipe que atirou com fuzis contra os suspeitos e, também, contra os cinco reféns.

O vice-prefeito de Milagres, Abraão Sampaio, também foi indiciado por fraude processual. Ele é acusado de contribuir, junto aos policiais¹¹², na alteração do local do crime. Abraão é acusado de ter usado o carro pessoal, uma Amarok branca, para retirar os corpos da cena do crime e levá-los ao hospital municipal. O que foi afirmado por ele como “ajuda” não faz sentido tendo em vista que as vítimas já estavam mortas há horas, versão reforçada pelo promotor do caso: “Não existia vida a ser socorrida. Entendemos que isso atrapalhou as investigações. Qualquer leigo identificaria a situação, em razão do estado dos corpos encontrados”¹¹³. A versão de que não houve socorro às vítimas também foi confirmada por uma testemunha, que afirmou que não houve verificação dos sinais vitais dos baleados após cessarem os tiros¹¹⁴.

Além dos oficiais e do vice-prefeito, outros policiais militares foram afastados. Oito destes são acusados de assassinar dois supostos assaltantes da agência. O crime aconteceu naquele mesmo dia, às 6h da manhã, na zona rural de Milagres. Os policiais invadiram a casa e mataram a tiros Lucas Torquato Loiola Reis, além de terem efetuado a prisão de Rivaldo Azevedo Santos. Rivaldo foi levado pelos PMs para o município de Barro, onde deu entrada no Hospital, às 11h40 da manhã, já sem vida. São acusados deste crime: o sargento José Marcelo Oliveira e os soldados José Anderson Silva Lima, João Paulo Soares de Araújo, Sérgio Saraiva

¹¹¹ Secretário de segurança do município de Milagres.

¹¹² DIÁRIO DO NORDESTE. Imagens revelam intenção de PMs em destruir provas. 22 maio 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/imagens-recuperadas-revelam-intencao-de-pms-em-destruir-provas-1.2102496>. Acesso em 04 fev. 2020.

¹¹³ DIÁRIO DO NORDESTE. “Não existia vida a ser socorrida, qualquer leigo identificaria”, diz promotor sobre vice-prefeito de Milagres investigado por fraude processual. 21 maio 2019. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/seguranca/nao-existia-vida-a-ser-socorrida-qualquer-leigo-identificaria-diz-promotor-sobre-vice-prefeito-de-milagres-investigado-por-fraude-processual/23534>. Acesso em 20 set. 2019.

¹¹⁴ DIÁRIO DO NORDESTE. Não houve tentativa de socorro às vítimas, diz testemunha da Tragédia em Milagres. 13 mar. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/nao-houve-tentativa-de-socorro-as-vitimas-diz-testemunha-de-tragedia-em-milagres-1.2074735>. Acesso em 03 fev. 2020.

Almeida e Daciel Simplício Ribeiro, da 1ª Cia do 4º Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque); e o sargento Leandro Vidal dos Santos e os soldados Fabrício de Lima Silva e Alex Rodrigues de Rezende, da 3ª Cia do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM). O sargento Sandro Ferreira Alves e os soldados Elienai Carneiro dos Santos, José Maria de Brito Pereira Júnior e Diego Oliveira Martins, da 1ª Cia do 4º BPChoque, também são suspeitos do assassinato de Lucas Torquato.

Compreendo que os elementos que envolvem o desenrolar da Tragédia, incluindo a decisão do Ministério Público de que os policiais acusados respondam em liberdade¹¹⁵, demonstra de forma significativa a lógica da ação policial que realiza “o melhor trabalho possível”, para além das mortes que podem ser causadas e que, no caso da referida ocorrência, foram. Mesmo após mais de um ano da Tragédia, o caso não foi julgado.

Para além disso, os efeitos políticos que envolvem o acontecimento são simbólicos. Para esta análise, dois pontos se sobressaem: o primeiro consiste no registro da ocorrência nas estatísticas oficiais da SSPDS; o segundo, sobre a concepção de guerra permanente e sem limites (GRAHAM, 2016) e a Tragédia de Milagres.

No início de janeiro de 2019, com o processo de consolidação dos dados do mês e ano anterior, a natureza do registro da ocorrência da Tragédia de Milagres chamou a atenção. Naquele momento ainda não havia provas suficientes de onde partiram os disparos que vitimaram 6 reféns e 8 suspeitos. O que existia, de forma prática, era o relato das testemunhas. No entanto, os 6 reféns da Tragédia, sendo 5 deles da mesma família, tiveram seus assassinatos registrados com a categoria roubo seguido de morte, ou seja, latrocínio.

¹¹⁵ G1 CEARÁ. Policiais militares que atingiram refém são isentos da morte da vítima pelo Ministério Público do Ceará. 21 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/21/policiais-militares-que-atingiram-refem-na-tragedia-em-milagres-sao-isentos-da-morte-da-vitima-pelo-ministerio-publico-do-ceara.ghtml>. Acesso em 21 set. 2019.

Figura 12 - Registro das mortes dos reféns da Tragédia de Milagres (CE)

AIS	TIPO ARMA	NATUREZA	MUNICÍPIO	d	m	a	SEXO DA VÍTIMA	NOME DA VÍTIMA	IDADE	fx_etaria	RAÇA
AIS 19	Arma de fogo	ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)	Milagres	7	12	2018	Masculino	JOAO BATISTA CAMPOS DE MAGALHAES	49	40 a 49 anos	Parda
AIS 19	Arma de fogo	ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)	Milagres	7	12	2018	Masculino	GUSTAVO TENORIO DOS SANTOS	13	10 a 14 anos	Parda
AIS 19	Arma de fogo	ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)	Milagres	7	12	2018	Masculino	CICERO TENORIO DOS SANTOS	60	60 a 69 anos	Parda
AIS 19	Arma de fogo	ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)	Milagres	7	12	2018	Feminino	CLAUDINEIDE CAMPOS DE SOUZA SANTOS	41	40 a 49 anos	Branca
AIS 19	Arma de fogo	ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)	Milagres	7	12	2018	Masculino	VINICIUS DE SOUZA MAGALHAES	14	10 a 14 anos	Parda
AIS 19	Arma de fogo	ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)	Milagres	7	12	2018	Feminino	FRANCISCA EDINEIDE DA CRUZ SANTOS	49	40 a 49 anos	Parda

Fonte: Dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em contrapartida, os suspeitos de compor o grupo que planejou o assalto à agência bancária e sequestrou os reféns foram registrados como homicídio decorrente de oposição à intervenção policial. Além deles, Lucas Torquato e Rivaldo Santos, que foram assassinados fora do contexto da intervenção nas imediações da agência, também foram registrados nessa categoria.

Figura 13 - Registro das mortes dos suspeitos da Tragédia de Milagres (CE)

AIS	TIPO ARMA	NATUREZA	MUNICÍPIO	d	m	a	SEXO DA VÍTIMA	NOME DA VÍTIMA	IDADE	fx_etaria	RAÇA
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	MACKSON JUNIOR SERAFIM DA SILVA	26	20 a 29 anos	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	JOSE GONCALO LEITE SANTOS	52	50 a 59 anos	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	CASSIO JOSE JERONIMO DA SILVA	31	30 a 39 anos	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	DESCONHECIDO DO SEXO MASCULINO	-	Idade ignorada	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	LUCAS TORQUATO LOIOLA REIS	18	15 a 19 anos	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	RIVALDO AZEVEDO SANTOS	22	20 a 29 anos	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	CRISTIANO FERREIRA DE MENDONÇA	38	30 a 39 anos	
AIS 19	Arma de fogo	HOMICÍDIO DECORRENTE DE OPOSIÇÃO À INTERVENÇÃO POLICIAL	Milagres	7	12	2018	Masculino	CLAUDERVAN SANTANA DE AQUINO	26	20 a 29 anos	

Fonte: Dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI)

Das várias matérias veiculadas sobre o caso, não constam os nomes e as idades dos suspeitos. Quatro deles estavam na faixa de 15 a 30 anos e um não teve nem nome nem idade registrada.

Mas o que chama atenção, principalmente, é a diferença no registro da natureza do assassinato de reféns e suspeitos. Mesmo após a divulgação de imagens que comprovam que os policiais militares atiraram contra todos, os reféns estão contabilizados dentro dos CVLIs e não das mortes por intervenção policial. A ideia transmitida com essa categorização é de que os reféns foram assassinados em decorrência do roubo ao banco, e não em virtude da ação deliberada dos policiais militares. A inconsistência é ainda maior quando é observado que não houve roubo ao banco naquela noite. O saldo desta operação policial foi, na verdade, um banco intacto, 14 vidas perdidas e um município marcado, para sempre, por uma noite aterrorizante promovida diretamente pelas forças de segurança do Estado.

Nesse sentido, cabe refletir sobre como o elemento de *combate* tem sido importante para entender a orientação das operações policiais no Ceará nos últimos anos. Em primeiro lugar, nota-se a instauração de um contexto de *guerra permanente e sem limites*. Esse conceito é apresentado por Graham (2016) ao analisar o que chamou de “novo urbanismo militar”. Segundo Cardoso (2018), ao fazer menção ao trabalho de Graham, o novo urbanismo militar é

(...) caracterizado pela propagação de definições e de uma organização militarizada do espaço urbano, pela normalização de paradigmas militares de ação, pensamento e política pública, pelo crescente uso de tecnologias de comando e controle e pelo ampliado volume de informações produzidas (CARDOSO, 2018, p. 97).

A ideia de um urbanismo pautado na militarização possibilita pensar como a cidade tem se tornado um palco de conflitos fortemente circunscritos pelo uso de tecnologias militares. Graham (2018) busca versar sobre questões envolvendo a dinâmica entre *Ocidente x Oriente* e, principalmente, como as cidades do Ocidente têm internalizado tecnologias para o conflito usadas em territórios “de guerra” para lidar com os cidadãos do próprio lugar. Essa incorporação de tecnologias militares é retroalimentada pelo “uso da guerra como metáfora dominante para descrever a condição constante e irrestrita das sociedades urbanas - em guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança” (p. 26).

No Ceará, essa guerra ao crime, sobretudo às facções e aos grupos criminosos nos últimos anos, tem sido usada como elemento fundante de grandes operações policiais. Mais do que isso, acaba por ser a justificativa perfeita para resultados desastrosos. Em nome da segurança que só pode ser alcançada na dinâmica do Estado inserido na guerra aberta contra as facções, tudo pode ser feito. A operação policial, militarizada e com uso de tecnologias, passou a ser a única forma de pensar a resolução dos conflitos. Essa lógica insere situações de exceção permanentes como, por vezes, ter a presença da Força Nacional auxiliando a segurança cotidiana no Ceará, principalmente no período de 2018 a 2020¹¹⁶.

¹¹⁶ Em 2018, um ano marcado por chacinas no estado, o reforço da Força Nacional teve o objetivo de auxiliar no “combate às facções”. Já é 2019 a Força Nacional foi enviada em razão da série de ataques que aconteceram naquele ano. Embora o ano de 2020 não seja englobado neste trabalho, pois traz um elemento atípico e merecedor de um labor mais demorado, convém citar que no dia 20 de fevereiro do referido ano o presidente Bolsonaro assinou o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em razão da paralisação da Polícia Militar do Ceará. Na ocasião, o presidente voltou a defender o excludente de ilicitude que ficou de fora do “Pacote Anticrime” do então Ministro da Justiça, Sérgio Moro. O presidente afirmou que o excludente de ilicitude poderia garantir amparo aos agentes que estavam sendo encaminhados para o Ceará.

4 CAMILO 2.0 E A NOVA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Até este momento, no desenrolar deste trabalho, apresentei e analisei questões do primeiro mandato do Governo Camilo. Muito embora a gestão tenha vivenciado o período mais grave da história do Ceará no que tange ao campo da segurança pública, Camilo Santana conseguiu se reeleger¹¹⁷, nas eleições de 2018, com uma das maiores aprovações do país em primeiro turno: 3.457.556 de votos, o que corresponde a 79,94% do total. O seu “principal oponente”, General Theophilo (PSDB), obteve apenas 488.438 votos.

A sensação do período eleitoral no Ceará naquele ano foi de que, independente dos oponentes, o Governador Camilo ganharia com folga em liderança isolada no pleito. Muitas questões políticas contribuíram para esse cenário, mas, a seguir, chamo atenção para duas delas.

A *primeira* questão foi a aliança firmada entre Camilo Santana e Eunício Oliveira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Eunício é uma liderança política conhecida no Ceará, tendo sido senador pelo estado no período de 2011 a 2019. Em 2014, Eunício foi o principal oponente de Camilo Santana na corrida eleitoral ao Governo do Estado. O resultado, que garantiu o primeiro mandato de Camilo, também trouxe à tona uma maior expressividade do candidato no interior, enquanto Eunício recebeu a maior parte dos votos na capital cearense¹¹⁸.

Em 2017, o governador e o então senador foram vistos em várias oportunidades estando juntos em eventos políticos no interior do estado, o que começou a causar rumores de uma possível aliança para as eleições do ano seguinte. Os rumores foram confirmados principalmente a partir da convenção do PT Ceará, em julho de 2018, quando decidiram, em votação, não indicar¹¹⁹ um candidato ao Senado, o que automaticamente poderia abrir margem para fortalecer a candidatura de Eunício para o pleito. Com a saída de Eunício da disputa para o Governo do Estado, não havia

¹¹⁷ G1 CEARÁ. Camilo Santana, do PT, é reeleito governador do Ceará. 07 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/camilo-santana-do-pt-e-reeleito-governador-do-ceara.ghtml>. Acesso em 10 abr. 2020.

¹¹⁸ DIÁRIO DO NORDESTE. Camilo tem votação expressiva no interior; Eunício vence na capital. 26 out. 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/camilo-tem-votacao-expressiva-no-interior-eunicio-vence-na-capital-1.1135392>. Acesso em 08 set. 2020.

¹¹⁹ OPOVO. Por 200 votos a 70, PT Ceará não terá candidato ao Senado; Pimentel lamenta. 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/07/por-200-votos-a-70-pt-ceara-nao-tera-candidato-ao-senado-federal.html>. Acesso em 08 set. 2020.

um oponente “à altura” para a concorrência, o que foi confirmado no desenrolar do processo eleitoral.

A *segunda* questão sobre a eleição de 2018, e não menos importante, corresponde ao fato de que General Theophilo era um desconhecido no cenário da política cearense. De família tradicional do Exército¹²⁰ e conhecido por uma postura reservada, Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira foi apadrinhado¹²¹ politicamente como aposta de Tasso Jereissati, ex-governador do Ceará e atual senador. A apresentação de Theophilo aconteceu em maio de 2018 e, na ocasião, o próprio assumiu não ser uma figura conhecida da classe política, mas afirmou que preferia não ser conhecido dessa classe. Tasso também aproveitou o momento para expor a sensação de solidão política, principalmente em decorrência da ausência de lideranças do Partido Social Democrático (PSD) e do Solidariedade, que outrora eram do campo de oposição, mas, naquele momento, já haviam se integrado à base do governo Camilo.

Embora a candidatura de Theophilo não tenha surtido uma grande repercussão política no período eleitoral, ela representa um dos efeitos do cenário que o Ceará vivenciou durante o primeiro Governo Camilo no campo da segurança pública, marcado principalmente por ataques de grupos criminosos a edifícios públicos e ônibus do transporte urbano em Fortaleza. Na ocasião da convenção de homologação da candidatura de Theophilo, que ocorreu no dia 29 de julho de 2018, Tasso usou o palanque para criticar o Governo Camilo na atuação do combate às facções criminosas:

“Nós estamos, hoje, o Estado dominado pelas facções criminosas. Não é que elas estão em toda parte, elas dominam o Estado do Ceará e é mais forte do que o Governo do Ceará, porque o governo do Ceará é frouxo, não tem coragem. Vocês querem que seus filhos vivam num ambiente de terror em que, quem controla o Estado e a cidade são as facções criminosas? Nós temos uma história, nós não vamos aceitar isso, isso não é normal, isso não é natural.”¹²²

¹²⁰ OPOVO. Guilherme Theophilo: de general à alternativa tucana nas eleições. 29 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2018/04/guilherme-theophilo-de-general-a-alternativa-tucana-nas-eleicoes.html>. Acesso em 10 abr. 2020.

¹²¹ DIÁRIO DO NORDESTE. Tasso apresenta o General Theophilo como candidato. 22 maio 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/tasso-apresenta-o-general-theophilo-como-candidato-1.1942208>. Acesso em 10 abr. 2020.

¹²² DIÁRIO DO NORDESTE. Convenção oficializa nome do General Theophilo para o Governo do Ceará. 30 jul. 2018. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonsilva/protestos/convencao-oficializa-nome-do-general-theophilo-para-o-governo-do-ceara/>. Acesso em 12 abr. 2020.

Apesar da ampla vantagem com a qual venceu a eleição em primeiro turno, o Governo Camilo carregava o desafio de “tomar as rédeas da situação” no que diz respeito ao campo da segurança pública no Ceará - o calcanhar de Aquiles da gestão. Foi com este ímpeto que o Governo apostou em uma nova roupagem: a *Nova Estratégia de Segurança Pública - NESP*¹²³. O primeiro registro¹²⁴ de apresentação sobre a NESP foi realizada em 2018, quando o secretário André Costa participou da reunião da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - seção Ceará (ABIH-CE), em Fortaleza. A apresentação teve foco no reforço policial para melhorar a área do turismo na capital cearense.

Antes de entrar na definição propriamente dita de como foi planejada a NESP, é importante ressaltar como esse novo projeto está inserido dentro de uma lógica da política de segurança pública do Ceará. Assim como ocorreu com o Ronda, que foi supostamente “incorporado” a uma outra “roupagem” quando o Governo Camilo assumiu a gestão (visto que os policiais do Ronda foram inseridos no Policiamento Ostensivo Geral no Ceará Pacífico), a NESP aparenta ter a mesma motivação. Não há uma ruptura entre uma política e outra. Há, na verdade, uma incorporação sob o prisma da integração das ações governamentais, com filiação às demandas do contexto local, nacional e internacional.

Todas as tendências convergem para uma prática de manutenção no campo da segurança pública. Por ser um campo intelectual, mas também político, as práticas adotadas nesse contexto acabam reproduzindo um modo de fazer específico que intervém para a manutenção do próprio campo. No Ceará, as políticas adotadas nos últimos 25 anos no campo da segurança pública são constantemente carregadas de elementos da política anterior, porém sob aparência do “novo”. Como pode ser observado nas páginas anteriores, esse “novo” se coloca de diferentes formas, seja pela mudança das viaturas ou da farda, criação de um outro slogan, etc.

No caso da NESP, o contexto está fortemente ligado às demandas por uso de tecnologias na segurança pública e esta é a aparência que a política de segurança pública no Ceará assume a partir da sua criação. As discussões sobre *vigilância* e *produção de dados* são importantes para compreendermos a NESP. Se outrora as

¹²³ Ver mais em <https://nesp.ceara.gov.br>

¹²⁴ GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SSPDS apresenta Nova Estratégia de Segurança Pública para o setor hoteleiro de Fortaleza. 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/11/28/sspds-apresenta-nova-estrategia-de-seguranca-publica-para-o-setor-hoteleiro-em-fortaleza/>. Acesso em 16 jun. 2020.

políticas de segurança pública estavam fortemente marcadas por delimitação de território onde policiais eram os responsáveis pela vigilância (e isso acabava circunscrevendo o quê, quando e quem era visto), isso é substituído por câmeras e sistemas integrados capazes de rapidamente cruzar dados necessários e acionar a patrulha local para realizar uma ação. Não há, portanto, nesse novo arranjo, a ideia de território a ser vigiado como antes, em que era delimitado um espaço específico da cidade para um determinado contingente policial que estaria presente a todo momento, seja numa base policial ou duplas/trios presentes em esquinas, por exemplo, como foi tentado no início do primeiro mandato do Governador Camilo. Agora, é possível ver o que acontece em qualquer parte da cidade onde exista câmeras de segurança, sem sair de uma sala de controle onde essas informações estão sendo operadas. Nesse novo momento, é preciso ter a dimensão do local do *Big Data* na segurança pública, ou seja, esse grande conjunto de dados de onde se consegue extrair rapidamente informações cruzadas.

Mais do que um elemento da política de segurança pública e do fazer o trabalho policial, o uso da tecnologia no Ceará passou a ser um elemento fundamental e utilizado para a vanglória. Para isso, tem contado com a mediatização desse uso, que destaca, com frequência, a eficácia no combate ao crime¹²⁵ no estado.

É neste contexto que surge a necessidade de criar uma nova identidade pautada na tecnologia no campo da segurança pública. Por definição, a NESP foi construída e baseada em “integração, coordenação, cooperação e responsabilização em diferentes níveis”. Para isso, foi dividida em 6 eixos que funcionam como frentes de atuação:

NESP 01: Pacto por um Ceará Pacífico

INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO.

O Pacto por um Ceará Pacífico é um amplo programa de redução da violência, com ações baseadas no seguinte tripé:

- 1) Aproximação com a população;
- 2) Uso intensivo de informações e aperfeiçoamento da inteligência e da investigação;
- 3) Articulação e integração das agências de segurança pública e justiça.

O Pacto tem um modelo de governança que não é engessado, possibilitando a consolidação de formatos que possam ser redesenhados e que resultem de um processo participativo de construção. O pacto parte do reconhecimento de que a violência é um fenômeno complexo, exigindo o enfrentamento das condições que a impulsionam por meio da articulação de esforços e investimentos em diferentes áreas, unindo ações de prevenção e de controle.

¹²⁵ G1 CEARÁ. Polícia usa tecnologia no combate ao crime. 05 ago. 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1/dicao/videos/t/edicoes/v/policia-usa-tecnologia-no-combate-ao-crime/7819297/>. Acesso em 02 ago. 2020.

NESP 02: Tecnologia da Informação

Entendemos que a tecnologia, por si só, não resolve as questões da segurança, mas ela é um dos mais importantes instrumentos de apoio para a ação das forças policiais, contribuindo tanto para a prevenção de delitos quanto para solucionar os crimes. O Governo do Ceará tem investido em dispositivos e sistemas que contribuem para aprimorar o trabalho de inteligência policial.

- 1) Centro Integrado de Inteligência e Segurança Pública - Regional Nordeste (CIISPR-NE);
- 2) Centro Integrado de Inteligência e Segurança Pública Estadual;
- 3) ZOOM Cidade Segura;
- 4) Videomonitoramento, Tecnologia e Inteligência Policial;
- 5) Sistema Policial Indicativo de Abordagem (SPIA);
- 6) Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP);
- 7) Programa Cientista Chefe;
- 8) Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE);
- 9) Laboratório de Tecnologia contra a lavagem de dinheiro.

NESP 03: Motivação, Qualificação e Contratação

Os profissionais de segurança pública são a mais importante peça no combate à violência. A sua valorização e seu reconhecimento são garantidos com uma nova Lei de Promoções, que facilita a progressão funcional. Houve ainda uma descompressão das carreiras, corrigindo distorções e reformulando o sistema de promoções de inspetores e escrivães e da Perícia Forense, que passaram a ter um fluxo de promoções mais justo. Foi implantada ainda a média salarial do Nordeste para a Polícia Civil. Os efetivos foram ampliados, por meio de contratações por concurso público, melhorando o serviço prestado a população. Todas essas ações fazem parte da política de gestão de pessoas do Governo do Estado, com foco nos profissionais de segurança pública. Assegurar boas condições de trabalho para todos os agentes de segurança pública é parte das políticas públicas nessa área, contribuindo para a implantação de uma cultura de paz.

- 1) Reestruturação das carreiras policiais;
- 2) Programa Em Defesa da Vida;
- 3) Reforço do Efetivo;
- 4) Academia Estadual de Segurança Pública (AESP).

NESP 04: Foco nos territórios

A nova estratégia de segurança pública que está sendo realizada pelo Governo do Estado procura redefinir os territórios para o enfrentamento da violência. A partir de dados estatísticos e informações de inteligência, territórios são definidos, reduzindo a área geográfica de atuação das equipes integradas, ampliando o número de profissionais de segurança em cada um deles. O resultado é uma maior proximidade com a população, mais produtividade e eficiência nas ações. Fazem parte dessa estratégia de foco no território as Unidades Integradas de Segurança - UNISEGs, novo Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRAIO), novos batalhões regulares da Polícia Militar, novas e modernas delegacias e unidades da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas.

- 1) Unidades do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRAIO);
- 2) Expansão das Unidades Integradas de Segurança (Unisegs);
- 3) Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer).

NESP 05: Reestruturação do Sistema Prisional

No Ceará, o sistema prisional e o sistema socioeducativo (onde ficam recolhidos menores de idade que cometeram delitos) passaram a ser prioridade do governo. Foram criados órgãos específicos para sua gestão: a

Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo e a Secretaria da Administração Penitenciária. As prisões passam por um processo de modernização, organização e implantação de processos educativos e de disciplina.

O crime organizado é combatido dentro dos presídios, dificultando a sua operação, inclusive fora deles. Novos presídios também estão sendo construídos, reduzindo a superlotação carcerária e trazendo mais dignidade para os presos.

- 1) Secretaria de Administração Penitenciária (SAP);
- 2) Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS).

NESP 06: Controle externo e integridade

A Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário – CGD atua como um controle autônomo, externo e independente, para construir um sistema de segurança e prisional íntegros, que respeite e assegure todos os direitos das pessoas.

Para prevenir desvios de conduta de integrantes das forças de segurança e do sistema penitenciário, a CGD realiza um trabalho preventivo, com ações educativas, auditorias e inspeções. Além disso, instaura e acompanha processos disciplinares, aperfeiçoando a disciplina e a eficácia dos serviços prestados à população.¹²⁶

De forma geral, a NESP não inaugura nenhuma nova modalidade no que tange à política de segurança pública do Governo Camilo. Retomando a velha proposta de “integração”, a ação apenas reúne todas as ações da pasta de segurança pública. No entanto, essa estratégia é fortemente pautada em propaganda e em “visual arrojado” para comunicar as ações. Chama a atenção o uso de vídeos que se assemelham a filmes de ação, colocando o policial militar no papel de um agente que está em um cenário de guerra — prática que já foi utilizada na propaganda do Raio citada anteriormente, mas que possui, nesse novo momento, um outro vigor estético. O principal vídeo¹²⁷ institucional da NESP, veiculado na televisão cearense, é um fundamental exemplo para entender a aposta do Governo Camilo na área de segurança pública para o segundo mandato. Abrindo com o slogan “*o Governo que não para, o Governo que faz*”, o vídeo traz cenas que mostram atuação integrada de agentes, uso de helicópteros e câmeras de videomonitoramento, além da promessa de levar “tranquilidade para todos” os cearenses. Em certa medida, é possível compreender essa aposta na tecnologia e em imagens de ação a partir da concepção de “mudança de mentalidade”, frequentemente usada ao longo das décadas ao se falar da segurança pública no Ceará. Levando em consideração os anos de crise vivenciados durante o primeiro mandato do Governo Camilo, a NESP vem com esse

¹²⁶ Todas as informações foram colhidas no site da NESP.

¹²⁷ Ver mais em: <https://youtu.be/vKrlnEOCaUw>.

impulso de mudança “radical” na política de segurança pública (PAIVA, FREITAS, 2015). Mas não há elemento, de forma prática, que apresente alguma “radicalidade” na política do campo. Como será apresentado a seguir, essa mentalidade foi alterada para uma dimensão mais tecnológica, mas guiada pela mesma orientação de militarização e controle de territórios periféricos.

4.1 A expansão do videomonitoramento

A tecnologia passou a ser a peça-chave para a produção e a integração de dados entre as polícias no Ceará. O principal meio utilizado para esse objetivo tem sido o de videomonitoramento. Esse tipo de técnica tem sido incrementado cada vez mais, fruto do acordo entre Estado e empresas de tecnologias de vigilância¹²⁸. O efeito disso é um gerenciamento empresarial-militarizado dos espaços públicos (CARDOSO, 2018, p. 102), que tem mudado substancialmente a atuação do Estado e a vida nas cidades.

Em Fortaleza, no início de 2014, contávamos com 116 câmeras responsáveis pela vigilância em determinados pontos da cidade. Em junho de 2018, segundo dados divulgados pela SSPDS¹²⁹, o número passou para 1.403 câmeras na capital, totalizando um crescimento de 1.109% de câmeras de vigilância antes do fim do primeiro mandato do Governador. Intitulado “Zoom: cidade + segura”, o objetivo do projeto era chegar ao final do referido ano com 2.543 câmeras de vigilância em Fortaleza, além dos 25 municípios que já contavam com os equipamentos e os 42 municípios para onde o projeto seria expandido¹³⁰. Ao final do referido ano a meta do Governo do Estado foi alcançada e o Ceará passou a contar com 3.304 câmeras de videomonitoramento em todo território, sendo 2.543 apenas em Fortaleza, como

¹²⁸ POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ. Governo do Ceará firmará parceria com gigante da tecnologia em segurança. 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2019/04/25/governo-do-ceara-firmara-parceria-com-gigante-da-tecnologia-em-seguranca/>. Acesso em 22 set. 2019.

¹²⁹ OPOVO. Em menos de quatro anos, número de câmeras de videomonitoramento aumenta 1.109% em Fortaleza. 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/06/em-menos-de-quatro-anos-numero-de-cameras-de-videomonitoramento-aumen.html>. Acesso em 21 set. 2019.

¹³⁰ G1 CEARÁ. Fortaleza terá mais de 2.500 câmeras de videomonitoramento até o fim de 2018. 04 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/fortaleza-tera-mais-de-2500-cameras-de-videomonitoramento-ate-o-fim-de-2018.ghtml>. Acesso em 21 set. 2019.

mostra a reportagem do Diário do Nordeste¹³¹ - isso significava que cada km² da capital contava com, em média, oito equipamentos de videomonitoramento. Na época, o Governador Camilo garantia, em tom de promessa política, que o Ceará se tornaria o Estado com o maior número de câmeras do país.

Os trabalhos sobre o uso do videomonitoramento no Ceará ainda são iniciais, mas pesquisadores já têm se dedicado ao tema (BRITO, 2018, 2019; COSTA & BARROS, 2019, 2020; CUSTODE, 2019; OLIVEIRA, 2019). Neste ponto, chamo atenção para duas frentes da expansão dessa tecnologia: o Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia), a nível estadual; e a Célula de Proteção Comunitária no âmbito do Programa Municipal de Proteção Urbana (PMPU), a nível municipal em Fortaleza.

O Spia, criado em 2017 e que foi expandido a partir de 2018, é fruto de uma parceria entre a SSPDS-CE, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). O sistema consiste em uma “ferramenta tecnológica age por meio de sensores espalhados pela Estado, que tem auxiliado na localização e recuperação de veículos roubados ou furtados”¹³². De forma geral, as câmeras de videomonitoramento captam imagens de veículos e placas de veículos. Com esse dado, o sistema consegue verificar se há queixa de roubo e acionar, junto à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS), que uma composição da Polícia Militar realize uma ação de patrulhamento para averiguar a situação. Um marco desse sistema foi a criação da Superintendência de Pesquisa e Estratégia da Segurança Pública (Supesp), instituição vinculada à SSPDS e que tem gerido e estimulado a expansão do Spia no estado.

Utilizado sobretudo para os crimes contra o patrimônio, o Spia tem se tornado a tecnologia mais presente no cotidiano da segurança pública no Ceará e, por isso, é o elemento utilizado também para propaganda do avanço do uso de tecnologia no estado. As câmeras de vigilância, portanto, passaram também a ser um elemento ordinário à vida dos cidadãos no estado, especialmente em Fortaleza e Região

¹³¹ DIÁRIO DO NORDESTE. Ceará tem 3.304 câmeras de videomonitoramento instaladas. 01 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/ceara-tem-3-304-cameras-de-videomonitoramento-instaladas-1.2032571>. Acesso em 19 ago. 2020.

¹³² SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. SSPDS apresenta sistema Spia em evento internacional de Segurança Pública em Brasília. 16 maio 2018. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2018/05/16/sspds-apresenta-sistema-spia-em-evento-internacional-de-seguranca-publica-em-brasilia/>. Acesso em 19 ago. 2020.

Metropolitana. A partir de 2019, o Spia passou também a ser utilizado em outros estados do Nordeste¹³³.

Figura 14 - Uso de videomonitoramento na Nova Estratégia de Segurança Pública (NESP)



Fonte: Governo do Estado do Ceará.

Figura 15 - Policiais do RAI0 na sala de comando e o uso de videomonitoramento na Nova Estratégia de Segurança Pública (NESP)



Fonte: Governo do Estado do Ceará.

¹³³ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Projeto cearense Spia atinge resultados positivos em outros estados após integração. 11 mar. 2019. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2019/03/11/projeto-cearense-spia-alcanca-resultados-positivos-em-outros-estados-apos-integracao-com-ceara/>. Acesso em 19 ago. 2020.

O Spia tem como marco de fundação a ideia de “mobilidade do crime”, defendida pelo superintendente da Supesp, o Sr. Aloísio Lira. A concepção consiste em compreender como a questão da mobilidade urbana nas cidades contemporâneas têm afetado as dinâmicas do crime e da segurança pública. Em entrevista para o OPOVO em março de 2019, o superintendente, que acabava de assumir o cargo no órgão, explicou a lógica por trás da implementação do Spia com base na “mobilidade do crime”:

“Dentro do crime de mobilidade, foi iniciado um projeto que engloba o Spia, o motopolicamento. E aí, por isso, vocês acompanharam o governador aumentar muito o Raio. E envolve uma doutrina de cerco virtual, que é muito bem desempenhada pela Ciops, que faz o acompanhamento em tempo real. Então, isso é uma quebra da mobilidade. O crime de roubo é um crime de oportunidade. Se você tem um local aqui na esquina em que está acontecendo muitos roubos e você bota uma viatura, muitas vezes, o cara não deixa de praticar o crime. Ele só migra para um outro local. Se a gente se preocupar mais com fechamento de área, trabalhar com aspecto de quadrante, muito parecido como Nova York trabalha, e a gente focar nas fugas, a gente consegue diminuir o crime. Então, isso foi uma constatação empírica, não muito técnica, até porque a gente não tinha dados para robustecer isso ainda. Então, nós fizemos essa propositura e foi adotada aqui no Ceará. E nós começamos a ter os resultados que nós chegamos agora.”¹³⁴

Os elementos apresentados nessa explicação evidenciam a mudança da lógica na segurança pública no sentido da prática policial pautada no patrulhamento e focada em perseguições. Para isso, a expansão do RAIO, trabalhada anteriormente no capítulo 1, se apresenta como fundamental, tendo em vista o uso do motopolicamento e, por consequência, maior facilidade de chegar a alguns locais.

Se a lógica de mobilidade e “cerco virtual” tem sido a ordem para crimes contra o patrimônio, percebe-se outra racionalidade quando são observados territórios da periferia de Fortaleza e a prevenção aos homicídios. O principal exemplo é a Torre de Vigilância, que faz parte da concepção de Célula de Proteção Comunitária, vinculada ao PMPU, em bairros da periferia que apresentam maior índice de homicídios. As torres formariam um “cinturão de segurança” na cidade após a implementação de todo o projeto.

¹³⁴ OPOVO. Como o Ceará usa a tecnologia e ciência no combate ao crime. 11 mar. 2019. Disponível em: https://www.opovo.com.br/jornal/aguanambi_282/2019/03/18/a-busca-por-uma-seguranca-mais-cientifica.html. Acesso em 19 ago. 2020.

A primeira torre foi inaugurada no dia 28 de fevereiro de 2018, no bairro Jangurussu¹³⁵. De forma geral, o equipamento objetiva ter mais guardas municipais e policiais militares no território onde foi instalado, além de manter uma sala de videomonitoramento. No Jangurussu, o efetivo passou a ser de 42 guardas municipais armados e 20 policiais militares no patrulhamento a pé, de bicicleta e em motos; e 40 câmeras espalhadas pelo bairro, com monitoramento 24 horas por dia¹³⁶.

Figura 16 - Torre de Vigilância no bairro Jangurussu, em Fortaleza



Fonte: OPOVO.

Além de ser o projeto piloto do PMPU, a Torre de Vigilância do Jangurussu também configura como a mais simbólica construção desse programa. A construção foi feita na calçada de um equipamento que tem como público-alvo às juventudes das periferias, no caso o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) do Jangurussu. Antes mesmo de ser inaugurada, a Torre gerou um pedido de esclarecimento protocolado pela Defensoria Pública do Estado do Ceará sobre uma matéria que veiculou que atiradores de alta precisão estariam sendo treinados para atuar no equipamento¹³⁷. Cerca de 20 dias após o pedido de esclarecimento, o vice-

¹³⁵ G1 CEARÁ. Torre de vigilância comunitária é inaugurada nesta quarta em Fortaleza. 27 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/torre-de-vigilancia-comunitaria-e-inaugurada-nesta-quarta-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em 19 ago. 2020.

¹³⁶ OPOVO. Torre de vigilância 24 horas funciona a partir desta quarta no Jangurussu. 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/02/torre-de-vigilancia-24-horas-funciona-a-partir-de-hoje-no-jangurussu.html>. Acesso em 19 ago. 2020.

¹³⁷ DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ. Defensoria solicita esclarecimentos sobre torres de vigilância à Prefeitura de Fortaleza. 28 dez. 2017. Disponível em:

prefeito Moroni Torgan desmentiu a informação¹³⁸. Essa, no entanto, não foi e não é a única questão levantada em torno da construção das torres nas periferias da cidade.

Ao analisar a relação entre planejamento urbano e segurança pública a partir da implementação do PMPU em Fortaleza, Brito (2019, p. 12) analisa que o programa não instituiu nada de novo na área da segurança, mas sim que se configura como “mais um programa de ostensividade policial implementado em favelas e em assentamentos precários com o intuito de exercer um poder disciplinador nessas zonas”. A autora também chama a atenção que a disposição desse equipamento nas comunidades está pautada em questões sociais e raciais sobre estes territórios. Isso fica nítido no planejamento urbano de Fortaleza ao levarmos em consideração o esforço de construção de uma imagem moderna e turística, mas que tem a segurança como obstáculo. O enfrentamento produzido em torno disso tem sido de maior controle nos territórios das periferias, em detrimento da garantia de direitos.

Costa e Barros (2020) também tiveram o PMPU como objeto de investigação, analisando os efeitos psicossociais da construção da Torre de Vigilância do Jangurussu a partir dos discursos de jovens negros da localidade. Um dos resultados encontrados é que a construção do equipamento tornou as ações policiais mais frequentes e mais violentas em nome de uma suposta prevenção, “uma vez que tais sujeitos representariam ameaça à ordem social” (p. 180). Além disso, a questão do “racismo institucional, estrutural e estruturante dos modos de gestão e das ações de segurança nesse território” (p. 182) é a característica fundamental presente nos discursos dos jovens entrevistados. Como resultado disso, esses jovens passam por sujeição criminal (Misse, 1999), ou seja, são vistos por agentes do Estado como potenciais ameaças pela cor da pele, lugar onde habitam, etc.

Nesse contexto de expansão de videomonitoramento em concomitância com a ocupação policial ostensiva em alguns territórios, convém pensar na produção de um elo entre *necropolítica* e vigilância no espaço urbano de Fortaleza. Mbembe (2018, p. 5) observa que a “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. O autor avança na concepção de biopoder trabalhada por Foucault, ao pensar as

<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoria-solicita-esclarecimentos-sobre-torres-de-vigilancia-a-prefeitura-de-fortaleza/>. Acesso em 19 ago. 2020.

¹³⁸ OPOVO. Moroni nega existência de atirador de elite em torres de segurança. 18 jan. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/moroni-nega-existencia-de-atirador-de-elite-em-torres-de-seguranca.html>. Acesso em 19 ago. 2020.

condições práticas em que se exerce esse poder e, principalmente, quem é o sujeito da lei e o alvo dessa forma de política baseada no controle da morte. Neste ponto, Mbembe chama a atenção para o lugar da raça nas políticas do Estado no Ocidente, sendo os corpos negros os principais alvos. O racismo, afirma o autor, “é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder”, exercendo a função de “regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (p. 18).

As periferias de Fortaleza, locais racializados, podem ser compreendidas a partir da concepção do autor sobre a colônia, ou seja, “um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como” (p. 41). Ainda que não sejam de fato isso, mas sim lugares de múltiplas resistências, essa concepção é constantemente alimentada no imaginário social sobre determinados bairros. O território é visto como o exercício da soberania, que é feita, por sua vez, por meio da ocupação. A ocupação colonial coloca os moradores do local ocupado em um estatuto entre sujeito e objeto (p. 39). Portanto, podem ser relegados à posição de alvos frequentes da polícia e de tecnologias que garantam controle dentro de um perímetro definido por um programa.

4.2 A incorporação da tecnologia de reconhecimento facial na segurança pública

“O reconhecimento facial tem se mostrado uma atualização high-tech para o velho e conhecido racismo que está na base do sistema de justiça criminal e que tem guiado o trabalho policial há décadas.”¹³⁹

O tema do uso de tecnologia de reconhecimento facial tem sido cada vez mais frequente no campo da segurança pública no Brasil. Antes de entrar no tema, é preciso responder: afinal, *o que é o reconhecimento facial?* Segundo Nunes (2019, p. 67), “é uma forma de biometria, que é a ligação entre um elemento único do corpo humano de um indivíduo com uma unidade de registro. O elemento corporal utilizado pode ser a digital, a face, o modo de caminhar”. O autor chama a atenção para o fato de que a digital ou a face nunca são analisadas completamente durante o uso da ferramenta; ou seja, são escolhidos alguns pontos para calcular a probabilidade

¹³⁹ NUNES, Pablo. Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil. In: Rede de Observatórios da Segurança. *Retratos da Violência - Cinco meses de monitoramento, análises e descobertas*. Fortaleza: 2019.

daquela informação ser da pessoa cadastrada no banco de dados. Portanto, o resultado desse procedimento é sempre aproximado.

Esse tema começou a ser introduzido no país principalmente a partir da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, eventos de grande porte que o país sediou. Os megaeventos esportivos foram “divisores de água” na propagação de tecnologias de reconhecimento facial e construção de grandes sistemas de cruzamento de dados no país, ambientados principalmente na maior participação de empresas nessa área. Segundo Cardoso (2018, p. 93), as empresas de tecnologia têm participação ativa na construção do Estado brasileiro na segunda década do século XXI e isso acontece a partir do campo da segurança pública. Para essa investigação, o autor analisou a construção do Sistema Integrado de Comando e Controle (Sicc), coordenado pela Secretaria Extraordinária de Segurança em Grandes Eventos (Sesge) que, por sua vez, foi criada pelo Ministério da Justiça exclusivamente com o objetivo de conduzir o Sicc durante a Copa e os Jogos Olímpicos, em 2014 e 2016 respectivamente. O Sicc proporcionou uma maior necessidade de intervenção de empresas especializadas em reparos, adaptações, equipamentos, etc. O autor chama a atenção para o fato de que o modelo usado no Sicc se tornou uma tecnologia de governo a ser normalizada¹⁴⁰ em outros cenários que não necessariamente situações de risco, como, por exemplo, eleições, festas, acidentes, etc. (p. 102). Para a presente pesquisa, cabe pensar a contribuição de Cardoso no sentido de observar essa tecnologia de governo empregada em megaeventos como o verdadeiro “legado” de segurança, pautado num modelo de atuação e gerenciamento com forte caráter “empresarial-militarizado” dos espaços públicos “que, junto com outros fatores, colabora para a transformação em curso do Estado brasileiro e de seus instrumentos de funcionamento” (p. 102).

Durante o acompanhamento das matérias jornalísticas, foi possível observar que o reconhecimento facial como ferramenta para a abordagem policial foi citado pela primeira vez, no Ceará, no dia 10 de outubro de 2019 durante o pronunciamento do secretário de segurança. Na ocasião, o secretário André Costa afirmou que ainda naquele mês o reconhecimento facial seria disponibilizado para os agentes de segurança pública e explicou como a ferramenta iria funcionar durante uma abordagem:

¹⁴⁰ Em 2020, a tecnologia de reconhecimento facial foi usada nas festas de carnaval de rua em São Paulo, Salvador e Brasília, por exemplo.

“O policial que abordar alguém na rua sem documento em situação suspeita vai identificar de forma multi biométrica. Com (reconhecimento) digital, facial e cada vez mais precisão. Abordar quem precisa ser abordado e conquistar a legitimidade perante as pessoas e nas comunidades.”¹⁴¹

O uso da ferramenta só é possível em razão do desenvolvimento do Portal do Comando Avançado (PCA), um aplicativo para smartphone que reúne informações para agentes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Perícia Forense. O PCA foi desenvolvido através de uma parceria da SSPDS com a Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio do Departamento de Computação, e foi apresentado¹⁴² pela primeira vez durante o Fórum de Tecnologia da LXXIV reunião do Colégio Nacional de Segurança Pública (Consesp), que ocorreu em maio de 2019 em Fortaleza. O Ceará foi colocado como exemplo no combate à criminalidade. O cenário naquele momento se tornou favorável para este discurso: os homicídios estavam apresentando queda e o Governo estava ampliando tecnologias na área da segurança pública.

No dia 27 de outubro do mesmo ano ocorreu a primeira prisão com o uso de reconhecimento facial no Ceará¹⁴³, amplamente repercutida na mídia local. A ocorrência foi registrada em Fortaleza. Na matéria veiculada no site do Governo do Estado, o primeiro parágrafo da notícia já evidencia o tom diferenciado em relação à ocorrência:

“Interoperabilidade. Uma palavra de difícil pronúncia, não tão comum de ser ouvida, mas que no contexto da Segurança Pública do Ceará é utilizada diariamente e de forma quase invisível ao olhar do cidadão. A exemplo disso está o trabalho conjunto entre profissionais da segurança e as inteligências artificiais desenvolvida pelas Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Em uma ocorrência registrada no domingo (27), a junção do trabalho humano aliado às câmeras de videomonitoramento, ao Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia) e ao reconhecimento facial, culminou na elucidação de um roubo de veículo.”¹⁴⁴

¹⁴¹ OPOVO. Policiais poderão fazer reconhecimento facial de suspeitos nas ruas usando câmera do celular. 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/10/10/policiais-poderao-fazer-reconhecimento-facial-de-suspeitos-nas-ruas-usando-camera-do-celular.html>. Acesso em 13 ago. 2020.

¹⁴² POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ. Secretários do Consesp conhecem tecnologias desenvolvidas no Ceará durante Fórum realizado na SSPDS. 31 maio 2019. Disponível em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2019/05/31/secretarios-do-consesp-conhecem-tecnologias-desenvolvidas-no-ceara-durante-forum-realizado-na-sspds/>. Acesso em 13 ago. 2020.

¹⁴³ DIÁRIO DO NORDESTE. Uso de reconhecimento facial resulta em prisão na Capital. 03 nov. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/uso-do-reconhecimento-facial-resulta-em-prisao-na-capital-1.2170119>. Acesso em 15 ago. 2020.

¹⁴⁴ GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Homem com moto roubada é identificado pelo reconhecimento facial. 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/10/30/em-acao-com-spia-e-videomonitoramento-homem-com-moto-roubada-e-identificado-pelo-reconhecimento-facial/>. Acesso em 13 ago. 2020.

A ocorrência resultou na prisão de Jaime Teixeira de Sousa, de 21 anos, que estava em posse de um veículo roubado e apresentou um nome falso durante a abordagem policial. A situação foi descoberta através do uso da ferramenta de reconhecimento facial via PCA no smartphone do policial militar que estava fazendo a abordagem. Mais do que a natureza da ocorrência, cabe observar como foi elaborada a construção do texto sobre o acontecimento no portal do Governo do Estado do Ceará que, após narrar a prisão, continuou:

“Todo o procedimento desde a detecção do veículo Spia, até o reconhecimento do suspeito por meio do aplicativo PCA, se enquadra na teoria da “Polícia 4.0”¹⁴⁵, que possui pontos em comum com a “Indústria 4.0”. Ou seja, a modernização dos trabalhos por meio da inserção de novas tecnologias, automação de tarefas, e do controle de informações e de dados. **Tudo isso funciona como uma linha de produção, mesmo no contexto da Segurança Pública. Por isso a semelhança aos processos industriais.**¹⁴⁶

A utilização do reconhecimento facial em smartphones coloca as Forças de Segurança cearenses no mesmo patamar de polícias de outros países, como no País de Gales, na Grã-Bretanha. Em agosto deste ano, a polícia de Gales do Sul passou a utilizar a tecnologia em dispositivos móveis pela primeira vez, em uma fase de teste por três meses. Atualmente, no Ceará, 50 composições utilizam o reconhecimento facial no aparelho celular. O objetivo agora é que cada vez mais os softwares sejam aprimorados para utilização em larga escala.”

Se faz oportuno chamar atenção para como essa ocorrência foi construída e repetida por outros veículos de informação, não apenas virtuais, mas também televisivos¹⁴⁷, a partir da concepção de que a forma como o enunciado foi gerado corresponde uma espécie de construção da verdade sobre a ocorrência. Segundo Foucault (2014, p. 15), “a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação, a sua referência”. Portanto, é preciso perceber que a divulgação desse acontecimento não foi feita sem o emprego de um sentido específico que quer evidenciar o trabalho conjunto e a legitimidade do uso da ferramenta. Como dito anteriormente, é preciso compreender a inserção do uso de tecnologias na segurança pública do Ceará dentro de um contexto maior de influências. A própria comparação com países da Europa reforça isso.

¹⁴⁵ Visa uma prática policial integrada com a inteligência artificial e desenvolvimento de tecnologias.

¹⁴⁶ Destaque de minha autoria.

¹⁴⁷ BOM DIA CEARÁ. Uso de reconhecimento ajuda em prisão em Fortaleza. 04 nov. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8058070/programa/>. Acesso em 15 ago. 2020.

O uso dessa ferramenta é recente no estado mas tem produzido algumas prisões: estelionatários que foram presos no dia 12 de novembro de 2019¹⁴⁸; um suspeito de furto que foi preso no dia 17 de novembro de 2019¹⁴⁹; um homem com mandado de prisão em aberto da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza e que foi preso no dia 04 de janeiro de 2020¹⁵⁰; entre outros¹⁵¹. Cabe destacar que não há uma ampla transparência sobre quantas corporações têm, atualmente, acesso ao uso do reconhecimento facial para abordagens, o que acaba tornando ainda mais importante a cobertura jornalística sobre esses casos. Mesmo com poucas informações sobre o uso cotidiano do reconhecimento facial no Ceará, é possível pensar esta ferramenta observando questões observadas em outros estados do país que também adotaram o procedimento.

A Rede de Observatórios da Segurança¹⁵² monitorou casos de prisões e abordagens com o uso da ferramenta de reconhecimento facial no período de março a outubro de 2019¹⁵³. Os casos monitorados correspondem aos estados da Bahia, Rio

¹⁴⁸ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO CEARÁ. Estelionatários são presos com o auxílio do reconhecimento facial da SSPDS. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2019/11/13/estelionatarios-sao-presos-com-o-auxilio-do-reconhecimento-facial-da-sspds/>. Acesso em 15 ago. 2020.

¹⁴⁹ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO CEARÁ. Suspeito de furto é preso pela PM com auxílio do reconhecimento facial da SSPDS. 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2019/11/18/suspeito-de-furto-e-presos-pela-pm-com-auxilio-do-reconhecimento-facial-da-sspds/>. Acesso em 15 ago. 2020.

¹⁵⁰ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO CEARÁ. Foragido da justiça é preso pela PMCE com a utilização do reconhecimento facial da SSPDS. 06 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2020/01/06/foragido-da-justica-e-presos-pela-pmce-com-a-utilizacao-do-reconhecimento-facial-da-sspds/>. Acesso em 15 ago. 2020.

¹⁵¹ A título de informação, a SSPDS iniciou, em julho de 2020, um aprimoramento do PCA para mapear pichações em edificações e muros para mapear a atuação de grupos criminosos no Ceará. Ver mais em SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO CEARÁ. SSPDS usa inteligência artificial para aperfeiçoar o mapeamento de grupos criminosos no Ceará. 14 jul. de 2020. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2020/07/14/sspds-usa-inteligencia-artificial-para-aperfeiçoar-o-mapeamento-de-grupos-criminosos-no-ceara-a-partir-de-pichacoes/>. Acesso em 15 ago. 2020.

¹⁵² “Cinco organizações, de cinco estados, conectadas com um objetivo: monitorar e difundir informações sobre segurança pública, violência e direitos humanos. A Rede de Observatórios da Segurança é uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança e a criminalidade nesses estados. Com metodologia inspirada na bem-sucedida experiência do Observatório da Intervenção, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), que monitorou as ações das Forças Armadas no Rio de Janeiro durante a intervenção federal em 2018, a Rede acompanha 16 indicadores, além dos dados oficiais e orçamentos governamentais e realiza relatórios, infográficos e vídeos, além de seminários e encontros.” Ver mais em <http://observatorioseguranca.com.br/>

¹⁵³ Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil. In: Rede de Observatórios da Segurança. *Retratos da Violência - Cinco meses de monitoramento, análises e descobertas*. Fortaleza: 2019. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1relatoriorede.pdf>

de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba. No total, 151 pessoas foram presas. A Bahia foi responsável por 51,7% destas prisões, seguida de Rio de Janeiro (37,1%), Santa Catarina (7,3%) e Paraíba (3,3%). O estudo mostra uma questão preocupante: a dificuldade de obter informações completas sobre o perfil da pessoa presa ou abordada, onde o reconhecimento foi realizado e os motivos da eventual prisão. No entanto, com os dados possíveis de serem colhidos, o resultado mostra que 87,9% eram homens, 12,1% eram mulheres; a idade média foi de 35 anos; 90,5% eram pessoas negras, 9,5% eram brancas; as maiores motivação foram tráfico de drogas e roubo, ambas com uma taxa de 24,1%.

No caso do Ceará, das matérias apresentadas sobre o uso de reconhecimento facial e que resultaram em prisão, pode-se observar que há apresentação de informações como nome e idade da pessoa presa, bairro onde foi realizada a prisão, algumas apresentam fotos, etc. Apesar disso, pelo baixo número de casos repercutidos pela mídia, torna-se difícil de saber como efetivamente tem acontecido esse uso no estado. Com a baixa quantidade de informações não é possível mensurar o alcance, embora seja significativo acompanhar a reverberação do uso.

Por fim, convém chamar atenção para duas questões: a primeira, a necessidade de refletir sobre como essa ferramenta pode perpetuar práticas racistas no contexto de policiamento. A população negra é o principal alvo do sistema de justiça criminal. Isso significa dizer que são os jovens negros o principal perfil-objeto para a polícia, a justiça criminal e a execução penal. Por consequência, são estes corpos a se amontoar dentro de penitenciárias, nas estatísticas de mortes violentas e de mortes por intervenção policial. Esse contexto já apresenta questões suficientes para trabalhar com a possibilidade de que uma nova tecnologia seja usada para reforçar esse sistema.

Além disso, como a tecnologia é pautada no cálculo de probabilidade de o dado coletado corresponder a uma determinada pessoa, está sujeita a erros. O departamento de polícia de Detroit (EUA) prendeu um homem negro, acusado de roubo ocorrido em outubro de 2018, com base na identificação do reconhecimento facial¹⁵⁴. O sistema reconheceu dois homens distintos como a mesma pessoa. No

¹⁵⁴ UOL. Sistema de reconhecimento facial erra, e homem negro é preso por engano. 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/06/25/homem-e-presos-apos-erro-de-tecnologia-de-reconhecimento-facial-nos-eua.htm>. Acesso em 17 ago. 2020.

interrogatório, o homem chegou a dizer que espera que todo mundo não pense que homens negros são iguais. Após a identificação do erro, ele foi liberado. O mesmo aconteceu em junho de 2019 em Copacabana, no Rio de Janeiro, quando uma mulher foi presa por engano após um erro do sistema de reconhecimento facial da Polícia Militar. Segundo a matéria do G1 RJ sobre o caso,

“Os policiais acreditavam estar prendendo uma foragida da Justiça, acusada pelos crimes de homicídio e ocultação de cadáver, como revelou o Jornal O Dia. Segundo a Secretaria Estadual de Polícia Militar, as câmeras de reconhecimento facial instaladas em Copacabana deram positivo para a foragida e alertaram os policiais do 19º BPM (Copacabana). Os PMs foram até o local e abordaram a mulher, que, sem documentos no momento, foi conduzida até a 12ª DP (Copacabana). A confusão foi desfeita na delegacia. A mulher detida por engano teve sua identidade checada, e os agentes confirmaram que não se tratava da pessoa que eles procuravam.”¹⁵⁵

A expansão do uso do reconhecimento facial, com tendência ao uso de câmeras de reconhecimento facial em vias e espaços públicos no dia a dia das cidades, além do uso em festividades como o Carnaval, por exemplo, deve chamar a atenção para a possibilidade de ações de policiamento e prisões injustas. Nisto, cabe ainda questionar os limites da privacidade e do uso dos dados de cidadãos na parceria entre empresas e poder público¹⁵⁶. Embora ainda seja cedo para apontar os limites e percalços do uso da ferramenta no Ceará, é possível identificar, olhando também para o cenário geral, que o avanço das tecnologias tem garantido um cenário robusto de vigilância do cotidiano, principalmente em Fortaleza, mas que muitas vezes se mantém invisível. Em nome da “modernização” da segurança pública, elemento presente nos discursos há mais de 20 anos neste campo no Ceará, estamos produzindo dados indiscriminadamente. O resultado disso está sendo gestado.

¹⁵⁵ G1 RJ. Sistema de reconhecimento facial da PM do RJ falha, e mulher é detida por engano. 11 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/11/sistema-de-reconhecimento-facial-da-pm-do-rj-falha-e-mulher-e-detida-por-engano.ghtml>. Acesso em 17 ago. 2020.

¹⁵⁶ UOL. Reconhecimento facial erra muito, e você deveria se preocupar com isso. 27 maio 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/05/27/tecnicas-de-vigilancia-como-identificacao-facial-ainda-sao-falhas.htm>. Acesso em 18 ago. 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo compreender a construção social de uma política de segurança pública durante os anos mais violentos da história do Ceará. Essa investigação foi realizada a partir das dinâmicas de governo no campo da segurança pública durante a gestão Camilo Santana, tendo como período analisado os anos de 2015 a 2019.

No primeiro capítulo, buscou-se apresentar um panorama das políticas de segurança pública no Ceará nos últimos 25 anos, com foco em apresentar pontos importantes do Governo de Mudanças e do programa Ronda do Quarteirão. Durante o Governo de Mudanças, o campo da segurança pública enfrentou crises circunscritas em um passado, naquele momento de caráter recente, que perduraram performances da Ditadura Militar, como corrupção policial e tortura (até mesmo dentro de instituições do Estado). Isso demonstrou, assim como em outros lugares do Brasil, que o campo da segurança pública não conseguiu efetivar processos democráticos, diferente de outros campos. Mas foi no período eleitoral de 2006 que a segurança pública virou uma pauta consolidada de reivindicações para os cearenses durante o pleito. O Ronda do Quarteirão foi construído nesse cenário, além de ter sido delimitado por polêmicas desde a execução até o comportamento de policiais militares ligados ao programa. Cabe citar ainda que o Ronda criou uma cisão entre antigos policiais e “policiais do Ronda”, com questões simbólicas e práticas garantidas por essa dinâmica.

É com este legado no campo da segurança pública que o Pacto por um Ceará Pacífico foi construído como política de segurança pública a partir do plano de governo de Camilo Santana, ainda candidato nas eleições de 2014 ao Governo do Estado. O Pacto foi fortemente marcado por elementos que persistiram ao longo do tempo, como a ideia de integração e policiamento de aproximação. No entanto, o núcleo construído em torno da execução do Pacto precisou lidar com um contraponto dentro do próprio Governo Camilo. Deixado a cargo da vice-governadoria, o que essencialmente garante uma questão institucional, a lógica do Pacto divergiu ao longo dos anos de gestão do Governo Camilo com a lógica da SSPDS, que investiu significativamente em expansão do policiamento ostensivo e na militarização. Além disso, foi a SSPDS que desempenhou a orientação política da prática policial, tendo como exemplo mais notório a expansão do RAI0 para vários municípios cearenses.

Ainda no primeiro capítulo, a gestão da SSPDS no primeiro mandato do Governo Camilo foi dividida em dois momentos: a primeira, de Delci Teixeira, de 2015 a 2016; a segunda, de André Costa, a partir de 2017. A gestão de Delci Teixeira foi marcada pela Chacina do Curió, em 2015, com 11 mortos e 45 PMs envolvidos, responsável por modificar a forma de reivindicação e organização da sociedade civil em relação a pauta dos Direitos Humanos e Segurança Pública, especialmente com a criação de movimentos como o das Mães do Curió; e também pela crise do sistema penitenciário, em maio de 2016, que escancarou o domínio das facções criminosas dentro e fora das unidades prisionais no Ceará.

Ao final do último ano da gestão Delci Teixeira, a eleição municipal para a Prefeitura Municipal de Fortaleza balizou as prioridades para a gestão Camilo no campo da segurança pública. Com o bom desempenho do Capitão Wagner, seu adversário político, o Governo Camilo precisou fornecer uma resposta que pudesse garantir uma rédea na segurança pública e maior proximidade com os agentes de segurança pública. Foi nesse contexto que André Costa foi nomeado como secretário e garantiu, ainda que de forma de gestão de crises, os objetivos do Governo Camilo. O principal ponto forte da nomeação de André para a gestão da SSPDS foi seu capital policial, que demarcou seus posicionamentos públicos e ações dentro da pasta. A gestão de André Costa enfrentou o pior período da história do Ceará no tocante à segurança pública, enfrentando graves crises durante todos os anos. Mesmo assim, nenhum desses acontecimentos conseguiu balançar sua permanência como secretário.

Um ponto fundamental do primeiro mandato do Governo Camilo foi a iniciativa de valorização dos policiais militares, com a criação da Lei das Promoções, que criou um fluxo regular para promoções dos agentes. Junto a isso, a gestão se colocou como a que mais investiu na segurança pública na história, com um investimento bilionário que teve, também, a tecnologia como ponto principal. Foi demonstrado que embora tenha acontecido avanços para a valorização dos policiais, esse projeto aconteceu de forma desigual, tendo a Polícia Civil continuado com um déficit significativo no número de agentes e, por consequência, com municípios cearenses sem a garantia de delegados. O baixo investimento em investigação policial em detrimento da expansão do policiamento ostensivo resultou em um fomento à militarização como forma de fazer a segurança pública no Ceará, contrariando as concepções de policiamento de aproximação projetadas no plano de governo da

gestão. No ponto 1.5 foi apresentado um desenrolar desse cenário: o aumento de mortes por intervenção policial durante a ação da Polícia Militar, com pequenos relatos sobre diversas vítimas da violência de Estado durante o primeiro mandato do Governo Camilo.

O segundo capítulo se deteve ao principal caráter adotado na segurança pública a partir da segunda metade do Governo Camilo: a operação policial como ponto central na dinâmica do campo. Mais do que a prática da operação, essa lógica foi traduzida em constantes demonstrações de virilidade por parte da gestão. Uso como exemplo desse cenário a Tragédia de Milagres em dezembro de 2018, uma operação policial catastrófica que resultou na morte de 14 pessoas, inclusive dois adolescentes de 13 e 14 anos. Os elementos que envolvem esse acontecimento deixam nítido o contexto de guerra permanente e sem limites, como pontua Graham (2016), em que a política de segurança pública do Ceará foi inserida em razão do que é denominado de “guerra contra facções” ou “contra o crime organizado”. A lógica do inimigo interno produziu e produz arbitrariedades que são frequentemente suavizadas, seja no discurso público de autoridades ou pelas práticas judiciais, em nome do que é chamado de segurança pública.

Já o terceiro capítulo foi dedicado a tratar sobre a principal aposta do Governo Camilo ainda no final do primeiro mandato, mas que ganhou força no primeiro ano do segundo mandato: o uso de tecnologia na segurança pública, a partir da NESP. Envolvida por tendências nacionais e internacionais, a gestão investiu na parceria com a área de computação da UFC para a incrementação de um aplicativo que congrega o acesso a dados biométricos, consulta a banco de dados e ferramenta de reconhecimento facial, por exemplo. O uso da tecnologia passou a ser um ponto fundamental do policiamento cotidiano, principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana.

Nesse sentido, foi dada atenção para duas principais vertentes desse novo contexto: a expansão do videomonitoramento e a incorporação do uso de reconhecimento facial. O videomonitoramento tem como principal face a criação e expansão do SPIA, que se tornou de extrema importância para o desempenho da prática policial no combate e prevenção aos crimes contra o patrimônio. Além disso, foi possível observar também como o videomonitoramento foi integrado à cidade de Fortaleza, com a construção das Torres de Vigilância em comunidades das periferias. A vigilância como meio de fazer a segurança pública nesses bairros tem repercussões

sociais grandiosas, embora tenham sido naturalizadas e não causem grandes debates para a sociedade cearense. A escolha dos bairros para integrar o que a Prefeitura Municipal de Fortaleza chama de “cinturão de segurança” aciona o alerta da análise prioritariamente pautada em uma questão racial e social, em torno da construção do perfil visto como “inimigo” do controle social. Junto a isso, é notório observar a implementação do reconhecimento facial na prática policial, um elemento a mais na vigilância e produção de dados. Sem muitas informações públicas sobre o uso do reconhecimento facial, coube fazer a discussão a partir do que já tem sido vivenciado em outros estados brasileiros, além de pensar qual o impacto da tecnologia para pessoas negras, principais alvos do sistema de justiça criminal. No mundo todo, também no Brasil, o reconhecimento facial tem causado arbitrariedades.

Este trabalho tentou elucidar diferentes fenômenos com grande importância durante a gestão do Governo Camilo no período de 2015 a 2019, ou seja, primeiro mandato e primeiro ano do segundo mandato. Cada um desses pontos poderia refletir em uma análise mais demorada como tema central, por óbvio. No entanto, ter como tema as dinâmicas do Governo Camilo no campo da segurança pública coloca a necessidade de traçar os diferentes fenômenos como parte de um todo. A pesquisa, portanto, tentou observar como uma gestão de um governo progressista lidou com o período mais cheio de crises da segurança pública no Ceará. Não foi possível analisar isso focando apenas no Pacto por um Ceará Pacífico, tendo em vista o *hibridismo na segurança pública* causado por uma política de segurança pública estar sob o comando de vice-governadoria e a SSPDS seguir uma orientação política da prática policial sem levar diretrizes do Pacto como direção.

Não é possível deixar de chamar atenção para o fato de que o Governo Camilo enfrentou crises significativas durante o período analisado. Outros governos também enfrentaram crises na área de segurança pública, desde o período da redemocratização, mas as crises enfrentadas durante o Governo Camilo inseriram o Ceará como uma espécie de vitrine para ataques espetaculares, uma imagem de lugar privilegiado para a rota do tráfico nacional e internacional de drogas e estado muitas vezes “responsável” por “puxar” os números de homicídios do Nordeste e do Brasil para cima ou para baixo. O Governo Camilo assistiu sua gestão enfrentar marcas que colocaram Fortaleza como a capital mais violenta do Brasil, além da taxa mais alta em relação a homicídios de crianças e adolescentes. Mas, mais do que isso, foi nítido como em sua gestão a segurança pública foi mudando de orientação ao longo do

tempo, à medida que era necessário oferecer respostas políticas para os novos fenômenos e para a pressão realizada por opositores. É possível, portanto, afirmar que a gestão da segurança pública no Governo Camilo foi se moldando a situações políticas externas e incorporando uma nova lógica principalmente a partir de 2017.

Este trabalho ofereceu especial atenção para a chegada de André Costa à SSPDS, validada como um ponto de virada na gestão do Governo Camilo na segurança pública. André se tornou o “rosto” da política de segurança pública, principalmente por seu *capital policial*, que lhe garantiu reconhecimento junto à tropa e à mídia para respostas frequentes sobre os acontecimentos. É inegável a mudança ocorrida na pasta a partir da chegada de André, especialmente com o foco nas operações policiais como forma de fazer a segurança pública e com a incorporação de tecnologias de segurança pública.

Em linhas gerais, como resultados deste trabalho pode-se elencar que: o Pacto por um Ceará Pacífico foi uma experiência de policiamento de aproximação forjado apenas em alguns territórios, ainda no início da primeira gestão do Governo Camilo; a política de segurança pública do Pacto, construída por especialista da área e com linhas de garantia dos Direitos Humanos na área, ficou circunscrita à vice-governadoria e não teve impacto no “dia-a-dia” do fazer policial; a SSPDS foi responsável por elaborar uma orientação política da prática policial diferente das diretrizes do Pacto, reforçando o antigo policiamento ostensivo, principalmente a partir da expansão do RAIO para o interior do estado e bairros das periferias de Fortaleza; o investimento financeiro durante a gestão do Governo Camilo aprofundou a militarização da segurança pública e da vida cotidiana no Ceará, tendo como um dos resultados o aumento das mortes por intervenção policial; e, por último, a tecnologia se apresenta como o principal recurso da política de segurança pública para os próximos anos. Esses resultados foram alcançados analisando os discursos e as decisões tomadas no campo durante a gestão do Governo Camilo entre os anos de 2015 a 2019.

Um ponto que me parece fundamental ainda é a possibilidade do Pacto por um Ceará Pacífico ter sido a última experiência de tentativa de um “policiamento comunitário” pelos próximos anos. Observa-se que o Pacto perdeu força dentro da própria gestão com o reforço do policiamento ostensivo como a regra do fazer no cotidiano da segurança pública. As respostas fornecidas na área, tanto local como nacionalmente, têm sido orientadas por uma alta politização das polícias militares e

uma guinada à direita, o que pode (e já está, em alguma medida, acontecendo) inviabilizar qualquer tentativa de pautar os Direitos Humanos como uma diretriz fundamental da segurança pública. Mesmo ainda dentro das gestões de governos ditos progressistas o movimento também tem acontecido, sendo muitas vezes difícil diferenciar um governo de direita e um governo progressista olhando apenas as tomadas de decisão na segurança pública e no sistema prisional.

Nesse sentido, compete, também, falar sobre o momento final de escrita desta dissertação, no caso o ano de 2020. Embora não tenha sido analisado por este trabalho, é necessário citá-lo por dois acontecimentos que chamam a atenção e podem ainda repercutir. O primeiro acontecimento diz respeito à “greve policial”, que mais ficou conhecida como “motim” ou “paralisação”, ocorrida da noite de 18 de fevereiro à 1º de março de 2020, no Ceará. Essa movimentação produziu 456 homicídios em 29 dias, o mês de fevereiro mais violento de toda a série histórica. Durante o período do motim foram 312 homicídios, causando uma média de 26 assassinatos por dia no Ceará. A principal reivindicação dos policiais “amotinados”, como ficaram conhecidos, tinha como mote melhorias salariais. O movimento acabou sem que os policiais fossem anistiados e, além disso, os efeitos da onda de violência perduraram pelos meses seguintes. O segundo acontecimento que vale a menção é a saída do André Costa da SSPDS. A saída foi anunciada no dia 3 de setembro de 2020 e a exoneração foi publicada no Diário Oficial no dia 7 do mesmo mês. André ficou 3 anos e 8 meses no cargo e foi um importante ponto de análise para as reflexões contidas neste trabalho.

Esses dois casos são elementos importantes para o campo da segurança pública no ano de 2020, ainda mais por ser um ano eleitoral, mas também correspondem a pontos de grande impacto para a gestão do Governo Camilo. Torna-se importante citar esses acontecimentos pois o fim deste trabalho não corresponde ao fim das análises sobre o Governo Camilo. Ainda não está nítido os novos desafios que serão enfrentados até o fim do segundo mandato, mas o certo é que a segurança pública continuará sendo um ponto que caberá atenção.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança**: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. 1996. 282 f. Tese (Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. V Marcha da Periferia: recontextualizações de sentidos de paz e gramáticas de resistência na luta contra o extermínio de crianças e jovens em Fortaleza. *In*: COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; PEREIRA, Jaquelândia Aristides; SANTOS, Núbia Agustinha Carvalho; ASTIGARRA, Andrea Abreu; SILVA, Maria Saraiva da (org.). **Infância e relações etnoraciais em pesquisa**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 195-206.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Das consequências da "arte" macabra de fazer desaparecer corpos**: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. *In*: KOHN, Jerome (ed.). Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 365 p.

BARREIRA, César. **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 185p.

BARREIRA, César; RUSSO, Mauricio. O Ronda do Quarteirão: relatos de uma experiência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, p. 282-297, 2012.

BARRETO, Leonardo D'Almeida Couto. **"Chacina das Cajazeiras"**: facções criminosas e crimes violentos letais intencionais em Fortaleza/CE. 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas) – Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=90894>. Acesso em: 7 set. 2020.

BENICIO, Luis Fernando de Souza; BARROS, João Paulo Pereira; SILVA, Dagualberto Barboza da; LEONARDO, Camila dos Santos; COSTA, Aldemar Ferreira da. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza-CE. **Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, DF, v. 38, p. 192-207, 2018.

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011.

BEZERRA, Leila Maria Passos; LEITE, Ingrid Lorena Silva. Juntas somos mais fortes: resistências afetivas e emoções políticas. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 25, n. 1, p. 91-106, jan./abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324p.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Organização de Renato Ortiz; tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. **A segurança pública no “Governo das Mudanças”**: moralização, modernização e participação. 2000. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota; MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante.; CRUZ, Lara Abreu. A segurança pública e a política brasileira na formação policial. *In*: BRASIL, Glaucéria Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; FREITAS, Geovani Jacó de (org.). **Dilemas da "nova" formação policial**: experiências e práticas de policiamento. 1. ed. Campinas: Pontes, 2015. v. 1, p. 23-52.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota; SOUSA, Emanuel Bruno Lopes; MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante. Direitos humanos e formação policial: reflexões sobre limites e possibilidades. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 18, p. 111-127, 2011.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota; SOUSA, Emanuel Bruno Lopes. Resistências às mudanças na corporação policial: a experiência do Programa Ronda do Quarteirão no Ceará. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 1, p. 97-109, 2010.

BRITO, Janaína Carneiro Americano de. Cidade competitiva e apavorada: uma análise sobre segurança pública e planejamento urbano em Fortaleza (CE). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUR, 2019.

BRITO, Janaína Carneiro Americano de. **Cidade competitiva e apavorada**: uma intervenção do Jangurussu. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CARDOSO, Bruno. Estado, tecnologias de segurança e normatividade neoliberal. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, p. 59-67, 2011.

Castello, José. Compulsão ao desastre. **Suplemento Pernambuco**, Recife, set. 2019.

CEARÁ. CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Monitoramento da política de segurança pública do Ceará**: de qual segurança pública precisamos? Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019. Nota Técnica Especial.

CEARÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. COMITÊ CEARENSE PELA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2017. p. 585.

COSTA, Aldemar Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. “Célula de Proteção Comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v. 13, p. 173-192, 2019.

COSTA, Aldemar Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. Dispositivo de segurança e racionalidade necrobiopolítica: o que dizem os jovens negros(as) sobre a “Célula de Proteção Comunitária” em Fortaleza? *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6., 2019, Salvador. **Anais** [...] Salvador: 2019. Tema: Assimetrias e (In)Visibilidades: vigilância, gênero e Raça.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. As reformas nas polícias e seus obstáculos: uma análise comparada das interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 8, p. 409-427, 2008.

CRUZ, Lara Abreu; BRASIL, Maria Glaucéria Mota. Formação policial e segurança cidadã: um estudo da formação profissional dos soldados do Ronda do Quarteirão. *In*: LEAL, César Barros; MUÑOZ, Soledad García (org.). **Acesso à justiça e segurança cidadã**: tomo II (Segurança cidadã): II Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. v. 2, p. 95-118.

CRUZ, Lara Abreu; BRASIL, Maria Glaucéria Mota. Limites da formação profissional policial militar: o caso Ronda do Quarteirão. **Opsis**, Catalão, v. 12, p. 326-344, 2012. DOI 10.5216/o.v12i2.18338.

CUSTODE, Álice Thainá Chagas. **A implantação do sistema de videomonitoramento no município de Eusébio**: um estudo de caso da política de vigilância do espaço público municipal. 2019. 62 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografias comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, Espanha, n. 8, 2008. 39 p.

DIÓGENES, José Lenho da Silva. **Ethos policial militar**: entre a estrutura da PM e a ação de seus agentes. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. *In*: WODAK; MEYER (org.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FERREIRA FILHO, Cristovam Colombo Cirqueira. **Desafios e perspectivas da governança em segurança pública**: uma avaliação do pacto por um Ceará pacífico no território do Vicente Pinzón. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Ceará Pacífico em ação**: matriz de acompanhamento. Fortaleza: [s. n.], 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Geovani Jacó de; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 33, p. 143-166, 2019.

FREITAS, Geovani Jacó de; PAIVA, Luiz Fábio S. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 1, p. 115-128, 2016.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, Lisboa, p. 871-883, 1998.

LIMA, Renato Sérgio de et al. **10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016.

LINS, Ana Letícia Costa; SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; MORAES, Suiany Silva de. Pesquisa com violência e segurança pública na pós-graduação. *In*: GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). **Política, ensino, ciência e arte: reflexões e debates da Semana de Humanidades**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. v. 2, p. 115-130

LINS, Ana Letícia Costa; SILVA, Ingryd Melyna Dantas da. A produção dos discursos sobre a “Chacina do Benfica” e a criminalização das torcidas organizadas em Fortaleza/CE. **Aurora**, Marília, v.11, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2018.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual review of anthropology**, Califórnia, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo**. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 611-620, 2013.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MOREIRA, Marcus Giovani Ribeiro. **Aqui o RAIO sempre cai no mesmo lugar: percepções da comunidade do Lagamar em Fortaleza-CE sobre as práticas de suspeição e abordagem da ronda de ações intensivas e ostensivas (raio)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MOREIRA, Marcus Giovani Ribeiro. “Esse bicho tá (des)considerando o nêgo”: os pirangueiros como representação psicossocial do inimigo. Freire, Silene (org.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 6., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Editora Rede Sírius/UERJ, 2016. Tema: Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR. Domício; PONCIONE, Paula. Da governança de polícia à governança policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 5, p. 14-50, ago./set. 2009.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia? **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 23, p. 74-141, 2010.

OLIVEIRA, Jamilly Ferreira. **Mapeamento da criminalidade na cidade de Fortaleza/CE**. 2019. 66 f. Monografia (Graduação em Economia Ecológica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

OLIVEIRA, Luciana de. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. **Questões Transversais: revista de Epistemologias da Comunicação**, São Leopoldo, v. 5, n. 10, p. 72-81, jul./dez. 2017.

PAES-MACHADO, Eduardo; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, p. 188-221, jan./jun. 2002.

PAIVA, Ina Lucena Arnaud; ROMÃO, Isabel Aline Pinho; FERNANDES, Mayrla Stefani Oliveira; THÉ, Raul da Fonseca Silva. De repente do pranto fez-se a luta: o movimento social das Mães do Curió na defesa dos direitos sociais das juventudes. **SCIAS: Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 47-59, jan./jun. 2019.

PAIVA, Luiz Fábio S. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 32, p. 165-184, 2019.

PAIVA, Luiz Fábio S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014. 226p.

PAIVA, Luiz Fábio S.; FREITAS, Geovani Jacó de. A construção social do Programa Ronda do Quarteirão e as lutas políticas para a produção da crença em um programa policial "comunitário". *In*: BRASIL, Glauécia Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; FREITAS, Geovani Jacó de (org.). **Dilemas da "nova" formação policial: experiências e práticas de policiamento**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 23-52.

PAIVA, Luiz Fábio S. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 26, p. 269-281, 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência do conceito às representações sociais**. 1. ed. Brasília, DF: Ed. Francis; Verbena, 2010. v. 1, 336 p.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Retratos da violência: cinco meses de monitoramento, análises e descobertas**. Fortaleza: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1relatoriorede.pdf>. Acesso: 1 nov. 2019.

RIBEIRO, Ludmila. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Análise Social**, Lisboa, v. 49, p. 272-309, 2014.

RIBEIRO, Ludmila; MONTANDON, Ana Maria Alemão. O que os policiais querem dizer ao empregarem o termo “policiamento comunitário”: uma análise dos discursos 116 dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 233-260, 2014.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2006. v. 1. 312 p.

SAPORI, Luís Flávio; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. Desafios da governança do sistema policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, p. 102-130, 2013.

SAPORI, Luís Flávio; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. Arranjos institucionais e políticas e segurança pública na sociedade brasileira. *In*: CRUZ, Marcos Vinícius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 191-228.

SAPORI, Luís Flávio; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. Integração policial em Minas Gerais: desafios da governança da política de segurança pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 428-453, set./dez. 2008.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208p

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; FREITAS, Geovani Jacó de. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. **Tensões mundiais**, Fortaleza, v. 14, p. 129- 155, 2019.

SKOGAN, Wesley G. **Community policing: can it work?** [S. l.]: Cengage Learning, 2004.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, p. 205-227, 2020.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. As ciências sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 33-58, jan./abr. 2017.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A polícia à luz da sociologia da violência: "policiólogos" entre a crítica e a intervenção. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 5, p. 72-87, 2011.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; CAVALCANTE, Deybson de Sousa. Crime e cidade: Chacina das Cajazeiras, direitos humanos e investigação policial. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, Fortaleza, v. 10, n.25, p. 238-244, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.25.3031>.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010)**: a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. Violência, crime e punição nas ciências sociais do Brasil: memórias de um campo em formação. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 17, p. 571-576, 2012.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Tradução de Sérgio Lamarão. 3. ed. rev. e ampl. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015. (Coleção a obra-prima de cada autor, 80).

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 1 e 2.

WERNECK, Alexandre. **O invento de Adão**: o papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.